

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

DISSERTAÇÃO

MEMÓRIAS NEGRAS: A INVISIBILIDADE DA MULHER
AFRODESCENDENTE NA HISTÓRIA DE RESENDE-RJ

ROSENÉIA TEREZINHA DE OLIVEIRA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

MEMÓRIAS NEGRAS: A INVISIBILIDADE DA MULHER AFRODESCENDENTE
NA HISTÓRIA DE RESENDE-RJ

ROSENÉIA TEREZINHA DE OLIVEIRA

Sob a orientação da Professora

Maria da Glória de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, no Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História, Área de concentração Saberes Históricos no Espaço Escolar.

Seropédica, RJ

Maio de 2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

O48m Oliveira, Roseneia Terezinha de Oliveira, 1964-
Memórias negras: a invisibilidade da mulher
afrodescendente na história de Resende-RJ / Roseneia
Terezinha de Oliveira Oliveira. - Barra Mansa, 2022.
112 f.: il.

Orientadora: Maria da Gloria Oliveira Oliveira.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, ProfHistoria, 2022.

1. História Oral. 2. Memórias afrodescendentes. 3.
Ensino de História. 4. Mulheres afrodescendentes. 5.
Resende RJ. I. Oliveira, Maria da Gloria Oliveira,
1961-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. ProfHistoria III. Título.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

ROSENÉIA TEREZINHA DE OLIVEIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ensino de História** no Curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA, área de concentração em saberes históricos no espaço escolar.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 17/05/2022

Professora Orientadora MARIA DA GLORIA OLIVEIRA - UFRRJ

Professora Martha Campos Abreu - UFF

Professora Mônica Lima e Souza - UFRJ

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi o de desenvolver um documentário que pudesse servir de suporte para problematizar, em sala de aula, as razões pelas quais a historiografia da cidade de Resende-RJ – e do país - invisibilizou as histórias de vidas e memórias da população afrodescendente, em especial das mulheres negras. Partiu de algumas questões principais: por que discutir a invisibilidade das mulheres afrodescendentes na historiografia local no ambiente escolar? Por que realizar essa discussão nas aulas de História? Por que através do registro de depoimentos de mulheres negras? Por que a elaboração de um documentário? Apesar dos problemas causados pelo distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19, o trabalho foi realizado conforme previsto no projeto desta pesquisa, exceto as oficinas em sala de aula com o documentário, que foram prontamente substituídas por um dispositivo pedagógico para o uso das imagens pelos professores. Um canal de mídia também está disponibilizado para que todos possam acessar a íntegra dos depoimentos registrados. O trabalho final consiste, pois, neste documentário e na presente dissertação contendo as referências teóricas, metodológicas e historiográficas da pesquisa; a narrativa sobre a realização do documentário, bem como o seu roteiro.

Palavras-chave: história local, memórias afrodescendentes, ensino de história.

ABSTRACT

The main objective of this research was to develop a documentary that could serve as a support to problematize, in the classroom, the reasons why the historiography of the city of Resende-RJ - and the country - made the stories of the population's lives and memories invisible of African descent, especially of black women. I started with some main questions: why discuss issues about the invisibility of Afro-descendant women in local historiography in the school environment? Why carry out this discussion in history classes? Why through the record of black women's testimonies? Why make a documentary? Despite the problems caused by the social distancing imposed by the Covid-19 pandemic, the work was carried out as foreseen in the project of this research, except for the classroom workshops with the documentary, which was promptly replaced by a pedagogical device for the use of the images in the classroom by the teachers. A media channel is also available for everyone to access the full testimonials recorded. The final work consists, therefore, of this documentary and the present dissertation containing the theoretical, methodological and historiographical references of the research; the narrative about the making of the documentary, as well as its script.

Keywords: local history, afrodescendents memories, history teaching.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a minha Ancestralidade que permitiram chegar aqui e me direcionaram por todo esse incrível trajeto no PROFHISTÓRIA, que me permitiu ter contato com leituras que trouxeram profundas mudanças em meu comportamento, enquanto mulher negra e, como profissional de Educação nas Ciências humanas, especialmente no Ensino da História.

Aos meus colegas de turma nesse Mestrado Profissional em Ensino de História 2019-1, oriundos de realidades tão diversas e que contribuíram grandemente para a valorização do meu local de fala enquanto moradora de Resende.

Aos professores Rebeca Gontijo, Marília Campos, Alain Paskal, Maria Paula Araújo e, a minha orientadora nesta Dissertação Maria da Glória Oliveira pela paciência e dedicação em minha formação.

Aos Profissionais de Educação e Estudantes da Escola Municipal Noel de Carvalho, de onde a ideia central desta pesquisa se originou. Em especial a Nildir, Fátima e Márcia, além da equipe gestora da instituição – Rossilene, Alessandro Belan, Maristela e Ana Carolina - meus companheiros de turmas e de aventuras nas salas de aulas.

As amigas Sara Maria Gomes, Márcia Barcellos que muito me incentivaram a investir nessa caminhada, mas, que faleceram antes de me verem chegar ao final do curso. Meu eterno reconhecimento. E a tantos colegas da Educação de Resende vitimados pela Covid-19.

Também a Beatriz, Aristheu ‘neném’, Julieta Rocha pessoas que me inspiraram e que hoje compõem a minha ancestralidade e a quem dedico a minha gratidão por terem sido – em vida – exemplo de trabalho e dedicação.

A minha irmã de sangue Rosa Angela, pela paciência e companheirismo nessa jornada; as irmãs e irmãos do coração Roseli Oliveira, Nasaré Silveira, Brunior Alves, Jorge Monteiro e a tantos outros que contribuíram para que minha caminhada fosse tão feliz.

Agradeço o profissionalismo e amizade de Luís Rogério Almeida, o editor das imagens iniciais do documentário e, a João Oliveira editor final das imagens, bem como a Fábio Brunelli (*in memoriam*) pela indicação desses profissionais para a produção do meu documentário.

A todos os amigos e amigas que souberam compreender as minhas ausências meu
muito obrigado.

E o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados/as, infantilizados/as (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa.

Lélia González

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Anúncio feito pelo subdelegado de polícia da cidade de Resende	27
Figura 2 - Comércio de peças de trabalho	27
Figura 3 - Suicídio de escravizada	28
Figura 4 - Suicídio de escravizada	28
Figura 5 - Chamada pública para matrícula e batismo de escravizados	29
Figura 6 - Obituário de escravizados	30
Figura 7 - Estatísticas sobre a população de Resende	32
Figura 8 - Jongueira e mãe de santo Esterlina Ferreira	34
Figura 9 - Jongueira Maria Aparecida de Freitas	35
Figura 10 - Sambista Maria Lucia C. Diniz	35
Figura 11 - Sambista Beatriz T. de Freitas	36
Figura 12 - Jongueira Valdirene Costa	36
Figura 13 - Apresentação Maestrina Sara Maria Gomes	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – BNCC	75
-----------------	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 CAPÍTULO 1 “O QUE O RACISMO FEZ COM VOCÊ?”	19
1.1 Becos da História	25
1.2 Um lugar de falar	38
1.3 Branquitude & Negritude	43
2 CAPITULO 2 MEMÓRIAS NEGRAS RESENDENSES	45
2.1 Roteiro das entrevistas.....	47
2.2 Roteiro do documentário	54
2.3 Contexto da seleção de imagens, criação do <i>script</i> e edição do documentário	64
3 CAPÍTULO 3 RESPEITE NOSSA VOZ!.....	66
3.1 Dispositivo pedagógico para o documentário.....	73
3.1.1 Introdução do dispositivo pedagógico:	73
3.1.1.1 Parte 1 – Primeira Fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos)	74
3.1.1.2 Parte 2 - Ensino Fundamental Anos Finais– 6º ao 9º ANOS.....	80
3.1.1.3 Sugestões de atividades e fontes	81
3.1.1.4 - Parte 3 – Ensino Médio	84
3.2 Considerações Finais do dispositivo pedagógico.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	94
ANEXOS	98
ANEXO 1	98
ANEXO 2	101
ANEXO 3.....	102

INTRODUÇÃO

Minha pesquisa começou a ser gestada quando, ao ser convidada para apresentar uma palestra sobre o Dia Internacional da Mulher numa instituição religiosa na cidade de Resende/RJ homenageei, dentre outras mulheres, Maria da Penha Maia Fernandes, cujo nome simboliza, no Brasil, a luta para combater a violência de gênero. Relatei suas lutas para que seu agressor fosse punido e seu esforço para que a legislação específica para esse tipo de crime fosse modificada de forma que a tornasse mais rígida – o que, de fato, aconteceu.

Fui parabenizada por todos os presentes após a minha apresentação. As atividades da instituição continuaram enquanto fui ao *hall* de entrada beber água e conversar com a recepcionista. Nesse momento, passou por nós um homem desconhecido que me agrediu com um tapa nas nádegas e, segurando meu braço, falou que com ele “não tinha esse ‘negócio’ de Maria da Penha não! Eu bato mesmo...”. Depois, o homem saiu do ambiente como se nada tivesse feito de errado. Nós ficamos tão atônitas que demoramos a esboçar uma reação.

No dia seguinte, registrei um boletim de ocorrência contra ele pela ameaça. Após esses fatos, fui convidada a voltar na mesma instituição para “conversar” com a diretoria e entendi que me apoiariam pelo incidente desagradável ocorrido ali, mas tive uma triste surpresa: fui pressionada por todos a retirar a “queixa” contra o indivíduo agressor que, segundo eles, poderia estar “deprimido” devido à morte recente da esposa e afirmaram que ele só queria “brincar” comigo. Como me recusei a atender tais pedidos, passei a ser acusada de desequilibrada e incompetente, porque frisei “demais” a biografia da Maria da Penha e, por isso, o agressor pode ter se sentido “incomodado”. Também afirmaram que “se soubessem que eu era feminista, não teriam me convidado para fazer o estudo naquela noite de 8 de março”. Diante disso, afastei-me oficialmente daquela instituição onde, também, ocupava o cargo de secretária e atuava na assistência social.

Após seis meses do ocorrido, fomos convocados (eu, o agressor e os advogados) a comparecer ao fórum de Resende para uma audiência de conciliação. Lá, ele assumiu o que fez, pediu desculpas e solicitou o não cumprimento da pena de prestação de serviços físicos porque estava adoentado. Dispôs-se a indenizar-me pelo ato “impensado”, nas palavras dele, proposta que o conciliador prontamente atendeu com a minha anuência. Foi estipulada a indenização financeira e o pedido público de desculpas por escrito, como sentença pelo ato cometido. Por fim, vale afirmar ainda que, ao longo desse período, uma campanha difamatória a meu respeito foi engendrada por alguns membros daquela instituição, uma vez que continuei

a apresentar palestras em outras instituições similares, conforme afirmaram diversos amigos que deixei na instituição.

Esses acontecimentos me fizeram refletir sobre diversos aspectos. Primeiro, se eu fosse uma mulher branca e casada, teria sido oprimida e agredida como fui pelo desconhecido e pela diretoria da instituição? Segundo, por que tal comportamento de leniência em relação ao homem branco (agressor) por parte da instituição? Quantas mulheres negras são agredidas e responsabilizadas pelo fato de não terem a oportunidade e coragem de reação? O silenciamento que quiseram me impor era apenas por eu ser uma mulher negra? Em outros ambientes, as pessoas reagiriam da mesma maneira? O que pensam os que agem dessa forma?

Muitos amigos, quando souberam do ocorrido, sugeriram que eu evitasse comentar o assunto, mas optei por falar, apesar da tristeza e decepção. Nessas falas, encontrei outras mulheres que haviam passado por situação semelhante, inclusive jovens das turmas em que eu lecionava História e Geografia numa escola municipal. Com isso, percebi a vulnerabilidade das mulheres, em especial das não brancas, em nossa sociedade. Algumas admitiram não terem reagido por temor da reação do agressor, da família e da sociedade. Numa das turmas, quando contei minha história, uma garota relatou que sua mãe era agredida por qualquer motivo, até quando o almoço atrasava. Nesse momento, alguns meninos disseram que o homem estava certo, afinal, ele era “trabalhador” e tinha horário a cumprir. A mãe da garota nunca registrou as agressões. Toda a família é composta por negros, bem como a maior parte dos estudantes dessas turmas.

A escritora estadunidense bell hooks, em seu livro *E eu não sou uma mulher? – Mulheres Negras e Feminismos* (2020), ressalta que os homens, em uma sociedade patriarcal, são fanaticamente comprometidos com o domínio masculino, mas costumam pensar que nunca usarão a brutalidade para oprimir as mulheres. Ela afirma que

[...] ainda assim, na mais tenra idade, meninos são socializados para considerar mulheres suas inimigas e ameaças ao status viril e ao poder [...], na medida em que crescem, aprendem que a agressão direcionada às mulheres diminui a ansiedade e o medo de que o poder viril seja usurpado. (hooks, 2020, p. 175).

Essa raiva e ódio às mulheres levam ao estado de misoginia quase congênita que vivenciamos hoje em nossa sociedade, e que ficou bem demonstrada na reação explosiva dos meninos em relação ao relato sobre a violência doméstica feito por uma garota. Será uma caminhada difícil, mas necessária, tentar esclarecer sobre o malefício para a sociedade dessa

forma de pensar, sentir e agir de muitos homens, que assim o são há gerações, que receberam uma educação excludente, machista e misógina e, nesse caso, que ignora questões étnicas.

Segundo bell hooks, em seu artigo “Intelectuais negras”,

Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar a avaliação e endosso críticos das próprias estruturas institucionais e de indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender. Muitas vezes temos de ser capazes de afirmar que o trabalho que fazemos é valioso mesmo que não seja julgado assim dentro de estruturas socialmente legitimadas. Afirmando no isolamento que o trabalho que fazemos pode ter impacto significativo numa estrutura coletiva, devemos com frequência tomar a iniciativa de chamar a atenção para o nosso trabalho de um modo que reforce e fortaleça um senso de público (hooks, 1995, p. 474).

Expor as vivências dolorosas não é algo fácil, mas o modo com que relatei a minha experiência, no início desse texto, foi terapêutico para mim. Além disso, quando falo, tenho a oportunidade de escutar as histórias de outras mulheres, proporcionando um fortalecimento de convicções pessoais. Falar sobre a violência machista e racista não é algo comum em determinados ambientes, mas se faz necessário para descortinar comportamentos aparentemente afáveis e dóceis que, no íntimo, escondem o mau caráter do indivíduo já acomodado numa elite social dominadora, patriarcal, heterossexual e branca, o qual se sente incomodado ao perceber que alguém diferente dele, que julga subalterno, fale sobre a realidade da maioria da população que é marginalizada historicamente, reagindo com atitudes agressivas e repressivas diante de quem julga estar se insurgindo contra a ordem estabelecida.

Quando nos dirigimos a jovens estudantes nas escolas, percebemos que as meninas têm o desejo urgente de relatar as experiências pessoais e familiares sobre a violência doméstica. Por outro lado, não raro, há a reação contrariada de alguns meninos em relação a esse assunto. Nesses casos, podemos perceber a introjeção dos conceitos machistas e patriarcais que já foram inculcados neles por seus responsáveis. Em situações assim, os conflitos são inevitáveis e é necessária uma dose forte de segurança e domínio desse tema por parte do professor para esclarecer aos estudantes esses pontos sensíveis da boa convivência social.

Nesta dissertação de mestrado profissional em Ensino de História, farei o resgate da história de vida de mulheres que foram invisibilizadas pela sociedade resendense: as afrodescendentes. O objetivo geral desse trabalho será o de mapear e documentar registros das histórias de vida e obras de lideranças femininas afrodescendentes na cidade de Resende, de

modo que tais registros possam ser usados como recurso didático para discussão de questões étnico-raciais e de gênero nas aulas de História do Ensino Básico.

O tema desta pesquisa requer uma contextualização do Vale do Paraíba, da Região das Agulhas Negras, onde se localiza Resende, e a sua importância na História do Brasil. O desenvolvimento desse vale começou devido à ótima localização entre as capitanias de São Paulo e Rio de Janeiro, a meio caminho das minas de ouro no século XVIII, o que fez com que inicialmente a economia se baseasse na fabricação de anil, açúcar e plantações variadas. Em 1770, foram trazidas as primeiras mudas de café, que teve seu plantio incentivado no local. Segundo o professor e historiador Ênio Sebastião Cardozo de Oliveira, em seu texto “O paradigma da extinção: desaparecimento dos índios Puris em Campo Alegre, sul do Vale do Paraíba”, antes da formação dos povoados nessa região o “ouro seria, portanto, um dos fatores que poderiam explicar as primeiras levas de povoadores e o aumento populacional na região, justificando assim, sua elevação à freguesia de N.S. da Conceição do Campo Alegre, pelo alvará de 2 de janeiro de 1757” (MUAZE; SALLES, 2015, p. 163).

Para a produção do café para exportação, as fazendas chegaram a empregar, em 1877 cerca de 11.075 escravos (PRADO apud SALLES, 2008, p.319). Ainda, segundo Salles, esse quantitativo de mão de obra nos cafezais da região só foi possível devido ao tráfico ilegal de cativos africanos que, no período, era oficialmente proibido pela Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850. Também, segundo o pesquisador Alain el Youssef (YOUSSEF apud SALLES; MUAZE, 2015, p.142), comentando sobre a plataforma dos Regressistas que justificava esse comércio, publicada no Jornal *O Sete d’Abril* em 1º de agosto de 1835, por Bernardo Pereira de Vasconcellos, um defensor do escravismo, afirma que a escravidão “era acomodada a nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos, que melhoravam de condição”. Para Vasconcellos, a proibição do comércio de cativos não deveria ser “objeto de lei, mas que devia se deixar ao tempo e ao progresso do país”.

De fato, o forte enriquecimento da classe senhorial nessa região do Vale do Paraíba no sul Fluminense, não só com a produção do café, mas também com o “infame” comércio de cativos, alçou-os ao patamar de influenciadores diretos da formação econômica do jovem império brasileiro e também da cultura e políticas estabelecidas desde então.

É bom lembrar que o território de Resende, nesse período, era muito mais extenso, ocupando o Vale do Paraíba Sul Fluminense. Em 1850, com a crise do café, as fazendas tiveram que diversificar sua produção. Mesmo com a crise econômica, a vida cultural da região se manteve dinâmica nesses períodos. Havia muitos jornais e periódicos circulando na

cidade de Resende, que se dedicavam em seus classificadores a anunciar ofertas para aluguel e vendas de diversos produtos (cabras, vacas leiteiras, imóveis urbanos e rurais, instrumentos agrícolas, mão de obra escravizada). Também questões políticas e situações de violência urbana eram noticiadas.

Mas o que chama a atenção é o fato de que, como em toda historiografia do país, também a história local ter dado pouco (ou nenhum) destaque ao protagonismo de pessoas não brancas nas questões políticas, sociais e culturais. Sobre as mulheres, então, somente as brancas recebiam algum destaque – quando acontecia. Quanto às negras, somente sua disponibilização para aluguel e/ou quando cometiam algum crime, recebiam destaque no noticiário local.

A partir do século XX, há um silenciamento em relação a essa parcela da população - mulheres não brancas e homens negros - no que se refere a publicações de literatura, livros didáticos, jornais e periódicos, e também quanto à produção econômica e ocupação de espaços de poder. Essa situação nos impõe questionamentos como: não houve nenhum tipo de protagonismo da população afrodescendente nas lutas abolicionistas, nas conquistas pós-abolicionistas e na construção desse tal “passado e presente” dessa região? As mulheres negras não participaram dessa construção sociocultural? Nunca ocuparam espaços de poder? Que razões levam a tal invisibilização dos afrodescendentes na região que, turisticamente, ainda se denomina “Vale do café”?

Segundo Mariana Muaze e Ricardo Salles, essa região,

Era percebida como o esteio econômico do império e o *locus* de sua classe dominante. Nessa área, historicamente construída as relações políticas, econômicas, sociais e culturais empenharam de significados o acidente geográfico que lhe servia de base territorial. [...] ele ainda alimentava economicamente o porto e a praça do Rio de Janeiro, e política e culturalmente, estava em simbiose com a corte imperial. Por isso [...] o mais correto, seguindo Orlando Valverde, fosse falar em Bacia do Paraíba, região que compreenderia todas essas áreas e suas configurações socioeconômicas (MUAZE; SALES, 2015, p. 14).

Do ponto de vista socioeconômico e cultural, continua sendo um dos maiores centros financeiros, tecnológicos e de difusão de conhecimentos no país. Tendo como base a cidade de Resende, e refletindo sobre a difusão de conhecimentos, e dando um salto na história, chegamos ao ano de 1944, quando do início da instalação na cidade da Academia Militar das Agulhas Negras, que só recebeu este nome em 23 de abril de 1951. Ao longo dos seus mais de

duzentos anos de existência, a Academia Militar ocupou seis sedes. A partir de 1812, ela passou pelo Largo de São Francisco, pela Praia Vermelha, por Porto Alegre e pelo Realengo.

A influência sociocultural e econômica desse complexo educativo militar na cidade de Resende é explícita e vem de longa data. Muitos que atualmente são civis passaram pelos bancos escolares da AMAN, hoje são profissionais da área de Saúde, Educação, Comércio e Indústria, ajudando a movimentar a economia da cidade ao longo dos últimos 70 anos de presença desta instituição militar na cidade. A sua influência é tão efetiva que, ao longo do período da ditadura militar (1964-1985) e ainda hoje, a cidade de Resende ganhou mais uma denominação, “cidade dos *milicos*”.

Essa adjetivação pode ser compreendida pela existência, no contexto atual, de uma permanência de estruturas, valores e comportamentos socioculturais que se remetem ao que Muaze e Salles definem como a classe senhorial, e que tinham as seguintes características, no século XIX:

[...] associadas à escravidão e à grande propriedade rural, não se formava apenas em seu fazer econômico. Formava-se com todo um modo de vida, um *habitus*, entendido como formas de ser, sentir e agir não apenas reflexivas coetâneo com o *habitus* aristocrático do mundo europeu do século XIX, marcado, no entanto, pela ascensão da burguesia (MUAZE; SALLES, 2015, p. 16).

Na atualidade, para muitos moradores da cidade (e da região, pois a AMAN atende aos municípios da Região das Agulhas Negras em diversos aspectos), ser reconhecido como originário da cidade dos “*milicos*” chega a ser motivo de orgulho e distinção social que envaidece, especialmente nos tempos de predomínio sociopolítico das forças armadas na administração federal. E aí, mais uma vez, uma categoria social muito visibilizada no Vale do Paraíba se destaca no comando do país, como no Império o faziam os originados da classe senhorial, só que agora vestida com uniformes (mesmo que imaginários) “verde-oliva”, e que trazem para a vida social urbana da região hábitos e comportamentos que condizem com a caserna.

No presente, como no passado, os afrodescendentes têm pouco acesso às benesses desse *status* social. Quando se destaca a participação feminina, especialmente a feminina negra nos processos sociais de acesso aos espaços de poder, vemos que o processo de

invisibilização e silenciamento continua ativo e com vigor renovado e adaptado à realidade do momento político vigente no país.

A primeira faculdade inaugurada em Resende, fundada em 1964, pelo professor Coronel Antônio Esteves, cujo corpo docente era – e ainda é – composto prioritariamente por professores militares, oferecia os cursos de Economia, Pedagogia e Administração, formando centenas de profissionais civis dentro de uma dinâmica educacional que repete o conservadorismo e a disciplina do exército em todos os aspectos. Não é à toa que a sociedade resendense atualmente pode ser definida como ultraconservadora, em especial no que tange às questões de preservação de histórias e memórias de populações invisíveis e vulneráveis, e de acesso aos espaços públicos de poder. Diante deste fato, tenho que questionar: por que os dados históricos da população afrodescendente da cidade ainda permanecem tão pouco divulgados, especialmente sobre mulheres negras? Quais, entre as mais de cinquenta unidades de saúde, atendem às necessidades especiais da população negra da cidade? Essas questões estão pendentes de resposta.

O apagamento das histórias de vida das mulheres negras é constante e se detecta no ensino de história, tanto nacional quanto local. A invisibilidade social e curricular da história de populações afrodescendentes, devido ao silenciamento imposto pelo racismo e a estereotipia negativa na escola, é grave. Segundo a pesquisadora Júnia Sales Pereira, é “no bojo desse fundamento que se encontra o silenciamento em face do racismo e da estereotipia que marcam a escolarização brasileira” (PEREIRA, 2014, p. 188). Essa estereotipia, apontada por Pereira, pode ser encontrada na obra *Projeto Araribá Mais*¹, livro didático de História, utilizado desde 2018 na rede Municipal de Educação de Resende, que traz em seu conteúdo, para turmas de 7º anos do Ensino Fundamental, temas como “Reinos e Povos da África”, “América: Terra de muitos povos”, “A colonização da América”^{A4} e nos oitavos e nonos anos nenhuma menção aos afrodescendentes escravizados ou libertos no Brasil ou na América. É como se nada mais houvesse ocorrido na história dessas populações no Brasil.

O mesmo acontece com a obra paradidática *Resende Passado Presente*^{A5} (DIAS, 2014), distribuída a todas as bibliotecas das escolas públicas municipais. Nessa obra – dedicada a contar a História de Resende –, em duas páginas se exploram as temáticas referentes à escravização africana no Brasil, o período abolicionista e pós-abolicionista, sem menções ao protagonismo da população afrodescendente nesses processos históricos através dos movimentos políticos e rebeliões. Sobre a participação de mulheres afrodescendentes,

¹ FERNANDES, Ana Cláudia. Projeto Araribá Mais. Livro didático Projeto Araribá Mais, 7º ano EF anos Finais. Organizadora: Editora Moderna. Editora responsável: Ana Cláudia Fernandes. Edição: 1ª, 2018.

nada é apontado em ambas as obras citadas. Uma análise mais aprofundada sobre o conteúdo dessas duas obras didáticas utilizadas nas escolas do município será realizada no capítulo três dessa dissertação.

Registrar na história local, mesmo que de forma incipiente, a participação das mulheres negras na construção sociocultural de Resende, é um dos principais objetivos desta pesquisa, que atenderá as exigências da Lei 10.639/03 que instituiu o ensino de História da África e dos Afrodescendentes no Ensino Básico Nacional. O aprofundamento do conteúdo estabelecido na lei encontra-se no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História Afro-brasileira e Africana, de outubro de 2004.

O conteúdo das DCN's apresenta um panorama histórico sobre a condição da criança negra na Educação, ao longo da História. O texto toca em questões importantes para o afrodescendente brasileiro, como a necessidade de políticas de reparação, a urgente desconstrução do mito da democracia racial, aborda questionamentos comuns dos educadores como se deve ou não designar aos alunos como negros e desmistifica afirmações equivocadas como a de que negros se discriminam entre si e são racistas também. A intenção não é de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar os currículos escolares para a diversidade racial, cultural, social e econômica presente na sociedade brasileira.

Em nove de janeiro de 2003, foi publicada a íntegra da lei 10.639, que torna obrigatório no currículo dos estabelecimentos da rede de ensino oficiais a temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e em seu artigo 1º, §2º indica que “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação artística e de Literatura e História Brasileira” (DCN, 2004, p.35).

Fruto de pressões sociais feitas principalmente por parte do movimento negro, essa lei foi alvo de intensos ataques, críticas, debates e discussões na sociedade e no Congresso Nacional, quando de sua votação; e ainda continua a ser criticada por setores ditos ‘conservadores’ de nossa sociedade. De fato, tornou-se um primeiro passo na busca por reparação e valorização da história e cultura dos afrodescendentes e, também, da valorização da ancestralidade dessa população quando exige o ensino da História da África. Mas ainda há muito que caminhar no sentido de “ampliar os currículos escolares para a diversidade racial, cultural, social e econômica presente na sociedade brasileira”. (DCN, 2004, p.11).

Também é necessário frisar que a pesquisa, a elaboração do projeto dessa lei, seu debate e aprovação pelo Congresso Nacional serviu para comprovar que havia historicamente

a existência de um Estado com estruturas racistas fundamentadas no ensino de apenas uma perspectiva social, a eurocêntrica. A sanção da lei 10.639/03 ocorreu durante a vigência de um governo declaradamente progressista em relação às causas socioculturais e econômicas, no final do período de redemocratização sociopolítica nacional, como uma promessa do início da reparação das injustiças sociais cometidas ao longo dos quinhentos anos de história no Brasil contra a população afrodescendente.

Inserida nesse contexto, minha pesquisa poderá propiciar aos estudantes de Resende a oportunidade de conhecer várias histórias, de parte da população, que foram invisibilizadas pela historiografia local, contribuindo para promover a reparação e valorização destas memórias silenciadas durante séculos na região. Parafraseando a “Lenda do Timburibá”², essa pesquisa pretende ajudar a afastar os “gambás” que vem destruindo, enterrando, ou ainda invisibilizando a história dos afrodescendentes desta cidade ao longo do último século, mas sem derrubar a árvore e, também preservando os “galinheiros”, porque eles fazem parte da História local. Ainda...

No primeiro capítulo, justifico a importância desse resgate com uma discussão entre diversos autores que fundamentam as razões da minha escolha sobre esse tema de pesquisa e, em seguida, reflito sobre os motivos da invisibilidade dessa parcela da população na História do país e, mais especificamente, nos registros historiográficos da cidade de Resende. Também a contribuição de outros pesquisadores em ensino de História, que tiveram seus trabalhos de pesquisa e produtos disponibilizados no EDUCAPES, será de grande importância para a interação deste trabalho e seu produto com outros professores-pesquisadores.

No segundo capítulo, abordo a elaboração do roteiro da produção do material didático audiovisual com os depoimentos de mulheres negras selecionadas na cidade de Resende. Busco explicitar os critérios para a montagem das entrevistas e os procedimentos que nortearão a gravação e edição das imagens para a produção de um documentário sobre as mulheres negras de Resende com uma duração de quarenta e cinco minutos. Esse registro audiovisual será, posteriormente, disponibilizado para uso nas salas de aulas do Ensino Básico, bem como a atividade didática que o acompanhará. Um guia pedagógico de uso desse material consta explicitado e anexado a esse trabalho. Também haverá disponibilização desse material para o público mais amplo, em canal no *YouTube*, com a íntegra das entrevistas, para aqueles que quiserem se aprofundar sobre as histórias de vidas dessas mulheres.

² MAIA, João de Azevedo Carneiro. A Lenda do Tymburibá. Jornal *O Timburibá*. Resende/RJ, 1883. Arquivo Histórico Municipal. Acesso em 06 de abril de 2021.

No terceiro capítulo, faço a avaliação desta pesquisa. Também apresento uma discussão sobre os aspectos da BNCC – Base Nacional Curricular Comum – e da Lei 10.639/03 (Ensino da História da África e dos Afrodescendentes nas Escolas do Ensino Básico), para contextualização desta pesquisa e de seu produto. Apresento também um dispositivo pedagógico que será transformado em livro eletrônico (e-book) que acompanhará o documentário como sugestão de uso das imagens pelos professores nas salas de aula. Esse *e-book* substitui as práticas idealizadas por mim para avaliação da viabilidade do uso do documentário nas salas de aulas. Concluo o trabalho com a justificativa da importância desse conhecimento para as novas gerações de estudantes e, com isso, aponto possibilidades da produção de outro material audiovisual incluindo os homens negros da cidade de Resende e da região do Vale do Paraíba Sul fluminense e Paulista, num aprofundamento futuro desta pesquisa.

Esta dissertação trata de uma temática inédita, segundo pesquisa feita por mim no banco de dissertações do PROFHISTÓRIA e no portal da CAPES. Quando busquei sobre ensino de história e mulher negra, encontrei diversos trabalhos de pesquisa. Destaco a dissertação do Mestrado em Ensino de História/PROFHISTÓRIA da professora Andreia Costa Souza, realizada na Universidade Federal do Tocantins (UFTO), apresentada em Araguaína/TO em 2020, cujo título é “Ensino de História e Mulher Negra: Um olhar interseccional sobre as percepções de estudantes em Conceição do Araguaia/TO”, na qual a autora descreve a experiência pedagógica realizada em uma escola pública de sua cidade com alunos de oitavo ano sobre os sistemas de discriminação que estruturam a condição histórica da mulher negra.

Em sua pesquisa, Souza realizou oficinas com estudantes, em que discutiram sobre racismo estrutural e a interseccionalidade entre classe-raça-gênero no que tange às vivências de mulheres e meninas negras naquela localidade. Ela afirma que “o desafio de descolonizar e enegrecer o Ensino de História é um caminho tortuoso, mas possível.” (SOUZA, 2020, p. 11). Tal como Souza, também enxergo nesse trabalho que realizo um caminho ainda muito tortuoso a ser vencido, pois, convencer colegas profissionais de Educação sobre a importância de uma educação diversa é difícil nos tempos de polarizações ideológicas que vivemos. O trabalho mencionado, assim como o meu, pode ser compreendido como um ensaio na busca da prática de uma pedagogia decolonial e na construção de um novo currículo que contemple plenamente a legislação vigente e a necessidade urgente de ‘descolonização do ser, do saber e do poder’ (GOMES, 2018), através de atividades que respeitam e valorizam a identidade de cada indivíduo e combate discriminações e preconceitos, com suas práticas inclusivas e

libertadoras. Sentimos a responsabilidade de levar às gerações futuras, que se encontram nesse momento parcialmente apartadas da escola, um novo ânimo para empreender na construção de uma sociedade menos desigual para todos.

1 CAPÍTULO 1 “O QUE O RACISMO FEZ COM VOCÊ?”³

Enquanto profissional da Educação, tenho que ter a consciência dos processos de mutilações mentais, epidérmicas e emocionais impostas pela parte da sociedade que se acredita superior e branca e que, através de incentivos a um sistema de genocídio biofísico dos não brancos, impõe a compreensão e aceitação de uma democracia racialmente ultra seletiva, de modo que afrodescendentes e indígenas (ou qualquer outra pessoa que não se encaixe nos moldes europeus) não tenham espaço como cidadãos.

Uma das estratégias utilizadas para a negação do espaço social aos não brancos é a de inculcar, desde a mais tenra idade, a autonegação de suas características étnicas para evitar ser vítima de rejeição social, conseguindo, assim, fazer com que esse cidadão, acredite em sua inferioridade. Essa atribuição da alteridade e da condição de outro que deve ser confinado no lugar que lhe foi imposto, pode explicar o modo como reagem muitos meninos ao escutarem relatos de violência doméstica feitos por meninas em sala de aula, utilizando-se da violência verbal como argumento nas discussões e debates sobre o assunto.

Olhando pelo retrovisor de minha vida, percebo que o racismo sofrido por mim naquela oportunidade (da agressão ao final de uma palestra), não foi o primeiro episódio, mas o mais significativo, um marco na minha história individual, que acabou se forjando através do engajamento em grupos feministas e movimentos sociais. Foi o que me fez mergulhar na busca por mais conhecimento sobre a nossa sociedade no ambiente acadêmico, para que, futuramente, possa atuar com maior propriedade no combate ao racismo, ao machismo e à violência contra as mulheres e, além disso, promover também a visibilidade e empoderamento das mulheres negras. O episódio de agressão que sofri me fez acordar para a necessidade urgente de valorizar a fala e a voz dos que são oprimidos, os quais nem sempre, como eu, tiveram a oportunidade de reagir a tais agressões. hooks salienta que

[...] é impossível que floresçam intelectuais negras se não tivermos uma crença essencial em nós mesmas, no valor de nosso trabalho e um endosso correspondente do mundo a nossa volta para apoiá-lo e alimentá-lo. Muitas vezes não podemos procurar nos lugares tradicionais o reconhecimento de nosso valor, temos a responsabilidade de buscá-lo fora e até criar diferentes locações (hooks, 1995, p. 10).

³ Para o título deste capítulo, inspirei-me na pergunta de Grada Kilomba (2019.p.226).

Foram as razões descritas acima que me levaram, junto a outros profissionais, a construir o projeto “130 anos de Abolição: Realidade ou Ilusão?”, em 2018, na Escola Municipal Noel de Carvalho, em Resende. O título do projeto é uma cópia do tema do samba-enredo da escola de samba carioca GRES Mangueira de 1988, que, naquele ano, focou nas comemorações dos 100 anos da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel. Também busquei na letra do samba-enredo da escola de samba Beija-Flor de Nilópolis de 2018, cujo título era “Monstro é aquele que não sabe amar (os filhos abandonados da pátria que os pariu)”, como motivador para o início das atividades com os estudantes.

No período da primeira semana de fevereiro daquele ano, antes do início das aulas, colocamos no papel nossas ideias sobre as atividades com esse tema, de modo que professores de diversas áreas pudessem contribuir. Para nossa surpresa, algumas orientadoras pedagógicas, juntamente com outros profissionais da escola, foram contrárias ao tema, as quais disseram que estava fora do contexto tal discussão com os alunos e sugeriram que explorássemos a Copa do Mundo como tema do Projeto Pedagógico. Como éramos maioria, insistimos e levamos adiante as atividades, convidando palestrantes que trabalham nas políticas públicas sobre a violência contra a mulher, pesquisadores das relações étnico-raciais, grupos de dança tradicional africana (ONG Pedra Sonora), capoeiristas de projetos em bairros da cidade, dentre outros cidadãos que contribuíram com o evento, com suas falas em rodas de conversas.

No currículo de História do 7º ano, os objetos de estudo iam desde a antiguidade africana até o período da mineração no Brasil; no 8º ano, desde a mineração até a proclamação da República; no 9º ano, da proclamação da República até a Era Vargas. Para os professores de História foi muito interessante essa troca com os colaboradores que vinham conversar com os estudantes. A culminância do projeto aconteceu em junho, com um grande “banquete africano”, construído em conjunto por estudantes e professores das diversas áreas, além das apresentações artísticas promovidas pelos alunos e as ONGs e pesquisadores que participaram das rodas de conversa na primeira etapa do projeto. Muito elogiado, esse projeto se estendeu pelo segundo semestre, abarcando “Os 70 anos da declaração universal dos direitos humanos e os 30 anos da constituição”, com a mesma dinâmica do primeiro semestre.

Utilizei, nos parágrafos anteriores, alguns verbos no pretérito porque, no ano letivo seguinte (2019), o currículo de História e Geografia foi modificado pela Secretaria Municipal de Educação - Resende. Antes, o ano letivo era dividido em três etapas. A partir de então, passou a ser dividido em quatro bimestres e, como resultado, os assuntos relativos às relações étnico-raciais foram colocados para o último bimestre (outubro/novembro). Antes, tínhamos

todo o primeiro semestre; agora, cerca de 40 dias no final do ano. Mesmo questionando sobre essa mudança curricular, ela foi oficializada.

Essa mudança curricular teria sido uma tentativa de silenciamento? Estávamos seguindo a Lei 10.639/03, que instituiu o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas diversas disciplinas do Ensino Básico. O interesse e a motivação dos estudantes ficaram evidentes quando pudemos dar um tempo maior ao estudo e discussões sobre diversos assuntos relacionados ao racismo, às desigualdades sociais, à necropolítica, à violência contra a mulher e contra os jovens negros e à invisibilidade da mulher negra na História de nossa cidade. A quem incomodamos?

Em relação a esse incômodo provocado pelas atividades do nosso projeto, encontrei, na obra *Memórias da plantação: episódios do racismo cotidiano* (2019), uma discussão sobre as diversas nuances da ação dos dominadores, do sujeito branco em relação ao negro nas sociedades ocidentais na atualidade. No capítulo intitulado “A Máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização”, a autora discute a imposição do silêncio aos povos oprimidos nessas sociedades com base no conceito de repressão de Freud, explicando que

[...] a repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”. Falar torna-se assim, virtualmente impossível, pois, quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser dita nem tampouco ouvida. A impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo (KILOMBA, 2019, p. 42).

As modificações impostas ao currículo pelo poder público demonstram que não há interesse dos gestores em incentivar discussões e atividades que favoreçam o contato da comunidade escolar com profissionais e pesquisadores que trabalham com temas importantes para nossa sociedade, como o racismo e a violência.

Visando iniciar a implementação de um currículo multicultural para História, tal como explica Maurício Silva, em seu texto “Educação e Relações étnico-raciais no Brasil: Tensões entre os Currículos Afrocentrados e Eurocentrados”:

A adesão [a um currículo multicultural] nasce da constatação de que é no campo curricular que as tensões raciais adquirem uma de suas expressões máximas, na medida em que refletem o ideário de grupos raciais dominantes

e se manifestam como narrativas com alto grau de racialização (SILVA *apud* ROCHA, 2021, p. 26).

Será necessário enfrentar a torrente de empecilhos que sempre são colocados à inserção de conteúdo afrocentrado nos currículos tradicionais nas redes públicas de nossa cidade. Devemos questionar sempre as modificações impostas às narrativas curriculares, conforme o exemplo acima, buscando fontes e pesquisas sobre o assunto e transpondo didaticamente esse conteúdo para os estudantes.

No projeto original, ao longo do mês de setembro daquele ano, realizei uma aula-passeio no centro histórico de Resende. Após uma visita à Praça Oliveira Botelho, à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, à Casa de Cultura Macedo Miranda (Arquivo Histórico Municipal) e ao Cemitério Senhor dos Passos, alguns estudantes questionaram a ausência de citação dos atos de mulheres no século XIX, tanto das brancas quanto das negras escravizadas e libertas. Também questionaram o porquê da pouca divulgação, na história da cidade, de mulheres negras que tenham exercido cargos ou lideranças na sociedade.

Os questionamentos dos jovens eram parecidos com os meus – enquanto mulher negra e profissional da Educação – uma vez que, em minha origem familiar, convivi com mulheres negras, profissionais excelentes, mas que viviam se queixando da falta de valorização de seu trabalho. Sempre entendi esses lamentos como uma forma de desabafo e aconselhamento para mim, ainda na infância. Depois, na adolescência, comecei a compreender que tal desvalorização estava ligada ao racismo e, atualmente, entendo que era um racismo estruturado numa visão de subalternidade da mulher negra pela sociedade branca e patriarcal dominante em nossa cidade.

Sabemos, pela própria experiência, que, enquanto mulheres, interrogamos e estudamos o passado de uma forma particular, própria de quem vivenciou ao longo da existência a submissão a ideias e atitudes como as da família patriarcal, do machismo presente nas relações profissionais, do sobrepeso na responsabilidade na administração do lar e na educação dos filhos e das ingerências sobre nossas opções sexuais, além de outros fatores. Há, sim, memórias a serem revisitadas e registradas por serem especificamente femininas e negras. A mulher negra foi quem experimentou a subalternidade e a submissão em todos os momentos da história da sociedade brasileira, sempre tidas como as “mães pretas”, “amas de leite”, dentre outros termos.

Segundo Lélia González, o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da “mucama”, quando afirma que

[...] a doméstica é a mucama permitida, a da prestação de serviço, o burro de carga que carrega a sua família e a dos outros nas costas. [...] os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação depende da situação em que somos vistas (GONZÁLEZ, 2019, p. 237).

Para as mulheres negras, a sobrecarga social é ainda mais cruel em nosso país, uma vez que, historicamente, ocupam cargos e executam trabalhos nos quais a remuneração é menor, se comparada à população branca. Segundo Sueli Carneiro, em seu texto “Mulheres Negras na Educação: desafios para a sociedade brasileira”, contido no livro *Gênero e Educação* (2016), as mulheres negras no Brasil representavam 27,8% da população do país, segundo dados do IBGE de 2016, formando um contingente de 58.566.935 de pessoas e era perceptível uma grande desigualdade educacional entre mulheres brancas e negras – mesmo as negras sendo a maioria na população do país – na medida em que seus acessos à educação escolar sempre foram dificultados por fatores históricos já mencionados. Segundo a autora:

as desigualdades na educação a partir dos grupos de cor e sexo ficam explícitas nas análises históricas, conforme já realizado pelo Informe Gênero e Educação [...], que apresenta dados relativos à melhor participação e melhor desempenho das mulheres na maioria dos indicadores educacionais, contudo destacava “[...] as grandes desigualdades entre elas, sobretudo com relação às variáveis cor/raça e local de residência (urbano/rural) [...]”, que desnudam as distâncias entre mulheres negras e brancas, e das negras em relação aos homens brancos, conformando assim a estratificação social resultante de desvantagens históricas sofridas pela população negra (CARNEIRO, 2016, p. 125).

Naturalmente, essa situação dificulta o acesso à escolarização, à saúde e às políticas públicas de segurança com qualidade. Segundo Mauricio Pestana, em São Paulo, em 2014,

[...] apenas 8% das empresas (que) estão preocupadas em promover a igualdade racial em seus quadros revelaram ter políticas de integração e promoção para esse grupo (negros), contra 28,3% de vagas destinadas a portadores de deficiências, 17% para mulheres e 9,4% para quem tem mais de 45 anos de idade (PESTANA, 2016).

Em sua coluna, Maurício Pestana não especifica, do total de 17% de vagas destinadas às mulheres nas empresas paulistanas, quantas eram para as negras. Essa vulnerabilidade no

mercado de trabalho para os negros, e em especial para as mulheres negras, demonstra a falta de políticas públicas eficientes para a promoção da inclusão dos afrodescendentes no mercado profissional mais competitivo e com salários mais altos, uma vez que “homens e mulheres negras continuam relegados à base da pirâmide, com salários inferiores aos de seus colegas de outras raças e com escasso acesso a postos de responsabilidade na hierarquia corporativa” (PESTANA, 2016).

No contexto da pandemia de Covid 19 acontece a piora da situação de pobreza e extrema pobreza identificada principalmente entre mulheres. Segundo algumas pesquisas esse fenômeno denomina-se como feminização da pobreza (IPEA, 2005). Esse conceito é mais percebido quando a família é chefiada por mulheres. Nos dados da PNAD, 2018, “Se consideramos a linha de pobreza de menos de US\$ 5,5 diários per capita, 39,6% das mulheres brancas sem cônjuge e com filhos até 14 anos se encontram em situação de pobreza, sendo que 68,4% está entre os 50% com menores rendimentos. Já entre as mulheres negras com o mesmo arranjo familiar, 63% está abaixo da linha da pobreza e 87,8% se localiza entre os 50% com menores rendimentos (dados da Pnad Contínua de 2018)”.

Não é possível ignorar a dimensão racial embutida nesse debate tendo em vista a desvantagem que existe nas famílias chefiadas por mulheres negras. Essas disparidades, demonstradas em diversas pesquisas fazem com que essa parcela da sociedade continue vivenciando essa dupla experiência: ser mulher negra e pobre, e assim mantendo-se na base da hierarquia social.

Neste período de pandemia a extrema pobreza no país aumentou afetando diretamente a parcela da população historicamente mais vulnerável – as mulheres pretas. Segundo João Hallak coordenador do SIS (Sistema de Informação em Saúde) “Entre as pessoas abaixo das linhas de pobreza do Banco Mundial, 70% eram de cor preta ou parda, enquanto a população que se declarou com essa característica era de 56,3% da população total. A pobreza afetou ainda mais as mulheres pretas ou pardas: eram 28,7% da população, mas 39,8% dos extremamente pobres e 38,1% dos pobres” (HALLAK citado por SARAIVA. IBGE. 2020).

Esse retrocesso socioeconômico derivado da necessidade do distanciamento social para controle do contágio pelo SARSCov-19 penalizou pesadamente as mulheres negras brasileiras uma vez que essa “ população [...] está mais presente na informalidade, possui menos anos de estudo, está em atividades que remuneram menos, então tudo isso contribui para que a renda do trabalho seja menor. Certamente, todos esses elementos tanto do mercado de trabalho quanto de fora do mercado de trabalho fazem com que tenham um rendimento

domiciliar per capita inferior e se insiram relativamente mais nessas categorias de pobreza e extrema pobreza” (HALLAK citado por SARAIVA:IBGE, 2020).

A necessidade do distanciamento social imposta pelo novo Coronavírus fez acentuar no Brasil o entendimento do conceito de que há uma “feminização da pobreza” (IPEA, 2005) porque ficou mais fácil pontuar as enormes dificuldades que atingiram as mulheres pobres com a pandemia do Covid 19. As mulheres, sobretudo as negras, em sua maioria moradoras de comunidades e periferias, trabalhadoras autônomas e informais sentem mais fortemente os impactos causado pela pandemia.

São as empregadas domésticas, diaristas, manicures, balconistas, caixas de supermercados e padarias e que estão na linha de frente nos cuidados com saúde ou subempregos para os quais não existe home Office. Além disso, vivendo em comunidades que são verdadeiros aglomerados humanos sem saneamento básico adequado tem dificuldade de acesso as medidas de higiene necessárias para evitar o contágio.

A prova de que no Brasil a pobreza é “um substantivo feminino” (e negro) e de que a feminização da pobreza é um processo contínuo, foi a constatação de que a primeira morte por Covid 19 registrada no Rio de Janeiro vitimou uma empregada doméstica de 63 anos e com problemas de saúde e que para melhorar a renda familiar percorria semanalmente cerca de 120 km, de sua casa em Miguel Pereira no Sul Fluminense até o apartamento dos patrões no alto Leblon o bairro que tem o metro quadrado mais valorizado do país.

Mais um beco construído pela história que precisa ser saneado com saídas mais humanas e justas.

1.1 Becos da História⁴

Toda a reflexão anterior me estimulou a optar, para esta dissertação de mestrado, pelo tema a pesquisar. Pretendo resgatar a história de vida de mulheres negras que atuaram, e ainda atuam, na sociedade resendense, mas que foram invisibilizadas pelo fato de não serem brancas. O objetivo é deixar suas falas e imagens como um documento no qual ficarão registradas suas trajetórias pessoais, profissionais e sociais, para ser visto e estudado nas salas de aulas do Ensino Básico. O material poderá servir também para fomentar discussões sobre o racismo estrutural, o feminismo negro, a subalternidade e a invisibilidade das mulheres não brancas e o racismo “genderizado”, dentre outras questões.

⁴ Subtítulo inspirado na obra *Becos da memória*, de Conceição Evaristo.

Para começar este trabalho, fui pesquisar na Casa de Cultura Macedo Miranda, que abrigava o Arquivo Histórico Municipal e os registros em jornais, livros e revistas, onde encontrei algumas preciosidades sobre as mulheres não brancas no século XIX. Descreverei alguns exemplos de publicações aqui. No jornal *O Astro Rezendense*, na edição de dezembro de 1869, encontrei um anúncio nos classificados, feito pelo subdelegado de polícia da cidade, o capitão José Gregório Thaumaturgo, que tornava público, nas formas da lei, a proibição de atividades nas chamadas “casas de negócios”, devido ao fato de que os donos dessas instituições e caixeiros permitiam que escravizados de ambos os sexos ficassem por tempo “dilatado” disponibilizados ao público (dia e noite) em uma situação que o autor define como “abuso”, prometendo punir os infratores caso flagrasse estabelecimentos nessas situações (Cf. Figura 1). Nessa publicação, podemos identificar o abuso dos corpos escravizados para venda na área urbana da cidade e supor que boa parte desses escravizados era do sexo feminino, meninas castigadas de uma forma mais intensa, por serem negras e mulheres.

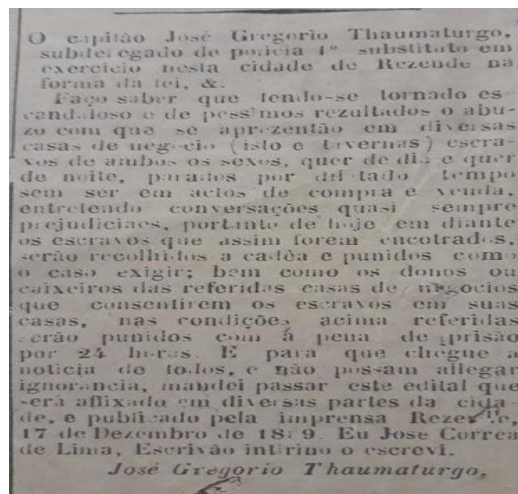


Figura 1 - Anúncio feito pelo subdelegado de polícia da cidade de Resende

Fonte: ASTRO REZENDENSE. Resende, edição de dezembro, 1869.

Em outro anúncio, a própria tipografia do jornal *O Astro Rezendense*, edição de janeiro de 1870, servia de ponto de referência para quem estivesse interessado em comprar uma “escrava jovem e sadia com preço razoável” (Cf. Figura 2). Esse anúncio, sem a indicação do nome do anunciante, está publicado junto a outro, de uma “cabra leiteira muito mansa”, também mantendo o anonimato sobre o proprietário. Tal tipo de publicação, comum no período, demonstra a objetificação e animalização do corpo negro, em especial da jovem negra, que era oferecido nos classificados dos jornais como mais uma peça para trabalho,

como qualquer outro utensílio doméstico. Nem o nome nem a idade dessa escravizada são informados no anúncio, denotando a sua pouca importância social.

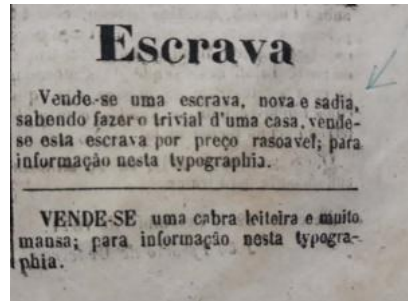


Figura 2 - Comércio de peças de trabalho

Fonte: ASTRO REZENDENSE. Resende, edição de janeiro, 1870

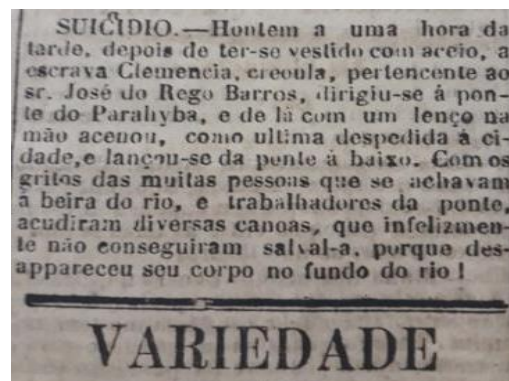


Figura 3 - Suicídio de escravizada

Fonte: ASTRO REZENDENSE, Resende, edição de agosto, 1872

Na mesma publicação, em agosto de 1872, evidencia-se, na página de variedades, a publicação do suicídio da escrava Clemência, que teria se atirado nas águas do Rio Paraíba do Sul, onde o jornalista descreve o “asseio” com que se vestiu para praticar o ato tido como “insano” (Cf. Figura 3). Muitas pessoas tentaram salvá-la, mas não conseguiram. Além disso, no jornal *O Itatiaya*, edição de dezembro de 1876, notabiliza-se a publicação de outro suicídio, da escrava Joanna, septuagenária que, após ter sido severamente castigada por sua proprietária, atirou-se nas águas do rio Paraíba do Sul, segundo testemunhas arroladas pelo jornal (Cf. Figura 4).

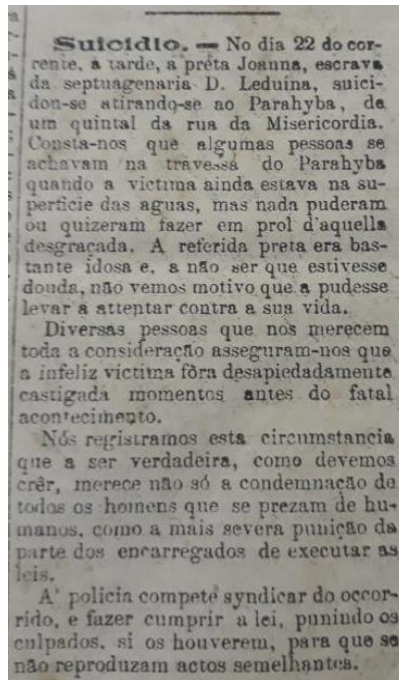


Figura 4 - Suicídio de escravizada

Fonte: O ITATIAYA. Resende, nº11, edição de dezembro, 1876

A rotina estafante e humilhante a que eram submetidos os escravizados nas cidades e lavouras brasileiras, como na cidade de Resende no período descrito nos exemplos das publicações colocadas acima, demonstra que essa carga era muito mais pesada quando se tratava de uma mulher. “A mulher negra escravizada não era tão valorizada quanto o homem negro escravizado. Em média, o homem escravizado era mais caro que a mulher escravizada” (hooks, 2020, p. 37). A observação de bell hooks, mesmo referindo-se ao mercado escravista estadunidense do século XVIII, demonstra que o peso do sofrimento imposto pela escravização africana no continente americano era mais cruel sobre as mulheres, fato que se repetia em todos os países que, naquele período, adotavam o sistema escravista de exploração de mão de obra.

Nos jornais pesquisados, a forma de se referir ao escravizado era diferenciada quando se tratava de homem ou mulher. Os valores oferecidos nas vendas também eram mais altos quando se tratava de jovens negros. As mulheres escravizadas, além de mais baratas, eram oferecidas para fazer todo tipo de trabalho, inclusive aqueles que aos homens escravizados não eram impostos, como os trabalhos domésticos e a prostituição.

Por essa razão, observa-se nas publicações dos editais de matrículas para os recém-nascidos escravizados (Cf. Figura 5), e também nos obituários (Cf. Figura 6), que a expectativa de vida das mulheres escravizadas era menor do que a dos homens. Isso me leva a

pensar que as excessivas exigências de trabalhos sobre as mulheres escravizadas as tornavam fisicamente mais debilitadas, o que repercutia em sua longevidade.



Figura 5 - Chamada pública para matrícula e batismo de escravizados

Fonte: O TIMBURIBÁ. Resende, edição de fevereiro, 1872

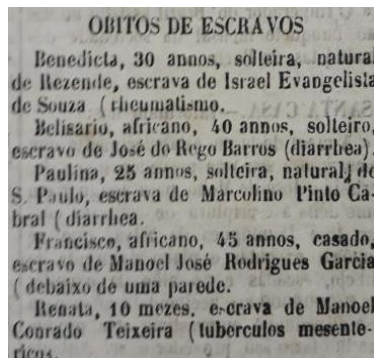


Figura 6 - Obituário de escravizados

Fonte: O TIMBURIBÁ. Resende, edição de fevereiro, 1872

Além desses registros sobre a presença de mulheres negras, escravizadas e libertas na sociedade resendense no século XIX, muito se encontra sobre o dia a dia de lavadeiras, amassecas e amas de leite. Também se registram com frequência os crimes cometidos por elas, sempre sendo o aspecto negativo da vida cotidiana ressaltado nessas publicações.

Sobre esse aspecto, Keila Grinberg, em seu texto “A História nos Porões dos Arquivos Judiciários”, descreve detalhes sobre o assassinato de Antônio Homem Abranches Brandão, ocorrido em novembro de 1859, na cidade de Resende, que ficou conhecido na imprensa regional e na cidade como “o crime da escrava Paula”. Esse homicídio, ou latrocínio, segundo os registros das investigações da época, fora cometido por Paula, seu irmão João Batista e José, filho de Paula, além de Manoel Francolino, amigo deles e escravo de Antônio José Dias Carneiro. Naquela noite de novembro de 1859, Paula deu aguardente às crianças Alexandrina

e Joaquim (seus dois filhos) e à Mônica, uma agregada da casa, todos escravos de Abranches Brandão. Ao chegar em casa, por volta das 22h, Abranches foi agarrado e asfixiado pelos três homens sob o olhar de Paula. O grupo, após ocultar o cadáver de Abranches Brandão dentro da casa (para, na manhã seguinte, jogá-lo próximo ao rio Sesmaria), saqueou a residência retirando jóias e alimentos. Muitos questionaram na época o porquê de tanta crueldade, se desejavam apenas roubar o proprietário da residência (GRINBERG, 2017, p. 135).

Durante o processo de investigação do crime, foram presos os autores que, em um primeiro depoimento, negaram a participação no assassinato. No segundo depoimento, um dos acusados, João Batista, esclarece os reais motivos para o assassinato de Abranches Brandão, conforme declaração dele extraída no processo criminal de 1859:

Na quarta-feira da semana finda, seu senhor [...] mandou para casa de Israel Evangelista de Souza, onde ele respondente se achava alugado, o que ele respondente não foi, porque na noite antecedente o dito senhor tinha procurado forçar uma mulatinha escrava [...] de nome Alexandrina, filha da parda Paula, e irmã do pardo José e sobrinha dele respondente, o que o mesmo seu senhor tentara desde que faleceu a senhora mulher dele, isto tanto de dia como de noite; e até mandou fazer uma cama perto da cama dele, dizendo que era para a dita mulatinha dormir ali, pelo que a dita Paula andava muito zangada, bem como o referido José (BATISTA *apud* GRINBERG, 2017, p. 135).

Diante do exposto na fonte citada, percebemos que todos os acusados tinham suas razões para castigar Abranches. No entanto, esse crime ficou conhecido nas crônicas policiais da época como o “crime da escrava Paula”, talvez porque, entre outras questões, Paula tivesse o desejo de se vingar do seu patrão por abusar sexualmente de sua filha Alexandrina, um crime comum na época, quando perpetrado pelos homens de “bem” contra as escravizadas, mas tido como hediondo nos dias atuais. Lembrando que Paula não agiu sozinha, então por que só ela ficou conhecida pelo latrocínio?

A cidade de Resende, naquele período, tinha uma população em torno de 24.188 entre pessoas livres e escravizadas, segundo João de Azevedo Carneiro Maia (autor do livro *Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende desde a sua Fundação*, de 1891), sendo, aproximadamente, 6.220 homens escravizados e 4.103 mulheres escravizadas, somando um total de quase 10.323 escravizados. Diante da população total da cidade, observa-se um alto número de pessoas não brancas escravizadas e, dentre elas, um número menor de mulheres afrodescendentes escravizadas (Cf. Figura 7).

— 256 —

N. 1

População do município de Resende, e particularmente da paróquia da cidade nos annos de 1856 e 1872

MUNICIPIO. — POPULAÇÃO LIVRE EM 1856								
PARÓQUIAS	Fogos	Homens	Mulheres	Menores	Solteiros	Casados	Viuvas	Total
Cidade.....	1.369	3.737	3.507	2.985	4.792	2.060	362	7.244
Campo Bello..	416	1.068	1.017	903	1.341	644	160	2.085
S. Vicente....	549	1.484	1.428	1.249	1.886	900	126	2.912
Sant'Anna....	307	831	793	717	1.070	498	56	1.684
	2.641	7.120	6.745	5.854	9.080	4.132	644	13.865

POPULAÇÃO ESCRAVA EM 1856								
PARÓQUIAS	Fogos	Homens	Mulheres	Menores	Solteiros	Casados	Viuvas	Total
Cidade.....	1.369	3.340	2.181	2.320	4.477	867	177	5.521
Campo Bello..	416	1.089	621	391	1.230	418	62	1.710
S. Vicente....	549	836	591	465	1.120	272	35	1.427
Sant'Anna....	307	935	710	385	1.174	456	35	1.655
	2.641	6.220	4.103	3.561	8.001	2.013	309	10.323

Total da população livre e escrava..... 24.188

N. 2

População da paróquia de N. S. da Conceição em 1872

FOGOS	LIVRE			ES CRAVA			TOTAL
	Homens	Mulheres	Menores	Homens	Mulheres	Menores	
1.740	2.734	2.770	3.195	1.890	1.321	899	12.809

POPULAÇÃO DA CIDADE

Era a população urbana em 1872 de..... 2.865 habitantes

Dita rural da paróquia da cidade..... 9.944

Total..... 12.809

Havendo na cidade 392 casas, segundo o lançamento da collectoria em 1872, corresponde a 7 para 8 habitantes por casa.

Figura 7 - Estatísticas sobre a população de Resende

Fonte: MAIA, João Carneio de Azevedo. *Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Resende desde a sua Fundação*. Rio de Janeiro: Typographia da Gazeta de Notícias, (1891, p. 256).

A “escrava” Paula era liberta, mas negra, e seus filhos ainda eram escravizados. Essa situação a obrigava a continuar convivendo com seu antigo senhor para não se afastar de suas crianças. Qualquer mulher, no lugar de Paula, reagiria mal diante da constatação do abuso sexual cometido contra sua filha e, nesse caso, agravado por uma situação de humilhante e cruel escravização. Fica claro no processo que ela não matou, objetivamente, o seu patrão, mas sim, foi cúmplice dos outros acusados. Então, por que, ainda hoje, “carrega” a fama de ter sido a assassina de Abranches? Talvez pelo costume de responsabilizar, com maior peso, a mulher que participa de algo condenável pela sociedade.

Com o passar dos anos essa situação de injustiças tem se repetido cotidianamente no país, muitas pesquisas e estudos tem sido apresentados neste sentido e para nossa discussão utilizo o trabalho de Iara Maribondo Albuquerque, em sua dissertação de mestrado *Violência sexual e discriminação racial: influência na responsabilização da vítima*, afirma que

a realidade pode ser um pouco pior quando se trata das mulheres negras inseridas neste contexto (de violência sexual). [...] sofrem as consequências do efeito aditivo entre preconceito racial e relação hierárquica de gênero, são duplamente discriminadas: por ser mulher e por carregar uma herança histórica cruel relativa ao preconceito racial (ALBUQUERQUE, 2015, p. 21).

Mesmo porque essas mulheres “são as que perdem anos de vida devido a uma subordinação secular, relacionada ao gênero, à raça e à classe social” (BARBOSA *apud* ALBUQUERQUE, 2015, p. 21), tendo poucas oportunidades para sair sozinha dessa situação sem o apoio social ou de políticas públicas direcionadas a sua proteção e preparação para inserção no mundo do trabalho.

Em nosso país, o papel sexual e social da mulher negra foi marcado pela escravidão – condição em que o abuso sexual praticado pelo homem branco era comum e tolerado – pois a mulher negra era tratada como mercadoria numa relação de coisificação. Dessa forma, a relação sexual e o abuso eram socialmente aceitáveis, desde que praticados na informalidade. Foi o caso da menina Alexandrina, filha de Paula, que, aos 12 anos, conheceu não só a escravização pelo fato de ser negra, como também a violência sexual perpetrada pelo homem branco com quem convivia sob o mesmo teto. Uma criança como ela, em 1859, compunha o grupo das pessoas mais vulneráveis daquela sociedade: os menores negros. Esse grupo era numericamente inferior aos outros grupos, como demonstram as estatísticas de Azevedo Maia, mencionadas acima (Cf. Figura 7).

Em março de 2020, minhas buscas foram interrompidas pelo fechamento da Casa de Cultura Macedo Miranda, onde estavam arquivados inúmeros jornais, periódicos e revistas que registram a história de Resende. O Decreto Municipal nº 13.106, – assinado pelo prefeito de Resende-RJ, Diogo Gonçalves Balieiro Diniz, que considerou a declaração de emergência em saúde feita pela Organização Mundial de Saúde e declarou a COVID-19 uma pandemia – fez com que se cumprissem algumas regras para o distanciamento social; entre elas, a suspensão das atividades nos serviços não essenciais, incluindo as escolas em todos os níveis, bem como a Casa de Cultura Macedo Miranda, de cujo acervo vinha retirando as informações para cartografar a vida de mulheres negras que viveram na cidade de Resende.

Diante dessa situação inesperada, de modo a dar continuidade ao levantamento da presença de mulheres negras na cidade de Resende, recorri a informações disponíveis no *site* do clube Kilombo Ngangu (<http://kilombongangu.com>)^{A2}, criado em 2019 pela comunidade negra da cidade. Trata-se de um clube social de interesse público “com pilares na filosofia de

aldeia do conhecimento”, segundo um de seus criadores, Cloves Alves. Nele, encontram-se registradas, de forma resumida, as trajetórias de vida e lutas de homens e mulheres negras que viveram em Resende, ao longo dos séculos XX e XXI. Farei uso desse mapeamento sobre tais personagens através dos slides, conforme se encontram no *site*.

Inicialmente, há a senhora Esterlina Ferreira, famosa mãe de santo e jongueira da cidade, que se mudou para Resende na década de trinta do século XX. Não há registros de sua data de falecimento (Cf. Figura 8).



Figura 8 - Jongueira e mãe de santo Esterlina Ferreira

Fonte: <<https://kilombongangu.com>>. Acesso em 26 jun. 2020.

Destacamos outra jongueira, Maria Aparecida Freitas (1916-2007), que é homenageada com um resumo sobre sua história de vida (Cf. Figura 8). Sua filha, Sônia Maria Freitas, me concedeu uma entrevista que fará parte do documentário desta pesquisa. Freitas chamou a atenção para a vida difícil que sua mãe teve em família, tendo sido vítima de violência doméstica e, mesmo assim, sempre que podia se reunia com amigos para cantar e dançar o jongo no bairro Santo Amaro. Além disso, falou das lutas de sua mãe para preservar a cultura negra na cidade de Resende, pois, além de jongueira, também era sambista. Sua herança cultural reflete-se na formação dos filhos, em especial de Sônia Freitas que, até janeiro de 2020, ocupou o cargo de Coordenadora da Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura de Resende.



Figura 9 - Jongueira Maria Aparecida de Freitas

Fonte: <<https://kilombongangu.com>>. Acesso em 26 jun. 2020.

A sambista Maria Lucia Cerqueira Diniz, a dona “Dadi” (nascimento/morte: não declarados), desfilou em algumas agremiações do samba resendense (Cf. Figura 10). Funcionária da AMAN (Academia Militar das Agulhas Negras), sempre se esforçava em ajudar outras pessoas a passar em concursos públicos para a AMAN ou outras instituições. Sua presença alegre ainda é reverenciada pelos mais antigos que a conheceram.

A industriaria e costureira Beatriz Therezinha de Freitas (1932-2001), nascida em Petrópolis/RJ, foi outro ícone no carnaval resendense (Cf. Figura 11). Passista, porta-bandeira e baiana da Escola de Samba Unidos do Manejo tinha, além do samba no pé, o talento para desenhar e confeccionar suas fantasias e de outros componentes da agremiação.



Figura 10 - Sambista Maria Lucia C. Diniz

Fonte: <<https://kilombongangu.com>>. Acesso em 26 jun. 2020.



Figura 11 - Sambista Beatriz T. de Freitas

Fonte: OLIVEIRA, Rosenéia T. de. Imagem da Sambista Beatriz T. de Freitas. Resende/RJ, Fevereiro, 1980.

Outra jogueira e animadora cultural, Valdirene Souza da Costa (1970-2013), nascida em Resende, contribuiu bastante para a divulgação da cultura afro-brasileira em nossa cidade, participando de rodas de conversa e dança para grupos de terceira idade e de reuniões pedagógicas nas escolas públicas da cidade, sempre com o objetivo de transmitir o conhecimento sobre a cultura negra herdada de seus pais e avós a um maior número de pessoas (Cf. Figura 12). Parte de seu trabalho foi por mim registrado e fará parte das imagens do documentário, um vídeo com as imagens dela ensinando professores da Rede Estadual de Educação como dançar o jongo é inédito e data de junho de 2012.



KILOMBO NGANGU CLUBE
O QUE NOS UNE É RAÇA!
Em frente de mãos dadas!



Valdirene Souza da Costa, nascida em Resende RJ, em 02 de Fevereiro de 1970, Filha de Valdevino Mendes da Costa e Dalva Helena de Souza, Mae de um filho, Val como carinhosamente chamada pelos amigos, foi uma defensora assídua da cultura negra, e das religiões de matrizes africanas. Pessoa alegre fácil de ser vista dançando, rindo e se divertindo nas rodas de jongo. Faleceu em 19 de Abril 2013, uma perda inestimável.



Figura 12 - Jongueira Valdirene Costa

Fonte: <https://kilombongangu.com> – acesso em 26 de junho de 2020.

Vale aqui ressaltar que o jongo ou caxambu, enquanto cultura e ato de resistência dos negros, teve suas origens na região africana do Congo Angola. Chegou ao Brasil colônia com os negros de origem Bantu – um gupo etnolinguístico localizado na África subsaariana – antes, inapropriadamente, chamada de África Negra, que se localiza ao sul do deserto do Saara. É constituída de 48 estados cujas fronteiras resultaram da descolonização, e que engloba cerca de 400 subgrupos étnicos diferentes, que foram trazidos para o trabalho forçado no Brasil.

No Vale do Paraíba, mais precisamente no Sul Fluminense, o jongo ainda resiste em algumas comunidades. Ainda hoje, é praticado em algumas cidades de sua região original, ao Sul do Rio de Janeiro, ao Norte de São Paulo e na região das fazendas de café em Minas Gerais, onde também é chamado de “Caxambu”.

Segundo Aldjane Prata (2019), “o jongo sempre deixou claro que havia uma comunicação secreta entre os escravos e que também se trabalhava a educação e o respeito. A estrutura do jongo, a fala, e o ponto deixam claro que ali havia códigos secretos que os senhores de escravos não conseguiam decifrar. Percebe-se um processo educativo forte, o respeito aos mais velhos e a ancestralidade” (PRATA, 2019).

Para Martha Abreu, em “O samba carioca e o legado da última geração de africanos escravizados do Sudeste”, há relações inegáveis entre a criação do samba carioca e as manifestações culturais, como o jongo, já existentes na região do Vale do café e sua migração para a capital no pós-abolição:

É importante destacar a atuação de um grupo específico de migrantes negros: os descendentes da última geração de africanos e escravizados do Sudeste, oriundos dos velhos vales do café do interior do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (grupo formado por fluminenses, mineiros e paulistas, nas palavras de Nei Lopes). Seus representantes provinham de diferentes áreas do Sudeste, mas trouxeram para a cidade do Rio de Janeiro uma experiência histórica e cultural comum, logo visível e localizável nos morros, subúrbios e áreas rurais da baixada fluminense, através de seus jongos, calangos, folias de reis, macumbas e umbandas. [...] foram presenças marcantes na fundação das escolas de samba, a partir do final da década de 1920 (ABREU, 2014, p. 10).

Esses migrantes, mesmo sendo de diferentes origens ancestrais, compartilhavam de proximidades linguísticas, religiosas, musicais e políticas, o que, segundo Abreu, facilitou a criação de elementos de coesão e solidariedade nas experiências do cativo nos cafezais, em grande parte localizados na região Sul fluminense do Vale do Paraíba. A reconstrução do

canto responsório (chamado e resposta) em terras do café poderemos assistir na oficina filmada por mim com a jongueira Valdirene Silva em 2012.

Após a abolição, ao migrarem para longe das lembranças de sofrimentos no cativeiro, esses afrodescendentes levaram consigo esse conhecimento cultural que, unido a outros, de outras partes do país, deu origem ao samba carioca. Na região da cidade de Resende, local desta pesquisa, não se encontram mais praticantes do jongo; o samba também é pouco praticado e, somente alguns grupos de capoeira, quase todos patrocinados pelo poder público, ainda sobrevivem com seus projetos comunitários e educacionais.

Somente na região da cidade de Pinheiral/RJ, encontramos ainda grupos de jongueiros organizados em coletivos, como no Projeto Educacional “Vem pra Roda”, de Aldjane Prata, em Pinheiral/RJ; o jongo de Arrozal, em Piraí/RJ; o grupo Caxambu, de Vassouras; jongo de Barra do Piraí; jongo de Bracuí, Angra dos Reis; jongo do Quilombo⁵ de São José da Serra, Valença. Em Pinheiral, encontra-se o Centro de Referência do Estudo Afro do Sul fluminense (CREASF) fundado em 1998 para preservar o jongo e suas tradições, patrimônio cultural imaterial tombado pelo IPHAN em 2005, e que recebe professores e alunos, além do público em geral com interesse pela cultura do Vale do Café fluminense.

Em Resende, há a intenção, mas, ainda intenção, na Coordenadoria da Igualdade Racial/SMDH de atuar na recuperação dos grupos de jongo. Esse apagamento de uma cultura tão importante deve-se ao “desmonte e deslegitimação da escravidão na segunda metade do século XIX” (ABREU, 2016, p.11). Considerando seu papel de protagonismo nas lutas finais pela abolição, promovendo compras de alforrias, lutas coletivas e desestabilização do domínio senhorial no Vale do Paraíba Sul Fluminense, por que então esse esquecimento, invisibilização ou ‘ “enterramento” ’ dessa memória cultural na cidade de Resende? A quem interessa, ou interessou, esse apagamento? Daí a importância desta pesquisa de Mestrado, que pode auxiliar na recuperação dessas memórias esquecidas, na cidade de Resende.

Se os migrantes dessa região, os ex-escravizados, contribuíram para a criação do samba carioca, segundo Abreu, e ao longo do século XX, nos carnavais de Resende, as agremiações de escolas de samba eram o destaque, protagonizando desfiles na Praça Oliveira Botelho e, a partir da década de 1980, na Avenida Rita Ferreira da Rocha (beira-rio), por que então, a partir do século XXI não encontramos mais essas manifestações culturais na cidade? Daqui saíram para o Rio de Janeiro alguns dos criadores do samba de escolas, mas a criatura, aqui em Resende definhou por quê?

⁵ Não encontrei registros da presença do jongo no Quilombo de Sant’Anna, em Quatis/RJ, cidade do Vale do Paraíba.

Esse esclarecimento precisa acontecer...

Por último, apresento a maestrina e cantora Sara Maria Gomes (1958-2018), que ministrou aulas de música a centenas de resendenses (Cf. Figura 13). Formou também alguns corais temáticos na cidade, bem como ensinou piano na Casa de Cultura Macedo Miranda e em algumas escolas públicas e instituições religiosas.



Figura 13 - Apresentação Maestrina Sara Maria Gomes

Fonte: OLIVEIRA, Rosenéia T. de. Resende/RJ: Dezembro de 2012.

Naturalmente, nem todas as lideranças femininas negras puderam ser alcançadas nesse mapeamento, mas serão homenageadas pelo exemplo de luta e dedicação das mulheres que foram aqui citadas através do documentário que será feito. Levar a história de vida dessas mulheres para as salas de aula, através do documentário, é fazer justiça com a história do município e, além disso, uma forma de garantir aos jovens o direito ao conhecimento e a oportunidade de valorizar a memória popular das comunidades que formam a cidade de Resende, promovendo, assim, uma apropriação de um lugar de fala.

1.2 Um lugar de falar

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar o racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Diante do exposto no subtítulo anterior, percebe-se que as personagens elencadas tiveram de enfrentar dificuldades comuns ao período em que viveram e que ainda hoje se manifestam: a luta solitária pela sobrevivência; o machismo estrutural e o racismo genderizado que, por vezes, interrompeu suas trajetórias de vida; as desigualdades de oportunidades devido à invisibilização desse grupo social – de mulheres negras – que historicamente ocupou lugares subalternos, tendo, assim, silenciadas suas histórias de vida.

A escritora Grada Kilomba, em seu livro *Memórias da Plantação*, analisa a “atemporalidade do racismo cotidiano”, descrevendo esse racismo não apenas como a “reencenação do passado colonial”, mas como uma realidade traumática que tem sido negligenciada por todos nós (KILOMBA, 2019, p. 29). A repetição das cenas de agressões racistas contra as mulheres tem sido naturalizada ao longo da História de nosso país. Algumas ações pontuais, geralmente partindo de movimentos ou coletivos que lutam contra o racismo, têm obtido sucesso na defesa de tais pessoas agredidas. Porém, trata-se de exceções à regra social brasileira, que sempre invisibilizou essa parcela da sociedade.

Mesmo com o surgimento do movimento feminista, no século XIX, houve omissões por parte das mulheres brancas em relação à situação social das negras. Por não ser um movimento uniforme, as manifestações feministas variavam, e ainda variam, de acordo com a inserção do grupo social. Nesse sentido, Djamila Ribeiro, em seu livro *O que é lugar de fala?* colabora com a discussão de temas referentes à vulnerabilidade das mulheres negras, como o encarceramento, o racismo cultural e a branquitude.

É necessário compreender que a história ocidental, desde sempre, foi escrita em sua quase totalidade por homens brancos e, em função disso, Ribeiro (2017) discute em sua obra que o entendimento e apropriação do lugar de fala passam necessariamente pelo entendimento de que as palavras (em nosso caso, registradas por historiadores brancos) não são construções mecânicas, mas representações coletivas baseadas nas experiências do autor.

A própria Djamila Ribeiro, sendo mulher negra e mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, engajada em movimentos políticos e sociais, mostra-nos que sua relação de poder não a desloca de seu lugar de fala porque emprega seus conhecimentos para a compreensão desse lugar social marginalizado historicamente em nosso país. A autora explicita ainda que, mesmo tendo sempre participado de movimentos sociais relevantes no Brasil, as mulheres negras nunca tiveram visibilidade.

Agora, refletindo em bom “pretoguês”, nossa história foi construída por uma sociedade de supremacia racial branca e patriarcal que não se deu ao trabalho de registrar a História de vida de pessoas invisibilizadas pela escravização e, após a abolição, confinada em

periferias e favelas, de onde só deveriam sair para trabalhar em serviços subalternos, com baixa remuneração e com submissão social exigida. Além disso, o processo de branqueamento de nossa população – incentivado pelas necropolíticas estatais no Brasil para eliminação gradativa e constante da população não branca a partir da República – não deixa dúvida sobre a necessidade de um registro mais aprofundado das Histórias de vida dessa parcela de nossa sociedade.

A objetificação, ou coisificação, da mulher negra no Brasil, tanto no período escravista quanto no pós-abolição, determinaram seu sumiço nos registros históricos. Sendo o “Outro do Outro”, segundo Kilomba (2017), sobreviveu nas sombras sociais, sem voz, sem corpo e sem pensamento. Infantilizada e subalternizada, essa mulher encontrou algum alento nas lideranças herdadas da cultura ancestral africana das religiões, no canto e na dança, no jongo e nos terreiros, como Valdirene Costa, Esterlina Ferreira e a maestrina Sara Maria Gomes. Citando a norte-americana Patricia Hill Collins, Djamila Ribeiro introduz em sua obra o conceito *outsider within* (forasteiro de dentro), que aponta para a importância de que a mulher negra se utilize de forma criativa do lugar de marginalidade que ocupa na sociedade para desenvolver teorias e pensamentos diferentes.

A jornalista e ativista social Anielle Franco, em seu texto “Mulheres negras decidem: para onde vamos”, na apresentação do material de pesquisa do Instituto Marielle Franco, afirma que

Muitas mulheres negras foram historicizadas, porém muito mais que isso: mulheres negras construíram ativamente a História, a Ciência, a realidade. Elas são presentes, construtoras e necessárias. Somos sabedoras dessa presença na genealogia ancestral que nos compõe e nos conduz (FRANCO, 2020).

Não somos a sombra do outro. A história demonstra também que não somos invisíveis, mas fomos invisibilizadas por uma sociedade que explora nossa força de trabalho, subestima nossa capacidade intelectual, ridiculariza nossa estética e mata-nos através da necropolítica e da atual pandemia de COVID-19.

Quantas mulheres negras serão visibilizadas pela história como sendo a maioria entre aquelas que perderam seus filhos para a violência do tráfico ou das milícias? Ao longo de toda a história de nosso país, quantas mulheres não brancas tiveram que chorar a perda de seus filhos/companheiros, seja para o feitor no período da escravização ou nas periferias para as polícias militares? E o que foi feito ao longo desse tempo para diminuir essa dor, por parte da sociedade? Assim como a escrava Paula, também as mães de Ághata, João Pedro e Miguel

serão penalizadas com a desatenção por parte do poder público e com o abandono da sociedade e culpabilizadas pela morte de seus entes queridos ou suas prisões? Quantas ainda terão que suportar em silêncio os abusos sexuais e violências domésticas, como Maria Aparecida Freitas?

Mais adiante, no texto, Anielle Franco sinaliza que “essas mulheres fazem muito com o pouco, em um cenário onde os recursos tardam a chegar para os que mais precisam, ou nunca chegam. [...] mas sabem também que apenas com políticas públicas amplas e de qualidade é que a situação de desigualdade sistêmica pode mudar” (FRANCO, 2020). Uma saída para essa situação de invisibilidade histórica é a união em coletivos que visem reivindicar a melhoria na qualidade de vida da comunidade onde vivem, tendo acesso à educação, saúde e segurança, além de um trabalho digno, com remuneração suficiente para sustentar a si e sua família.

Em Resende, no século XIX, os anúncios nos classificados dos jornais faziam equivaler a venda de uma escravizada (Cf. Figura 2) a de uma cabra leiteira. Na história da escrava Paula, vemos o quão cruel foi essa sobrevivência numa sociedade que, na época, como ainda hoje, minimizava os sofrimentos, angústias, saúde e vida dos afrodescendentes. Afirmo “ainda hoje” porque, durante a entrevista realizada por mim com uma das mulheres negras resendenses selecionadas nesta pesquisa (Bebiana Laura dos Santos), fomos interrompidas, desrespeitosamente, por um homem branco que nos “exigiu” que fizéssemos junto com ele uma oração. Estávamos dentro de uma igreja católica, onde havia outras pessoas, inclusive o pároco negro, que nada fizeram. O autoritarismo do homem branco impõe o silenciamento de todos os outros grupos sociais, mas no caso do *mansplaining*⁶ fica claro também certa convivência social. Ao perceberem a agressão sofrida por duas mulheres negras que conversavam num ambiente frequentado por outros homens e mulheres, as pessoas presentes a tudo assistiram e não se manifestaram, talvez por entender como normal tal situação. Na ótica dessas pessoas, nós, mulheres negras, podemos sempre ceder às exigências de atenção, cuidado e dedicação para com os outros, em detrimento de nosso bem-estar ou

⁶ Mansplaining: o termo é utilizado para caracterizar o ato em que um homem tenta explicar algo a uma mulher, assumindo que ela não entenda sobre o assunto, subestimando, implicitamente, a inteligência dela. Outro termo muito recorrente no dia a dia é o chamado **manterrupting**. Nessa situação, um homem interrompe uma mulher e não a deixa concluir suas ideias e falas. Esse é um comportamento retrógrado masculino. Cf. CARTA CAPITAL. Carmen Lúcia, Rosa Weber e a desigualdade de gênero no STF. 12 mai. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/carmen-lucia-rosa-weber-e-a-desigualdade-de-genero-no-stf/> Acesso em 28 jul. 2020.

segurança. Nosso direito à privacidade, voz ou protagonismo inexistente para eles, por isso a leniência para as grosserias do homem branco.

A empatia e a alteridade são comportamentos ausentes na sociedade brasileira atualmente. Mesmo entre as mulheres, que sofrem pelo machismo heteronormativo branco, essa falta de solidariedade é visível, conforme observa Úrsula Passos em um texto sobre o livro *Um feminismo decolonial*, de Françoise Vergès, afirmando que:

As desigualdades não mudarão o modo como as mulheres brancas se aproveitam da exploração do trabalho doméstico de mulheres que pertencem a minorias. [...] o feminismo ocidental nunca se questionou sobre os privilégios que são dados às brancas, que repousam sobre o racismo. [...] quando as mulheres europeias não tinham o direito ao divórcio, a estudar e a exercer determinadas profissões, tinham o direito de serem proprietárias de homens e mulheres escravizados [...] e o tinham porque eram brancas, a cor é mais importante que gênero (PASSOS, 2020).

Com a ausência de registros sobre a história de vida das mulheres afrodescendentes na bibliografia de Resende, é comum também ouvir relatos improvisados de benzedeadas e mães de santos, como a senhora Carlinda de Oliveira Jesus, grandes mulheres caridosas que promoviam festas nos dias santos como, por exemplo, 27 de setembro, dia consagrado aos Orixás gêmeos Ibejis⁷ - segundo os fundamentos da Umbanda e do Candomblé (26 de setembro, dia de Cosme e Damião⁸, no calendário Católico). Atualmente, essa prática está se esvaindo do calendário festivo da cidade devido ao crescimento dos grupos neopentecostais de direita. Ainda não há relatos de agressões físicas a terreiros, mas a luta dos pais e mães de santo tem sido árdua no sentido da promoção da tolerância religiosa.

São tantas as razões que apontam para a necessidade de se apropriar de um lugar de fala para mulheres negras que o caminho mais indicado, de início, é o da Educação. Levar às escolas a oportunidade de conhecer a vida de pessoas especiais da cidade e que foram invisibilizadas pela sociedade é “dar a toda a humanidade a oportunidade de uma visão diferente e original, com novos caminhos de vidas, estabelecendo outras rotas possíveis”. Mesmo porque, segundo o mesmo texto, “sobre racismo não cabe lugar de calar, porque quem cala consente. “Devemos ouvir quem ocupa esse lugar de fala [...], dar representatividade e

⁷ Termo conhecidos na Umbanda e Candomblé para designar os filhos gêmeos de Xangô e Iansã - Leia mais em www.oimparcial.com.br/ibejis - acesso em 20 de março de 2021.

⁸ Santos gêmeos de origem árabe que viveram cerca de 300 anos D.C. na Ásia menor. Leia mais em www.oimparcial.com.br/cosme-e-damiaao Acesso em 20 de março de 2021.

valor, sina, afronta, debate, luta! É hora de começar um acerto de contas com a História” (DAVI, 2020).

Que assim seja!

1.3 Branquitude & Negritude

Neste sub-item, será feita uma breve discussão sobre os privilégios dos que sempre escreveram a história no Brasil e a “genderização” do racismo. Para contribuir com esse acerto de contas com a história, precisamos entender os privilégios e os privilegiados, sua forma de pensar e agir, bem como a estrutura que criaram para explorar os desprivilegiados. O sistema educacional é parte fundamental da sociedade patriarcal ocidental, cristã e racista. Muller aponta:

A branquitude significa pertença étnico-racial atribuída ao branco. Podemos entendê-la como o lugar mais elevado da hierarquia racial, um poder de classificar os outros como não brancos, que, dessa forma, significa ser menos do que ele. O ser-branco se expressa na corporeidade, a brancura. E vai além do fenótipo. Ser branco consiste em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais (MULLER, 2017).

Atento para o fato de que, no século XIX, tanto em Resende quanto no mundo, a narrativa histórica era escrita e registrada por homens brancos, conforme relata Valéria Ribeiro Corossacz em seu artigo “Relatos de branquitude entre homens brancos no Rio de Janeiro”:

As análises produzidas pela literatura científica nos últimos cinquenta anos sobre grupos sociais que são objetos de diversas formas de domínio, exploração e exclusão socioeconômica e cultural na história da sociedade brasileira (os índios, os negros, as mulheres e os pobres) permitem considerar a posição do homem branco de classe média-alta e das elites uma posição estrutural de privilégio socioeconômico (COROSSACZ, 2014, p. 44).

Assim como a autora, pretendo compreender como a identidade racial branca e a masculinidade se tornaram “pontos de referência” no contexto social brasileiro para a produção da história social do Brasil e na historiografia da cidade de Resende. A manutenção desses privilégios pode, ainda hoje, ser percebida em Resende? Tal tipo de questionamento norteará a pesquisa quanto às razões da invisibilização da presença das mulheres negras na sociedade resendense.

As críticas à manutenção dos privilégios na historiografia resendense – para os indivíduos brancos – parte do princípio de que, de uma forma mais objetiva, pouco ou nenhum trabalho é levado à publicação quando se trata especificamente da população de cor no município. Em minha pesquisa, além de visibilizar as mulheres negras, quero provocar outros pesquisadores, especialmente os que se denominam críticos – aqueles “pertencentes ao grupo, ou indivíduos que desaprovam publicamente o racismo” (CARDOSO, 2010, p. 15) –, a se posicionarem quanto à ausência de registros e relatos na história da cidade e a sentirem-se estimulados a contribuir com seus trabalhos, para levar aos jovens estudantes o conhecimento e a valorização das histórias de vida das mulheres de negras na cidade de Resende.

A nova rota para a humanidade e, especificamente, para os brasileiros brancos e que não são racistas, é estudar, lutar e divulgar as ações antirracistas de que são capazes de dar visibilidade. Assim, serão capazes de promover a conscientização de que os privilégios de que foram herdeiros por serem brancos não os tornou insensíveis e alienados em relação à população de cor historicamente desprivilegiada, ajudando a vencer a neutralidade sobre os próprios privilégios raciais, sem dissimulações.

A escrita sobre nós mesmos fará surgir uma literatura que não se limitará aos heróis coloniais. Uma escrita decolonial, antirracista, anticapitalista e anti-imperialista que contraponha o padrão civilizatório europeu imposto nesse país. O termo decolonial faz referência ao “esforço de tornar pensamentos e ações livres do legado das diversas colonizações, e se diferencia, de descolonial, que se refere aos processos históricos de desligamento das metrópoles e ex-colônias” (VERGÈS, 2020).

Nós, mulheres negras, sempre lutamos no trabalho doméstico do próprio lar e nos lares alheios; nos sindicatos e nas ruas, como camelôs, doceiras e “ganhadeiras”; nos ambientes religiosos; nas comunidades periféricas; nas quitandas; na Educação; e, principalmente, nas lutas diárias contra a violência doméstica e policial. O enfrentamento à violência machista estrutural e racial é cotidiano, e essa violência atinge não só os seres humanos, mas a terra, as matas, os animais e os rios, aumentando o lucro de poucos.

Os brancos e os não-brancos têm consciência de que, na atualidade, boa parte das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres não brancas. As mesmas que têm ou tiveram seus filhos ou maridos vitimados pela violência da necropolítica em prática atualmente no país. Combater essa política de extermínio de uma parcela da população é dever de todas as pessoas críticas, brancas e não brancas. É necessário proporcionar condições de criação ou incentivo de políticas públicas que visem o aporte psicológico e apoio educacional e material a essa parcela da população.

Maria da Glória de Oliveira, em seu texto “Os sons do silêncio: interpelações feministas decoloniais à história da historiografia”, afirma que “embora ninguém mais duvide de que as mulheres possuem a sua própria história, esses estudos se mantêm, em grande parte, como conteúdos transversais e suplementares, [...] (OLIVEIRA, 2000, p. 11).

Acredito que o registro das trajetórias de vida das mulheres afrodescendentes deve ser incluído na bibliografia escolar, como uma proposta facilitadora para a compreensão das desigualdades sociais e de gênero, fazendo com que a história de vida das mulheres tenha protagonismo depois de séculos de obscurantismo provocado pela discriminação dos pesquisadores brancos acríticos da História do Brasil.

Nesta pesquisa, temos uma proposta de resgate do protagonismo das histórias negras através de relatos da vida de mulheres, que vêm colaborar, nesse cenário, para um acerto de contas com a história, jogando luz e dando visibilidade àquelas “outras” cujas histórias são diferentes e particulares. Assim, tal resgate pode contribuir para o reequilíbrio entre os privilegiados e os desprivilegiados, na medida em que, como afirma o *rapper* Emicida, “no caminho da luz, todo mundo é preto” (EMICIDA, 2019).

2 CAPITULO 2 MEMÓRIAS NEGRAS RESENDENSES

Na busca por evolução social, é necessário que todos na sociedade tenham equidade de oportunidades. Para isto, é necessário compreender que “[...] o futuro bem encaminhado passa pela demolição da casa-grande” (CARTA CAPITAL, 2020). Como uma característica da sociedade brasileira, a divisão social e do trabalho se identifica com a figura da casa-grande e da senzala (FREYRE, 2003). Dentro dessa divisão, encontra-se, historicamente, um grupo privilegiado com acesso garantido à educação, cultura, bens e serviços de qualidade, além do acesso garantido aos espaços de poder. Descendentes dos antigos colonizadores portugueses, brancos, cristãos, heterossexuais, essa parcela da população brasileira investiu no registro da História da nação conforme sua perspectiva, ignorando a presença de outros povos e etnias, numa tentativa velada de isolá-los nas periferias, comunidades, favelas e implementar as conhecidas necropolíticas.

Dentro das razões elencadas acima, defini como produto deste Mestrado Profissional em Ensino de História/ ProfHistória, gravar imagens com entrevistas de algumas mulheres afrodescendentes da cidade de Resende que tiveram, ou ainda têm, participação importante na

construção dessa sociedade, seja como líderes comunitárias, seja como profissionais em suas áreas de atuação.

As imagens produzidas poderão ser um ótimo instrumento, nas salas de aula, para discussão sobre o racismo, machismo, violência doméstica e contra a mulher, fenômenos nos quais as afrodescendentes compõem a maioria das vítimas. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2020), “embora o número de homicídios femininos tenha apresentado redução de 8,4% entre 2017 e 2018, se verificarmos o cenário da última década, veremos que a situação melhorou apenas para as mulheres não negras, acentuando-se ainda mais a desigualdade racial”. O documento aponta ainda que, nesse mesmo período, a redução das taxas de feminicídio entre as mulheres não negras foi de 12,3% e para as negras essa redução foi de 7,2%. Também revela que, em 2018, 68% das mulheres assassinadas no Brasil eram negras (IPEA, 2020).

Nos relatos já registrados, não raro há o depoimento sobre a violência perpetrada dentro dos lares onde vivem ou viveram as entrevistadas, tendo como agressores os pais, padrastos ou companheiros. Em um desses relatos, a entrevistada revelou que, após mais uma agressão de seu companheiro, decidiu ir à 89ª Delegacia de Polícia de Resende registrar um Boletim de Ocorrência. Naturalmente, muito nervosa devido à situação constrangedora, acabou recebendo ordem de prisão por parte do investigador, o qual alegou que ela estava muito estressada e o teria desacatado. O marido foi preso de acordo com a Lei 11.340/06 – Lei Maria da Penha – e conduzido para a Casa de Custódia em Volta Redonda. Também ela, na manhã seguinte, após pernoitar em uma sala na 89ª DP, foi conduzida para a audiência de custódia em Volta Redonda, onde recebeu liberdade provisória, pois houve, por parte dos policiais, uma modificação na tipificação do crime que ela teria cometido contra eles, justificando, assim, a detenção⁹.

Situações como a da narrativa acima comprovam o quanto é necessário o registro de memórias das histórias de vida dessas mulheres. Esse caso ganhou notoriedade nas mídias da região e no país devido ao ato, no mínimo surreal, da autoridade policial que prendeu a vítima de uma violência doméstica e ainda publicou nas redes sociais que tal fato deveria “servir de exemplo...”. Para quem?

⁹[HTTPS://extraglobo.com/noticias/brasil_eleicoes2020/justicaparalela-candidata-vereadora-em-resende-vai-registrar-agressao-em-delegacia-mas-acaba-presa-por-desacato-rv1-24709384.html](https://extraglobo.com/noticias/brasil_eleicoes2020/justicaparalela-candidata-vereadora-em-resende-vai-registrar-agressao-em-delegacia-mas-acaba-presa-por-desacato-rv1-24709384.html). 23/10/2020. Acesso em 28 de setembro 2021.

Esta e outras situações narradas pelas entrevistadas fazem com que se valorize o trabalho de registro de memórias, mesmo aquelas que, segundo Michael Pollak, em seu caráter individual possam colaborar

[...] para que nossa memória se beneficie da dos outros, [pois] não basta que eles nos tragam seus testemunhos: é preciso também que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras, para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser construída sobre uma base comum (POLLAK, 1989, p. 4).

Ao serem levadas às salas de aula, essas imagens poderão contribuir não só para o conhecimento de outras personagens da história da cidade, mas também ajudarão na compreensão da necessidade de construção de atitudes, comportamentos e consciência que auxiliem na quebra dos silêncios, opressões e invisibilizações impostas às mulheres negras tanto no passado quanto no presente. Assim, é possível que, com o exemplo das narrativas dessas histórias de vida, se conceda às mulheres negras o protagonismo necessário na historiografia da cidade.

2.1 Roteiro das entrevistas

Quando me propus a produzir o documentário, já trazia o anelo, independentemente de estar cursando a pós-graduação, de registrar depoimentos de pessoas que contribuíssem com a história resendense. Ao iniciar a escrita do projeto de pesquisa, comecei a selecionar as mulheres a serem entrevistadas, iniciei contatos pessoais e por telefone, com base nas indicações de integrantes dos movimentos negros, em especial dos grupos de mulheres negras, na cidade de Resende, também levei em consideração as suas histórias de vida que chegaram até a mim por meio dos relatos de colegas profissionais de educação, líderes comunitários, dentre outras indicações.

Defini um número máximo de dez entrevistadas e procurei fazer as entrevistas em ambientes acolhedores, sempre escolhidos por elas, e em ritmo de conversa (bate-papo) para que essas personalidades se sentissem à vontade diante de mim – e da câmera de um *smartphone* –, e pudessem responder as minhas perguntas, reviver suas lembranças e expor suas memórias sem constrangimentos.

Nesse contexto, é necessário pontuar a observação de Beatriz Sarlo sobre o que significa um tipo de trabalho de escuta em relação aos discursos de memória “[...] marginais,

relativamente ignorados em outros modos de narrativas”. Esses discursos “demandam novas exigências de método [...]” (SARLO, 2007, p. 17). Marginalizadas não só na sociedade como na historiografia nacional, durante séculos, essas mulheres negras foram ignoradas por seus pares, família e companheiros. Naturalmente, para registrar suas histórias de vida no tempo histórico em que está sendo realizado este trabalho, é necessária a utilização de uma metodologia mais atualizada e de fácil apreensão a todos que venham a ter, no futuro, contato com esse produto. Por esta razão, optei em produzir imagens que poderão contribuir, num futuro próximo, para o fim do silêncio e da renegação de si mesmo (enquanto sujeito afrodescendente), ações perceptíveis em nossos jovens, as quais podem ser consequência da estrutura patriarcal racista em que vivemos.

Sobre o que relaciono ao comportamento de jovens afrodescendentes (esse silêncio e essa renegação de si mesmo), encontrei em Michael Pollak – referindo-se a prisioneiros de guerra franceses - uma afirmação pertinente, a de que há “[...] um sentido histórico muito particular. Estamos sempre do lado errado da história. [...] o uniforme do prisioneiro [...] (é) o nosso único uniforme permanente” (POLLAK, 1989, p. 7). Esta é a visão que se tem do ponto de vista dos invisibilizados e subalternizados pela historiografia nacional e, também, é a prática incentivada pela necropolítica¹⁰ estatal secular no Brasil e que, no presente, está de volta com força total.

Devido a essas demandas, há a necessidade de que em toda pesquisa, atividade ou produção de registros sobre as histórias de vida de um grupo de pessoas, se considere a necessidade do conhecimento, da importância, para a História local – ou dentro dela – das memórias individuais e coletivas, dos testemunhos ou das lembranças que fazem parte dessa história cotidiana a ser registrada e que sempre foi muito marginalizada em outros contextos.

Segundo Carlos Henrique Farias de Barros, em seu artigo “Ensino de História, Memória e História Local” (2007), “com a abordagem da História local os alunos passam gradativamente a observar e a perceber o significado de outras matérias construídas no passado; a compreender que as realidades históricas de determinadas localidades e de seus habitantes no tempo não se dão isoladas no mundo, mas como parte do processo histórico em que as populações locais constroem suas identidades culturais e sociais; que estas identidades são diversas, mas todas merecem respeito” (BARROS, 2007. p. 4).

¹⁰ Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também.” MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

Na minha prática de professora no Ensino Básico, sempre pude observar, em muitos estudantes, o desconhecimento das realidades socioculturais que os cercam. Ao realizar aulas-passeio – como a que descrevo no início deste trabalho –, não raro percebia o desconhecimento deles em relação à existência de determinados aparelhos públicos na cidade. Entre a maioria, parece que o mundo existe apenas no trajeto escola-casa-igreja, e muitos ignoram até boa parte da história de vida dos seus parentes mais velhos. Percebem a presença da violência e do racismo, mas não os vinculam a uma cadeia de fatos regionais, nacionais e mundiais. Não percebem que esses fatos são estruturais, pois muitos não conseguem definir tempo – a não ser o do relógio digital –, e que os acontecimentos da infância e adolescência de seus pais e avós, repercutem, ou até se repetem com ele hoje.

Portanto, eis a importância do conhecimento da própria história, que é local a princípio, por ser individual e estar vinculada a de seu grupo social, a família, ao bairro, a cidade. Com esse conhecimento, é possível traçar parâmetros entre as experiências vivenciadas pelos mais velhos e as suas, principalmente no que tange a problemas como desigualdade social, machismo, intolerância religiosa, racismo estrutural e de gênero, dentre outros aspectos.

Esses jovens sabem, mas não verbalizam, o fato de que as identidades culturais e sociais são construções diversas e que devem respeitar essa diversidade. São facilmente influenciáveis – por serem adolescentes – e repetem discursos de ódio apreendidos nas mídias, e os aceitam como sendo a única verdade dos fatos. O ensino de História tem mais esse desafio na atualidade: desmitificar personagens alegóricos de ideologias negacionistas, desconstruir *fake news* e mostrar fatos originados de fontes confiáveis.

Ainda segundo Barros, “para ensinar História a partir da experiência de vida do aluno faz-se necessário uma perspectiva teórico-metodológica que fale da vida das pessoas, as memórias e lembranças dos sujeitos de todos os segmentos sociais. É preciso dar voz às histórias desses sujeitos que sempre estiveram excluídos dos conteúdos ensinados” (BARROS, 2007, p. 5). Entendo que para combater ideias distorcidas sobre muitos aspectos da disciplina, o professor deve fazer uma refletida escolha metodológica para ensinar a História. Uma das escolhas mais seguras, segundo Barros, é “o trabalho favorecendo a construção, pelo aluno, de noções de diferença e semelhança, transformação e permanência” (BARROS, 2007, p. 7).

O registro de depoimentos em vídeo das memórias de mulheres afrodescendentes, por exemplo, ao ser exibido [o registro] nas salas de aula, tenderá a provocar no estudante a comparação entre as falas das depoentes e a sua realidade social. Tempos históricos diferentes

podem separar essas gerações, mas esse contato o fará refletir sobre as possibilidades presentes e futuras que terá para combater tais problemas. Essa reflexão individual e conjunta, na sala de aula, é o fio condutor da construção de um conhecimento histórico mais apurado sobre a realidade local, nacional e mundial. Questionamentos simples, mas profundos, como: se essas mulheres, na década de 1970, por serem pobres e negras tiveram que abandonar os estudos para trabalhar como babás ou empregadas, mesmo sendo menores de idade, comigo hoje em pleno século XXI esse fato não precisa se repetir, ou precisa? Por quê?

São muitas as reflexões que acompanham o trabalho com permanências e transformações, uma vez que, em Resende, a falta de registros sobre a história e a memória da população afrodescendente é secular e contribui para a permanência dos discursos ideológicos de submissão, subalternidade, da “porta dos fundos”, da invisibilidade para a população negra inclusive na Educação básica e, de modo mais grave, no Ensino da História local.

As transformações das sagas familiares dos estudantes podem começar a ocorrer a partir do momento em que eles tenham contato com conteúdos e atividades que os coloquem frente a uma história e a um ensino de História que proporcione o conhecimento de protagonistas reais de lutas sociais que, no passado, contribuíram grandemente para as conquistas que desfrutamos hoje e que devem estar ao alcance de todos, independentemente de sua origem, étnica e cultural. Para ter esse conhecimento, que é o poder de descrever – e não apenas de ser descrito – e escrever o próprio passado presente com base em fontes reais, relativamente confiáveis, é que o ensino da História torna-se fundamental. Mas... qual história? Aquela que ensina que os negros brasileiros descendem dos escravizados e que sua história se inicia quando o primeiro cativo africano aqui pisou? Ou aquela história que ensina que nós, os afrodescendentes, descendemos de príncipes, médicos, intelectuais, militares, religiosos, metalúrgicos e Griôs, que foram sequestrados na África e trazidos amontoados nos porões dos navios “tumbeiros”, junto a outras mercadorias, para serem igualmente vendidos em lotes como peças da engrenagem da produção cafeeira no Vale do Paraíba e que aqui foram amordaçados, silenciados, *coisificados*? Não é uma escolha difícil, ao menos para mim.

Mas, entre uma e outra forma de ensinar História, existe “a violência irreparável do tráfico atlântico de escravos [que] reside precisamente em todas as histórias que não podemos conhecer e que nunca serão recuperadas.” (HARTMAN, 2020, p. 30). Por esta razão, vemos a importância que assumem os relatos das memórias destas mulheres negras contemporâneas, num tempo em que a violência contra os grupos minorizados histórica e socialmente tem aumentado. Violências de gênero e de raça. As tentativas de silenciamento imposto com as políticas autoritárias atuais de um governo de viés neoliberal fascista visam amedrontar

setores da sociedade que sempre contribuíram com seu trabalho e conhecimento para o crescimento do país, mas que tem sido oprimidas e alijadas do mínimo necessário para sua sobrevivência: a segurança.

A possibilidade do extermínio de registros dos relatos das histórias de vida dessas populações são uma realidade cruel a que estamos expostos novamente. Vidas estas que se encontram em risco de extinção, seja pela violência física histórica ou, por aquela violência sistêmica que condena essas populações a viverem na pobreza, sem acesso à educação, saúde, alimentação e trabalho. A prova desse fato está no retorno, pelo menos desde 2016¹¹, de uma parcela considerável de nossa população ao mapa da pobreza extrema diante da depressão econômica que vivemos. As maiores vítimas serão pretos, pobres, invisíveis.

Temos, como observa Saidyia Hartman, uma “tentativa de descrever obliquamente as formas de violências autorizadas no presente, isto é, as formas de morte desencadeadas em nome da liberdade, segurança, civilização e Deus/o bem” (HARTMAN, 2020.p.31). A narrativa adotada nesta dissertação é central tanto quanto o é para a autora estadunidense, pelo esforço que se empenha em construir essa “relação explícita [...] entre passado, presentes e futuros” (Idem).

Há aqui um processo de construção de conteúdos que se baseia nas histórias de vidas e nas memórias sensíveis de pessoas negras, mulheres, cidadãs resendenses que foram invisibilizadas na historiografia da cidade. Essa invisibilidade terá sido proposital? Até que ponto os historiadores contemporâneos foram cúmplices desse silenciamento? Por quê?

A professora Marta Abreu, em sua oficina “Por um museu de território da Pequena África – Histórias do pós-abolição”, realizada no IPN (Instituto Pretos Novos, 10/03/2021), afirmou que houve:

[...] um enterramento da História de vidas e das memórias dos africanos recém-chegados, especialmente no pós-abolição ao longo do século XX. Ninguém nunca fez naquela região (Gamboa) obras de reformas ou construções, antes de dona Mercedes? E não perceberam a presença daquele cemitério? Políticos e pesquisadores foram coniventes com esse esquecimento ou houve falta de vontade política para identificar tal sítio arqueológico? (ABREU, 2021).

¹¹ Outros estudos vêm demonstrando que a situação da fome no país já se agravava mesmo desde antes de 2016, agravamento esse que se acentuou com a ascensão de Michel Temer e sua Ponte para o Futuro ao poder. O fim da política de valorização real do salário... Ver: <https://www.cartacapital.com.br/economia/analise-de-volta-ao-vergonhoso-mapa-da-fome/>. – Acesso em 04 de outubro de 2021.

Da mesma maneira, questiono: por que as histórias de vida e as memórias dos afrodescendentes na cidade de Resende foi tão negligenciada ao longo dos últimos 134 anos? Nunca alguém se interessou em registrar suas histórias ou, de fato, elas não têm tanto valor? Em especial as mulheres negras da cidade, por que suas memórias são invisibilizadas inclusive nos livros didáticos produzidos na cidade? A essa ausência se segue também a falta de vontade política no registro dessas histórias? Por quê?

Segundo Barros:

A História, se concebida como um processo, busca aprimorar o exercício da problematização da vida social como ponto de partida para a investigação produtiva e criativa, buscando identificar as relações sociais de grupos locais, regionais, nacionais e de outros povos; perceber as diferenças e semelhanças, conflitos, as contradições e as solidariedades, igualdades e desigualdades existentes na sociedade; comparar problemáticas atuais e de outros momentos; posiciona-se de forma crítica no seu presente e buscar relações possíveis com seu passado (BARROS, 2007, p. 8).

Fazer o trabalho de transformação do ensino da História local passa por conhecer e combater permanências danosas à sua prática. A ausência de registros das histórias sobre os afrodescendentes na bibliografia local terá sido possível graças à convivência dos historiadores, ou teria faltado vontade política para promover essa mudança de paradigmas no currículo escolar? Avaliando superficialmente a história da cidade, tenho a impressão de que houve uma espécie de “enterramento” da história dos afrodescendentes, desde o período do Império, quando a cidade foi um dos polos de riqueza e opulência promovida pela produção do café, com o uso intensivo da mão de obra escravizada africana que, após a proibição de seu comércio em 1850, passou a ter também como fonte de riqueza o contrabando infame dessa mão de obra na região do Vale do Paraíba.

Se as histórias de vidas não forem registradas de alguma forma, elas se perderão. Com isso, as novas gerações serão cruelmente prejudicadas, alijadas deste conhecimento que tanto podem contribuir para libertá-los da mordida da ignorância e do desconhecimento do passado, da história de nossos ancestrais cujas lutas e sofrimentos tem se mostrado contextualizadas. Essas memórias são fundamentais para a construção de uma História real, plausível e inteligível as novas gerações da cidade.

Procurei construir o roteiro das entrevistas, baseando-me nos conhecimentos adquiridos com as leituras acima, com o objetivo de fazer com que os depoimentos sejam mais do que histórias de vidas; que sejam um resgate de memórias, muitas vezes esquecidas

no tempo, nas dores da vida, nas frustrações das invisibilizações, no silenciamento imposto pela sociedade patriarcal e na conivência ou falta de vontade política de alguns pesquisadores e gestores educacionais.

Busquei não extrapolar o tempo máximo de 2 horas para a realização das conversas, mas, em alguns casos, chega-se a 3 horas e 30 minutos. Em função do distanciamento social imposto na cidade pelo decreto municipal desde março de 2020, optei pela realização de *lives* e, conseqüentemente, não pude ultrapassar os 90 minutos permitidos pelo *Facebook/Instagram*. Dividi as conversas de acordo com um roteiro^{A3} baseado em seis etapas que podem ser lidos no anexo 3 desta Dissertação..

No artigo “Memória e História: entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação”, Flávia Almeida Moura e Larissa Leda Fonseca Rocha tratam da entrevista individual como “uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada” (MOURA; ROCHA, 2017, p. 162). Também afirmam que “a História oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc.” (MOURA; ROCHA, 2017, p.162).

Sabemos que as falas extraídas das entrevistas deste trabalho de pesquisa incluem em suas narrativas todo um contexto histórico que está sendo analisado nesta dissertação. A própria entrevista, em si, com os diversos depoentes elencados, está de acordo com o contexto da história local e cotidiana, sendo registradas em áudio e vídeo. Elas serão instrumentos didáticos a serem utilizados nas salas de aula no Ensino Básico, justamente quando se queira abordar a história de uma comunidade na cidade, na região.

Em nosso caso, especificamente, estamos registrando histórias de vidas para não só dar conta da trajetória individual do entrevistado, como também levando em consideração a conjuntura sociopolítica, econômica e cultural em que se inserem. São mulheres afrodescendentes que vivem na cidade de Resende-RJ e que contribuem para a preservação da memória e história dessa população na cidade.

A escolha das entrevistadas se deu em função de seu ativismo, dentro de ambientes profissionais, religiosos ou comunitários, protagonismo e exemplo de lutas contra o preconceito, discriminação racial, desigualdades sociais e de gênero, além das suas contribuições para a preservação da cultura de matriz africana na cidade. Essa técnica – a da

entrevista em história oral¹² – apresenta vantagens de se poder registrar em formas diversas a história de indivíduos e coletividades através de relatos de memórias e testemunhos e, a partir deles se estabelecer estudos, compreensões, análises que podem ajudar na transformação de alguns conceitos e visões há muito consolidados na historiografia local ou nacional.

Para o presente trabalho, da forma como foi apresentado no projeto de pesquisa, essas entrevistas são fundamentais para a identificação das razões da invisibilização das histórias e memórias da população feminina afrodescendente na historiografia da cidade de Resende. Em seus relatos, encontramos as indicações que esclarecem essa ausência nos registros históricos resendenses, algo que também é comum na bibliografia regional e nacional.

Ao serem editadas, essas imagens poderão seguir o roteiro proposto (Anexo 6) , tal como indicado por mim, para a realização das entrevistas. Essa dinâmica que busquei estabelecer no contato com todas as entrevistadas, respeitando as peculiaridades de suas histórias de vida, mas sem perder de vista os objetivos da realização dessa pesquisa.

É necessário acrescentar que registrei também o depoimento da professora Marluci Pinheiro (Coordenadoria Regional da Educação Estadual do Médio Paraíba III), que teve liberdade em narrar sua justificativa da presença da jogueira Valdirene Costa nas reuniões pedagógicas para estudo da aplicação da Lei 10.639/03, na rede de ensino estadual na região abrangida por essa Coordenadoria. As imagens da participação de Valdirene, em 2012, foram registradas por mim, pois também fazia parte do grupo de professores que participaram dessas oficinas sobre as peculiaridades do Ensino da História e Cultura Africanas e Afrodescendentes. A inclusão desse material deve-se ao fato de ser inédito e póstumo, pois Valdirene faleceu em abril de 2013 e pode ter sido a última jogueira de Resende.

2.2 Roteiro do documentário

A historiadora Mônica Lima e Souza, em entrevista concedida à Martha Abreu e Silvio de Almeida Carvalho Silva Filho (Revista História Hoje, 2012.) orienta os professores

¹² É um recurso moderno usado para elaboração, arquivamento e estudos de documentos referentes à vida social de pessoas. É sempre uma história do tempo presente. (MEIHY, 1996). Nem toda entrevista é História oral, o autor lembra que para realizar a entrevista de História Oral é preciso seguir um “caminho” (método). Registrar os depoimentos em fitas ou equipamentos digitais, imagem e som, é também registrar as experiências vividas pelos sujeitos sociais que contribui para a compreensão do passado recente. A utilização de imagens registradas por câmera de smartphone LGK12 foi a opção escolhida por mim para esta dissertação.

do Ensino Básico que começam a implementar a Lei 10.639/03, sobre o Ensino da História da África e dos Afrodescendentes que

Para mais e melhor ainda: levem músicas, e sempre que possível, imagens em movimento (filmes, documentários) às suas salas de aula. Ver as muitas caras da África, suas questões, suas paisagens. Nada tão produtivo como assistir, comentar e trabalhar sobre esse tipo de material. Para se aproximar e entender as muitas heranças vivas da África no Brasil, igualmente: nada como ver e (re)conhecê-las em documentários produzidos para esse fim, com todas suas cores e sonoridades (ABREU; FILHO, 2012).

A utilização de filmes, documentários e outras imagens nas aulas de História, comprovadamente, dinamizam e ajudam a contextualizar o tema ou conteúdo que se objetiva ensinar. Documentos que registram histórias familiares, do cotidiano ou local, reforçam o interesse dos estudantes sobre o tema/assunto discutido. Também ajudam a compreender a persistência de certos fatos ou comportamentos sociais e auxiliam na busca de alternativas para mudanças significativas em seu cotidiano, para entender e extinguir as permanências das desigualdades, propiciando assim o cultivo de um futuro mais promissor para todos.

Num país tão diverso socialmente quanto o Brasil, tem sido muito nefasto o ensino de apenas uma perspectiva de História nas escolas: a eurocentrada. Neste trabalho de dissertação, quero auxiliar na percepção da necessidade da convivência com a formação multirracial e pluriétnica da população brasileira e a combater a visão monocultural e eurocêntrica do currículo praticado nas escolas do ensino básico.

As imagens das entrevistas, os recortes de notícias digitalizados dos jornais e periódicos que circulavam na cidade de Resende ao longo do século XIX e a narração em áudio produzido por mim serão as bases da produção do documentário proposto, com tempo previsto de 45 minutos. Começo a narrativa com as imagens aéreas atuais da cidade de Resende. Adiante, conto a minha história de vida e explico os objetivos de produzir o vídeo com depoimentos sobre a experiência de mulheres resendenses que trabalham e contribuem para a manutenção da memória afrodescendente no município.

Intercalo a minha fala inicial com slides, destacando recortes de jornais e periódicos, os quais comprovam a invisibilidade das histórias de vida das mulheres negras na historiografia da cidade ao longo dos séculos XIX, XX e XXI. Observa-se a importância de registrar as memórias e histórias de vida dos cidadãos de Resende na medida em que

[...] o lugar espetacular da história oral é reconhecido pela disciplina acadêmica, que há muitas décadas considera [...] legítimas as fontes testemunhais orais. [...] histórias do passado mais recentes, apoiadas quase que apenas em operações da memória, atingem uma circulação extradisciplinar que se estende à esfera pública comunicacional, à política, e ocasionalmente, recebem impulso do Estado (SARLO, 2007, p. 12).

Nos séculos anteriores, a História era escrita segundo a ótica da classe dominante. Atualmente, ela pode e deve ser escrita com base nas vivências de todos os cidadãos. A crítica virá sempre de uma análise imparcial por parte da academia que poderá endossar, ou não, essa prática do dever e direito à memória. Por isto, insisto nesses registros que considero como iniciais das vivências dessas cidadãs negras de Resende. Além disso, as mulheres já falecidas, cujas fotos e/ou vídeos consegui recuperar, farão parte desse acervo, como forma de contar uma história inteligível da saga feminina negra na cidade entre o período escravista e o atual.

Todas as imagens contarão com a interpretação de uma profissional em LIBRAS, para que todos os estudantes possam ter acesso às informações e depoimentos.¹³ Somado a isso, as imagens contarão com o *link* para acesso posterior aos depoimentos integrais na plataforma do *Youtube*. Alguns trechos das falas das depoentes (Anexo 1) e convidados serão transcritos neste capítulo para comentários sobre os conceitos a serem destacados no conteúdo do produto.

De início, destaco o conceito de memória e a sua valorização por algumas dessas mulheres. Dessa forma, será transcrita a fala da agente comunitária aposentada, Bebiania Laura dos Santos, que também é a criadora do Projeto Quilombo da Paz¹⁴ e fundadora da Pastoral Afro¹⁵ nas igrejas católicas da cidade, bem como na Diocese de Barra do Piraí-Volta Redonda, que todas as instituições católicas da região Sul Fluminense.

Sobre a importância do resgate, da valorização e do registro das memórias do povo afrodescendente, Santos afirma que

Falar da Pastoral Afro, apesar do momento que nós estamos vivendo, as coisas ficam um pouco “difícil” [...]. Mas pra mim não é difícil porque a Pastoral afro é a pastoral que eu sou militante nela e sou missionária, então conto um pouquinho da nossa história, aquilo que ainda está na nossa

¹³ LIBRAS: é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, uma língua de modalidade gestual-visual onde é possível se comunicar através de gestos, expressões faciais e corporais. É considerada uma língua oficial do Brasil desde 24 de Abril de 2002, através da Lei nº 10.436.

¹⁴ Cf. <https://resende.rj.gov.br/noticias/mutir-o-revitaliza-projeto-quilombo-da-paz->. Último acesso em: 03 jan. de 2021.

¹⁵ Pastoral Afro: A pastoral afro-brasileira foi criada em 1998 pelo Dom Gilio Felício, o primeiro negro a chegar ao episcopado na arquidiocese de Salvador. . <https://pastoralafrobrasileira.com.br/> - Acesso em 29 de janeiro de 2021.

memória, que é um dos medos que temos de perder nossa memória de novo, e ter que resgatar a história de novo [...]. Há necessidade de que alguém escreva nossa História de Pastoral Afro de medo da gente perder a história de novo, já foi perdida e a gente tá levando tantos anos pra resgatar a história do povo negro, né?¹⁶

Esse desabafo de Santos coincide com o momento de intolerâncias e negacionismos que temos vivenciado no Brasil, desde 2016. Atitudes agressivas e até violentas têm sido identificadas por parte de ativistas que têm o objetivo de valorizar a cultura afrodescendente em todos os lugares da nossa sociedade.

Sobre o protagonismo feminino negro, destaco a fala de Juliana Oliveira, que é enfermeira, praticante da Umbanda, escritora e líder comunitária no bairro Surubi. Oliveira destaca que seu protagonismo tem o fim de ajudar outras crianças negras a se tornarem, também, protagonistas em suas vidas. Ela teve sua primeira obra publicada no ano de 2001 em Resende (Juliana no Mundo das Letras. Resende, 2001), na qual conta a história de uma menina negra de Resende que vai para um mundo onde as letras podem falar. Depois, essa obra foi transformada em peça teatral. Oliveira afirma que,

[...] foi uma época muito boa pra mim, onde fui incentivada a escrever uma estorinha simples, mas que é a história de uma menina negra, e acho que isso tem a sua importância porque a cidade me deu a oportunidade de expor meu livro nas feiras que tinham aqui na cidade, de ser chamada para eventos na câmara, na cultura¹⁷

Essa experiência literária de Juliana Oliveira traz o entendimento de que, desde a mais tenra idade, devemos instruir e possibilitar oportunidades de acesso ao conhecimento para todos os jovens e esta é a proposta principal deste trabalho, cujo produto será o documentário com a história de vida de algumas mulheres negras de Resende, que contam suas memórias e histórias e seu protagonismo em suas conquistas pessoais e coletivas.

Sobre o sentimento de pertencimento cultural e de identidade racial da mulher afrodescendente na cidade, ressalto a fala de Bianca de Fátima Lúcio que, atualmente, ocupa a gestão da Coordenadoria da Igualdade Racial no Município . Lúcio descreve em sua fala a relação com sua mãe na infância e, hoje com sua filha, concluindo que

¹⁶ Bebiana Laura dos Santos, Agente comunitária de Saúde aposentada. Resende, 2020.

¹⁷ Juliana Oliveira, Enfermeira e escritora. Resende, 2020.

Minha mãe (do lar) sempre me falava do meu cabelo, da minha pele. Quando a gente é criança a gente não tem essa consciência de que a gente tem que se aceitar como a gente nasceu, ela (a mãe) sempre trabalhou muito essa ‘auto identidade’ em mim [...] dizendo sempre que meu cabelo era bonito e que se alguém falasse alguma coisa de negativo, se alguém mexesse comigo que era pra eu não esquentar, porque não tinha nada a ver ¹⁸.

Sobre a sua filha Isabelle Maria, Lúcio diz que, por ser apaixonada por tranças,

essa referência se estendeu para Isabelle. Quando ela (a mãe de Bianca) trançava meu cabelo, ela ia conversando comigo e eu hoje passo essa trajetória pra minha filha. Quando tranço o cabelo da minha filha eu converso com ela e faço com que ela se enxergue como mulher negra [...] estou sempre reafirmando isso nela: você é mulher, você é negra, nós somos muito bonitas, o seu cabelo é perfeito.

Isabelle Maria estuda numa instituição particular em Resende e, em função disso, é a única criança negra na turma. Após Bianca Lúcio perceber uma gama de conflitos na menina, quando observou que ela queria entrar nos padrões estéticos das coleguinhas, disse que

ocê (Isabelle Maria) é uma privilegiada, porque você é a única negra na sala de aula e também porque seus pais estudaram e hoje tem condições de te propiciar essa educação (Lúcio chora) que não é o ideal, porque deveria ser igualitária para todos os afrodescendentes [...] e usar química para alisar os cabelos é uma agressão à sua saúde, deixando até sequelas na pele, mudando a textura de nosso cabelo.

Hoje o cabelo dela é natural e muito elogiado pelos colegas da turma e Isabelle sempre diz à mãe: “Mamãe, você tinha razão! Meu cabelo é lindo!”. Bianca se emociona.

Sobre as questões de gênero, racismo, visibilidade feminina negra e ocupação dos espaços de poder, a professora Sônia Maria Freitas, gestora da Coordenadoria da Igualdade Racial de Resende, ex-conselheira Tutelar do município e uma das autoras do Projeto “Zumbi vai à Escola”,¹⁹ afirma que

têm vários exemplos que posso citar: tirando a questão da Igualdade Racial, fui Conselheira Tutelar no primeiro Conselho Tutelar do Estado do Rio de Janeiro, eu ajudei a montar, né? Trabalhei na formulação da lei e quando já era Conselheira Tutelar, a discriminação era recorrente, porque chegava ao ponto de a pessoa chegar e eu dizia: “Pois, não? Posso ajudar?” e a pessoa

¹⁸ Bianca de Fátima Lúcio, Professora. Resende, 2020

¹⁹ Cf. <https://www.resende.rj.gov.br/index.php/noticias/confer-ncia-para-a-promo-o-da-igualdade-racial-acontece-nos-dias-24-e-25-de-abril>. Último acesso em 03 jan. 2021.

respondia: “Não tem nenhum conselheiro pra me atender aí não?”. E era assim, aí, quando me identificava, a pessoa ainda não acreditava que eu era a Conselheira tutelar [...]. Nós temos que quebrar essas barreiras todos os dias. E na Coordenadoria também a gente observa isso, a pessoa acha que você não é capaz de ser uma coordenadora, que você não pode ocupar determinado cargo [...]²⁰

A professora Freitas demonstra intensa preocupação quanto ao futuro dos jovens negros, em especial das meninas em nossa sociedade, e acha necessário estimular o empoderamento da juventude afrodescendente:

É eu acho assim: assumindo a própria identidade, o que não é fácil, nós sabemos disso, passamos por isso. Hoje, a criança negra, ela não quer ser negra, porque ela é discriminada [...]. Hoje o bonito é ter cabelo longo e a criança não tem; a adolescente que tá na época do namoro, ela serve como cupido, mas não serve como namorada [...]. Então, fortalecer esse jovem, fazer com que ele participe de grupos onde levante a autoestima dele, onde a família dê apoio a ele, converse bastante com esse jovem, porque, a todo momento, ele está sendo discriminado, tá sendo impedido de entrar num determinado local, ele é obrigado a usar determinadas roupas, pra ser padrão, pra ser aceito [...]. É importante o jovem estar num grupo de amigos ou grupo familiar onde ele se sinta bem, onde a identidade dele seja bem vista. [...]. Conhecer a história da população negra, que tem uma história muito bonita de luta, por uma questão de sobrevivência mesmo. Se nós estamos aqui é porque muitos morreram, e essa história tem que ser contada, porque nós temos nossos direitos na sociedade, nós construímos este país com muito sangue; então merecemos uma fatia desse bolo e não só o farelo, nós queremos um pedaço desse bolo.

Sobre racismo, assédio moral no trabalho e solidão da mulher negra, a professora Ione Assis— que atuou como pedagoga e diretora do Colégio Estadual Oliveira Botelho entre as décadas de 1950 até 1980 (período de sua aposentadoria) – conta-me que, por ser filha adotiva de uma tradicional família da cidade (os Oliveira Botelho) e negra, sofreu com o racismo institucional no período em que dirigiu esse tradicional estabelecimento de ensino público:

Eu gostava muito de lá, mas chegou um tempo que a gente começa a ficar mais velha, aí a gente que é mais velha não aceita muita coisa da modernidade, entendeu? A gente aceita, mas não concorda com aquilo, então a gente tem que [...]. Aí, começou que meu chefe não gostava muito de mim porque me achava metida, sei lá! Aí um dia me enfezei lá e saí, não deu tempo nem dos professores se despedirem. Saí! Não voltei no dia seguinte [...]²¹.

²⁰ Sônia Maria de Freitas. Coordenadoria da Igualdade Racial de Resende. Resende, 2020

²¹ Ione Assis. Pedagoga. Resende, 2021.

Ainda em relação ao assédio moral e à solidão da mulher negra, perguntei à Senhora Ione se depois de aposentada retornou ao CEOB, caso negativo solicitei que justificasse essa atitude e ao que se deveu essa falta de apoio, ao que ela respondeu:

Não... Retornei umas duas vezes que eles me convidaram pra um jantar [...] mas eu não gostava de ir lá, não queria ir mais não...

Não sei, acho que saí de lá meio magoada, sabe? Então não tive mais vontade, assim, de voltar...

Mas não das professoras! Eu me aborreci, não dá mais, tive esse chefe que não gostava de mim... As pessoas diziam que ele não gostava de negro, que ele era racista [...] Eu também não calava a boca, contestava as coisas se achava que não dava pra fazer, não fazia; e as pessoas diziam que eu era muito 'bocuda' por isso ele não gosta de você! Eu dizia: Mas eu não tenho que dizer amém a ele o tempo todo...

Em relação à moda, à estética padronizada, engessada, a que historicamente a população feminina e, mais especificamente, a feminina negra foi submetida secularmente, perdendo a propriedade do próprio corpo, Adriana Angelina de Souza Aquino, que trabalha na Rede Estadual de Educação na cidade como professora de Geografia, criou um projeto pedagógico no Colégio Estadual Dr. João Maia, para estudantes do Ensino Médio, com o qual busca discutir os padrões de beleza e estética impostos pela sociedade, através da mídia. Após a realização de diversas oficinas nas escolas em que trabalha, ela nos conta que

Nosso cabelo sempre foi o principal alvo, ponto de agressão para os racistas. Mas também é um poderoso instrumento de manifestação política de mudança comportamental e combate ao racismo para nós. Muitos dizem a respeito de nosso cabelo crespo natural "Seu cabelo é ruim!", ao que respondo "Ruim por quê? Até onde sei, ele nunca fez 'mal' a ninguém..." essa criticidade se desenvolve com estudo e participação em atividades, grupos, coletivos de empoderamento e lutas pelo fim das discriminações raciais num país tão diversificado racialmente²².

Para a agente comunitária de Saúde e barbeira profissional Stephany Marques, a homofobia e a gordofobia são ingredientes fortes num "caldeirão" social ainda muito instável em nosso país. Define-se como uma mulher negra, homossexual e gorda "de bem com a vida!". Afirma que sua família sempre a apoiou em suas escolhas e que principalmente seu pai a aconselha que, após desfazer seu casamento aos dezoito anos (hétero) e optar viver

²² Adriana Angelina de Souza Aquino. Professora e designer de joias sustentáveis. Resende, 2020.

com uma menina disse: “Minha filha quero que você seja feliz sempre, mas que faça quem está do seu lado feliz também, respeitando-a. Só assim qualquer pessoa vive bem e pode enfrentar as dificuldades da vida sendo forte.”²³

A líder religiosa de matriz africana, Rosana de Oliveira Jesus Jardim – Mãe Rosana D’Iemanjá – da tradicional Casa Espírita de Umbanda “Caboclo Pena Branca” localizada no bairro Cidade Alegria, em seu depoimento sobre a intolerância religiosa afirma que

Nesta cidade hoje o preconceito é o de ser mulher, [...] as mulheres hoje da matriz africana, as umbandistas, candomblecistas, além do preconceito de ser mulher, espírita e muitas vezes, nós sofremos três preconceitos [...] de ser mulher-espírita-negra. [...] aqui na cidade mesmo, quando eu precisei do NIAM, não me trataram bem. [...] não me trataram bem. [...] com a ajuda de um grupo de mulheres, me senti forte pra sair de um relacionamento abusivo. [...] Na delegacia me perguntaram: você não é do ‘santo’? Onde ele estava que não te defendeu?²⁴

A líder religiosa Rosana Jardim, foi vítima de violência doméstica e, como tantas outras mulheres na cidade, ao buscar apoio policial foi desrespeitada não só por ser mulher, mas também pelo fato de praticar religião de matriz africana – Umbanda. Algo mais comum na atualidade, momento em que as atitudes de intolerância contra pessoas que praticam Umbanda ou Candomblé se tornam mais comuns. Na cidade de Resende, segundo a própria Rosana, essas atitudes preconceituosas têm sido mais comuns de alguns anos para cá, devido às polarizações ideológicas vigentes no país e que reverberam com vigor no município que é majoritariamente ‘ “bolsonarista” ’ (nas eleições de 2018, segundo o TRE-RJ, Jair Bolsonaro obteve 75% dos votos válidos na cidade). Diante de seu relato, é possível imaginar o constrangimento e até a impossibilidade de, em alguns setores, e aí incluo as escolas, se abordar temas como a religiosidade africana, nesta cidade.

O empresário e cofundador do clube/site Kilombo N’GANGU, Cloves Alves, é o sexto filho de uma família de sete irmãos, cujos pais são Vitor Alves e Zélia Cássia Alves, nasceu em Macaé/RJ e passou a infância em Passa Vinte/MG de onde, aos dez anos, veio para Resende, instalando-se no bairro Paraíso. Sua fala neste trabalho se justifica pelo fato de ter ajudado a criar um clube de Afroempreendedorismo que, entre todas as outras atividades, auxiliou a resgatar e registrar parte das histórias de vidas de homens e mulheres negros no município que preservam a cultura e religiosidade de origem africana no município.

²³ Stephany Marques. Agente Comunitária de Saúde e Barbeira. Resende, 2020.

²⁴ Rosana Jardim. Do lar e líder religiosa na Umbanda. Resende, 2021.

Sobre a criação do Clube Kilombo N’Gangu, ele afirma que:

Para mudar esse quadro de enfrentamento (crise econômica, desemprego) é que criamos o Kilombo N’Gangu, né. Por que a gente precisa dar condições de vida digna e decente pro nosso povo, nós precisamos nos empoderar financeiramente e socialmente, que aí sim, perder essa dependência financeira e nossos algozes. Por que hoje a gente depende deles pra nos contratarem pra trabalhar. Enfim, nós estamos de certa forma nas mãos deles. E aí quando a gente vem pra cá (gesto), e começa a conquistar (independência financeira) eles vem e mudam a gente pra cá (gesto)... Eles vão mudando as regras conforme a gente vai aprendendo a jogar o jogo, eles mudam o jogo [...] nós temos que criar e aprender a jogar nosso próprio jogo. O Kilombo N’Gangu vem pra isso, nossa principal ideia é o empoderamento financeiro e social. o Kilombo não é uma entidade de luta propriamente dita, como é o MNU[...] já temos muitas entidades de luta. [...] o objetivo principal do kilombo é o empoderamento econômico negro. É promover o Afroempreendedorismo e dessa forma a gente gerar riquezas pra nós negros e negras, e aí sim a gente começa a ter liberdade pra participar das entidades de lutas não se faz movimentos de lutas sem dinheiro e de ‘barriga vazia’ ninguém vai pra rua lutar e exigir que seus direitos sejam cumpridos. Esse é um dos grandes ganhos que temos com o Kilombo: a organização. E isso não é nenhuma novidade. Esse tipo de organização já existe há mais de 150 anos [...] veja a Hebraica em SP, ou o Rotary²⁵.

Segundo Alves, a maior parte dos componentes do clube atualmente é de mulheres negras empreendedoras que produzem diversos produtos, desde alimentos a acessórios de beleza, gerando renda extra ou, em alguns casos, principal renda da família. Isso, sem dúvida, tem ajudado as suas famílias e boa parte da cidade e região a passar pela atual crise econômica sem maiores sobressaltos. Com essa iniciativa, percebe-se que, através da união, da solidariedade, do trabalho conjunto e atitudes inovadoras, se encontram caminhos de empoderamento econômico para a população afrodescendente, especialmente para mulheres negras que, em coletivos como esse, encontram maior segurança para investir em seus conhecimentos e garantem uma melhor qualidade de vida aos que delas dependem.

A inclusão da fala de Cloves Alves nesta pesquisa justifica-se pelo fato, dentre outros, de que na criação do Clube Kilombo N’Gangu, ele e seus companheiros ajudaram a recuperar muitas histórias de vidas, e a publicá-las; memórias de homens e mulheres afrodescendentes que a historiografia ressendense silenciou. Essa atitude facilitou o acesso de todos que se interessam pelo tema ou buscam mais conhecimento sobre o passado recente da população afrodescendente na cidade, auxiliando no mapeamento das mulheres negras minimamente visibilizadas na cidade que utilizei neste trabalho.

²⁵ Cloves Alves. Empresário e cofundador do Clube Kilombo N’GANGU. Resende, 2021.

Afinal, conforme um provérbio africano cuja autoria é desconhecida, “até que os leões criem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça”, os afrodescendentes, enquanto maioria em nossa população tem o dever de conhecer, resguardar e tornar pública sua trajetória desde que foram sequestrados no solo africano, obrigados a atravessar o ‘ “rio atlântico” ’ em embarcações ‘ “tumbeiros” ’ e ao chegarem nas terras do mundo novo chamado Brasil, foram escravizados, violentados, explorados a exaustão e, após, silenciados e invisibilizados como ferramentas velhas, inúteis, conheceram desde sempre o que é distanciamento social.

Também o professor Mário José Dias²⁶, um dos autores do livro paradidático “Resende – Passado Presente” (Anexo 5) que conta a história da cidade de forma bastante sucinta, afirma que a intenção dele e dos outros autores era a de indicar aos professores caminhos para aprofundamento de temáticas relativas – entre outras - à escravização africana e pós-abolição na cidade de Resende. Quando perguntei sobre quais foram as possíveis dificuldades para tratar sobre esse assunto em seu livro, ele afirmou que,

Bom, o nosso livro não tinha como propósito fazer um aprofundamento de todas as temáticas que envolvem a História de Resende, então é preciso marcar aqui uma intencionalidade. Nós estávamos à época produzindo um livro que pudesse servir como um marco temporal, um instrumento de guia para que o leitor, mesmo não sendo um leitor de escola, pudesse ter a curiosidade de conhecer um pouco mais a história de Resende. No caso de ser usado pela escola, o livro sugere algumas atividades que pudessem instigar tanto o professor quanto o aluno para aprofundar determinados temas²⁷.

Baseando-me na fala do professor Dias, vejo como muito importante para a história da cidade, bem como para a Educação, a presença do documentário que produzimos nesta dissertação e também o dispositivo didático que o acompanha, como forma de auxiliar a aprofundar a temática sobre a escravização africana, o pós-abolição, e o silenciamento das Histórias de vida e memórias da população afrodescendente na cidade em especial das mulheres negras. Esse marco temporal da História resendense precisa ser revisitado para que as gerações futuras possam conhecer de forma mais aprofundada histórias que foram silenciadas e que ainda reverberam com fatos/fenômenos como o racismo estrutural e

²⁶ Professor de História e atualmente Supervisor Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Resende – SME.

²⁷ Mário José Dias. Professor de História e Supervisor Pedagógico da SME-Resende, coautor do livro “Resende Passado Presente”. Resende, 2021.

genderizado, infelizmente, tão presentes nessa sociedade, conforme comprovamos nos relatos das entrevistadas.

Deve ficar claro a qualquer pessoa que assista o documentário e que leia este trabalho que se trata de uma Escrivivência, “[...] ou a escrita que nasce do cotidiano, das lembranças, da experiência de vida da própria autora e do seu povo. [...]” (DUARTE, 2016), noção com a qual a escritora Conceição Evaristo explica que se narra os sentimentos, as dores, as alegrias, os gritos, os sussurros de uma multidão de pessoas. Essa é a intenção e o objetivo da produção do documentário em que, de forma leve, mas profunda, pretendo fazer registrar e valorizar a trajetória das mulheres negras nessa cidade. Assim começaremos a demolir o mito da casa-grande: desconstruindo sua narrativa.

2.3 Contexto da seleção de imagens, criação do *script* e edição do documentário

A partir de agosto de 2019, comecei a produzir as imagens das entrevistas com as convidadas que estão nos registros deste produto. Naquele período, já havia a intenção de produzir uma pesquisa com as memórias de mulheres afrodescendentes para a história da cidade de Resende. Naturalmente, as leituras indicadas nas aulas de Teoria de História da professora Rebeca Gontijo (UFRRJ), História do Ensino de História, com as professoras Patrícia Bastos de Azevedo e Marília Lopes de Campos (UFRRJ/IM-Nova Iguaçu) e a disciplina optativa Metodologia no Ensino de História: o pesquisador-professor com a Professora Vivian Luiz Fonseca (UERJ), foram cruciais para o direcionamento inicial dos caminhos que pretendia percorrer na produção de minha pesquisa.

Mas foi no segundo semestre de 2020, na disciplina eletiva Ensino de História: história oral e suas narrativas, com a professora Maria Paula Nascimento Araújo, realizada no IFCS/Rio de Janeiro (já na modalidade remota), quando defini a linha da pesquisa que realizaria: o registro das memórias de mulheres negras invisibilizadas na historiografia da cidade de Resende.

Partindo da indicação do amigo Fábio Bruneli²⁸, iniciei as seleções das imagens com o também jornalista e editor de imagens Luiz Rogério Almeida, que ajudou a elaborar o *trailer* do documentário apresentado à banca de qualificação deste projeto de pesquisa, em 8 de outubro de 2020. A partir de maio de 2021, passei a edição das imagens do documentário ao editor João Pedro de Oliveira Carlos, um dos proprietários da empresa COLI Design, que editou e concebeu a versão atual do produto. Essa empresa também produziu as imagens aéreas de Resende que servem de abertura e encerramento do vídeo.

Também incluí nas transições entre as cenas/assuntos/pausas, os desenhos em arte realista a carvão, produzidos pela desenhista e ilustradora Talita Abreu, que reproduziu as imagens das entrevistadas, da autora desta dissertação e desenhou a capa do documento em vídeo e retrato, bem como das figuras *QR CODE* que levam ao canal onde estão as imagens dos depoimentos na íntegra.

O ano de 2020 foi atípico em todos os aspectos, devido à pandemia de Covid-19, a necessidade de distanciamento social dificultou muito um contato maior com os editores e as entrevistadas; também o período eleitoral interrompeu esse trabalho por conta de minha candidatura à vereadora. As aulas na rede pública de Educação foram suspensas, passando todo o período no sistema remoto, o que impossibilitou as práticas programadas no projeto desta pesquisa.

Todas as entrevistas foram realizadas com a câmera de smartphone LGK12, sempre em ambiente escolhido pelas entrevistadas, na maior parte das oportunidades na residência delas. A exceção aconteceu na primeira parte do depoimento de Bebiana Santos – realizado na nave da Igreja Matriz Católica de N. Senhora Da Conceição, e interrompida por um cidadão transtornado – todas transcorreram em harmonia e numa duração entre 60 a 180 minutos. Neste momento, passei a utilizar um segundo smartphone LGK10, como gravador de áudio, prevenindo possíveis interferências que pudessem atrapalhar as gravações.

A atmosfera de polaridades ideológicas que vivenciamos no Brasil no período da realização dessas gravações fez movimentar pensamentos e sentimentos em torno do assunto principal deste trabalho: as causas e consequências da invisibilização e silenciamento da mulher afrodescendente na história de Resende. Não só a problemática local, mas também a nacional era apontada e até discutida ao longo das entrevistas, o que fez com que o roteiro previsto para as entrevistas tivesse de ser adaptado conforme o posicionamento sócio-político

²⁸ **Fábio Bruneli**, jornalista e narrador de telejornais falecido em 7 de março de 2021, em Resende/RJ; **Luiz Rogério de Almeida**, também jornalista e editor de imagens. Ambos trabalharam na TVRIOSUL, afiliada da TV Globo na região Sul Fluminense.

da convidada. Algumas como a Jacinta Silvério preferiram não se posicionar, nem mesmo em relação ao racismo.

O trabalho de audição e seleção dos trechos dos depoimentos que estavam de acordo com o *script* idealizado, teve de ser feito e refeito inúmeras vezes, pois, quanto mais longos eram os depoimentos, mais detalhes e informações encontrávamos nas falas dessas mulheres. Em dado momento, cheguei a imaginar um documentário para cada entrevistada, tamanha a riqueza dessas falas.

Incluí também os depoimentos de Cloves Alves (cofundador do Clube kilombo N'GANGU), Marluci Pinheiro (Coordenadoria Estadual de Educação no Médio Paraíba III) e Mário José Dias (Supervisor Pedagógico da SME-Resende), bem como imagens da atividade realizada pela Pastoral Afro-brasileira sobre o dia Municipal da Mulher Negra em Resende (25 de julho de 2021). Procurei fazer com que as imagens editadas tivessem uma sequência parecida com a pesquisa, começando pela ambientação da história da cidade e dos afrodescendentes de Resende, passando pela fala das entrevistadas sobre sua origem – para essa parte selecionei apenas duas -, depois sobre sua trajetória estudantil e profissional e as condições oferecidas pela cidade para tal e sua valorização enquanto cidadã negra. Também as expectativas e angústias em relação ao futuro da juventude afrodescendente na cidade foi alvo de reflexão por todas as convidadas.

3 CAPÍTULO 3 RESPEITE NOSSA VOZ!

De acordo com a escritora Sonia Maria Giacomini, em seu livro *Mulher e Escrava – Uma introdução aos estudos da mulher negra no Brasil*,

[...] a escravidão acabou, mas a presença de suas heranças no bojo das relações burguesas e capitalistas manifesta uma vez mais essa imensa capacidade que têm as classes dominantes, de todos os períodos históricos, de incorporar, até onde for possível, aos privilégios que lhes são próprios os privilégios de grupos dominantes anteriores (GIACOMINI, 1988, p. 89).

A persistência das questões étnico-raciais em nosso país se mantém graças ao fato de o racismo tornar-se um tema tabu quando discutido nas escolas, seja pelo despreparo do profissional de educação, seja pela crença no mito da democracia racial ainda existente no Brasil ou por falta de conhecimento das fontes de pesquisa e/ou dos relatos sobre o assunto.

Os acontecimentos atuais na história do Brasil, marcados pelo aumento da violência urbana, cujas maiores vítimas são em sua maioria jovens pretos; o recrudescimento dos comportamentos preconceituosos, especialmente o racismo, fascismo e misoginia por parte de pessoas que se julgam socialmente superiores, fizeram surgir os movimentos antirracistas em decorrência desses conflitos sociais e que tem levado às ruas e às mídias a população afrodescendente e seus apoiadores para protestar e exigir punição aos agressores e mudanças no comportamento da sociedade sobre os problemas que atingem especificamente a população negra no Brasil.

Nesse contexto, a Educação básica tem papel fundamental uma vez que é nela que se encontram a maioria dos jovens e crianças brasileiras, filhos de trabalhadores e de parte da classe média do país. O Ministério da Educação, no censo escolar de 2018, revela que 77,84% das escolas de ensino básico são públicas²⁹, perfazendo um total de 44.2 milhões de estudantes, em todos os seus níveis (Pré-Escolar, Ensino fundamental I e II, Ensino Médio). Desse total, considerando-se a etapa final do Ensino fundamental (6º ao 9º ano) tem início a evasão escolar que afeta de maneiras diferentes cada grupo. Enquanto 89,3% das meninas de 11 a 14 anos estão matriculadas nessa etapa, 85,8% dos meninos continuam estudando nessa idade. Frequentam a escola 90,4% dos brancos e 85,8% dos pretos ou pardos.

Segundo Ricardo Henriques (2019),

A escola herda da sociedade o racismo estrutural e aumenta essa desigualdade racial. Os indicadores gritam, escancaram o racismo, mas a escola vira as costas para esse debate. Enquanto não reconhecermos esse racismo educacional, não vamos melhorar os índices educacionais no Brasil.³⁰

Diante dessa constatação, é muito importante a produção de conteúdo didático que atenda as demandas dessa população que, com a pandemia de Covid-19, corre um sério risco de terem perdidos os avanços educacionais lentos registrados pela PNAD³¹ nos últimos anos, caso não haja uma resposta efetiva dos governos e da sociedade para evitar a alta no abandono escolar e descontinuidade dos estudos.

²⁹ INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Brasília, 8 fevereiro 2019. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

³⁰ Ricardo Henriques. Superintendente do Instituto Unibanco. Entrevista a www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/06/negros-sao-717-dos-jovens-que-abandonam-a-escola-no-brasil.shtml, em 15 jul.2020. Acesso em 18 de janeiro de 2021.

³¹ Pnad: pesquisa Nacional pr amostra de domicílios. IBGE.gov.br/Pnad/2020.

As dificuldades do ensino remoto ficaram escancaradas durante a pandemia, devido à suspensão das aulas presenciais em todo o país, que acabaram por expor a necessidade de priorizar os investimentos em educação por parte dos três níveis de governo. Em função das adversidades até aqui elencadas e das futuras, e a continuidade do ensino remoto na maioria das redes de educação no ano letivo de 2021 no Brasil, descrevo a partir daqui as duas possibilidades de atividades que o produto desta pesquisa oferece, em razão da importância e amplitude do tema pesquisado.

A ausência de citações sobre a participação ativa e protagonismo das mulheres negras na história da cidade de Resende, explicitada nesta pesquisa, pode ser suprida em parte com a indicação do uso dos depoimentos registrados por mim em imagens que, depois de editadas, se transformarão em um documentário de 70 minutos. Estas imagens poderão ser utilizadas de diversas formas, dentre elas, para professores – como fonte de pesquisa e material didático sobre raça, gênero -, e para os estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, quando estiverem estudando conteúdos de Ciências Humanas que contemplem o período da escravização africana no Brasil, o pós-abolição e a trajetória da população afrodescendente ao longo dos séculos XX e XXI, com seu ativismo, protagonismo em movimentos sociais e a necropolítica que visa o extermínio gradativo dessa população e que se pratica ao longo da história do país, vitimando especialmente os jovens pretos, além do abandono social histórico das mulheres mães-avós pretas com suas dores e lutas pela sobrevivência.

O uso de filmes e documentários em sala de aula como recurso didático é comum para complementar o conteúdo ofertado ou para sensibilizar os alunos a respeito de uma temática a ser trabalhada. No entanto, se não for bem pensado, esse recurso pode desviar os alunos do objetivo e deixá-los ainda mais dispersos e desinteressados. Muitas vezes errei ao levar à sala de aula alguns filmes sobre a temática racismo, cujo enredo descrevia outra cultura e época. Muitos estudantes achavam interessantes as narrativas, mas acabava aí o interesse e começava a minha frustração.

Após essas experiências, optei por levar às salas de aula, (nas matérias de História e Geografia) pessoas que pudessem conversar com eles a respeito dessa temática (pesquisadores, agentes sociais, profissionais de saúde e educação, líderes comunitários e religiosos, etc.), mas a logística para receber os visitantes incluía a participação dos gestores escolares, a cessão de tempo de aula de outros colegas (que nem sempre se animavam a contribuir), transporte, o uso de equipamentos de som e imagem (nem sempre disponíveis na escola) para a realização da atividade, e principalmente a disponibilidade do convidado para

participar de uma conversa com 30, 60, 90 adolescentes geralmente em ambientes fechados (sala de aula) numa escola pública, sem ventilador, ar condicionado e microfone.

Comecei a refinar essa prática ao solicitar ao convidado que gravasse uma fala ou mensagem em vídeo, específica para aquelas turmas sobre o tema/conteúdo, mostrando sua prática sobre ele, ou eu mesma ia até o convidado e fazia a entrevista, editando depois. Funcionou melhor em minha opinião, pois eram vídeos curtos, com pessoas familiares aos jovens com as quais possivelmente compartilhavam as mesmas problemáticas sobre raça e gênero, e que ainda não foram reconhecidos pela história oficial da cidade, alcançando assim representatividade junto aos estudantes. Com eles, realizava debates sobre o assunto e, como sugestão de atividade, solicitava que também trouxessem ou indicassem depoimentos de pessoas, mulheres, da comunidade onde viviam, de modo a promover interação entre essas histórias orais com os colegas. Formamos assim um pequeno acervo de histórias de vida de personagens peculiares, cuja característica principal era ser afrodescendente.

Essa metodologia de trabalho inclui a necessidade de, enquanto professora, ter a consciência, o olhar de um curador de museu, ao escolher não só as telas (personagens), mas a disposição que elas vão ocupar em uma exposição (interesse do estudante). O uso dessas imagens será apenas uma etapa do trabalho, o que requer uma preparação prévia antes da sua exibição. Uma crítica a respeito do conteúdo e uma lista de questões às quais os alunos terão de responder podem ser entregues para que se afira a necessidade do uso dessas imagens ou de quais outras imagens em conjunto.

Um documentário (em torno de 70 minutos) pode ser exibido integralmente, de modo a se adequar à duração das aulas. Antecipadamente, é preciso mostrar a relação das imagens com o conteúdo trabalhado, neste caso a escravização africana e suas consequências ao longo da história do Brasil, para turmas de 7º e 8º anos do Ensino Fundamental e, 3ª série do Ensino Médio, segundo a BNCC. Esse documento, aprovado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) em dezembro de 2018 (Ensino Médio) e 2017 para o Ensino Fundamental, tem como premissa para o Ensino das Ciências Humanas nos anos finais, a necessidade da

[...] análise dos indivíduos como atores inseridos em um mundo em constante movimento de objetos e populações e com exigências de constante comunicação. Nesse sentido faz-se necessário o desenvolvimento de habilidades voltadas para o uso de diferentes linguagens. Por meio delas, torna-se possível o diálogo, a comunicação, a socialização dos indivíduos, condição necessária tanto para a resolução de conflitos quanto para um convívio equilibrado entre diferentes povos e culturas. O desafio é grande, exigindo capacidade de responder de maneira crítica, propositiva e ética aos conflitos impostos pela história (BNCC, 2018, p.355-356).

O principal conflito que vivenciamos no Brasil, é o racismo estrutural que castiga, com maior crueldade e silenciamento, as mulheres afrodescendentes, ao longo dos séculos, submetendo-as à invisibilização histórica em nossa sociedade. Para responder ao desafio de visibilizar a história e as memórias da população afrodescendente da cidade de Resende, a nossa produção de um documentário e de um guia para seu uso em salas de aula de forma crítica e ética, vem preencher uma lacuna histórica injusta no currículo da Educação da cidade e do ensino de sua história, atendendo a uma das principais premissas do documento aprovado pelo CNE.

Um dispositivo pedagógico para uso do documentário em sala de aula acompanha esta dissertação e servirá de sugestão de atividades para os professores utilizarem em suas aulas em forma de discussões, rodas de conversas e produção de novos registros de histórias de vidas ou resgate de memórias de personagens da comunidade dos educandos. .

A impossibilidade de realizar essas atividades com os estudantes em sala de aula neste momento de distanciamento social parcial ou, de faseamento das aulas por anos de ensino do retorno às atividades presenciais³², conforme o protocolo sanitário de retomada das aulas instituído pela SME-Resende e publicado em setembro de 2020³³. Tão logo tenhamos o retorno na fase 3 – 100% dos alunos em sala –, teremos a oportunidade de avaliar com maior profundidade a aceitação e/ou críticas feitas ao documentário e as práticas propostas. Mas a possibilidade da aplicabilidade com estudantes e professores da Educação básica no futuro não impede que façamos aqui nossas proposições e reflexões sobre os resultados dessa atividade.

Em seu livro *Pedagogia do Oprimido*, o filósofo e educador Paulo Freire afirma que:

[...] ao Povo cabe dizer a palavra de comando no processo histórico-cultural. Se a direção racional de tal processo já é política, então conscientizar é politizar. E a cultura popular se traduz por política popular; não há cultura do Povo sem política do Povo (FREIRE, 2019, p. 29).

Mesmo não tendo dedicado algo de sua obra à parcela afrodescendente da população brasileira, Freire empenhou seu conhecimento na criação e implantação de práticas

³² Neste momento, junho de 2021, estamos na fase dois do protocolo sanitário para Educação elaborado pela Secretaria de Educação de Resende, que indica 60% de alunos presenciais e o restante na modalidade remota.

³³ Orientações pedagógicas e sanitárias para o retorno das atividades presenciais nas instituições de ensino instaladas no município de Resende/. Boletim oficial do poder executivo do município de Resende. Ano i iv-nº055-extra. Resende, 30 de setembro de 2020.

pedagógicas que objetivavam atender e incluir no sistema mundo aqueles que este sistema excluiu, aqueles a quem ele denomina oprimidos. Sendo um severo crítico da “educação bancária”, Freire defendia a importância de se pensar em uma educação capaz de reconhecer a cultura do educando e agir com base nela, nessa realidade, porque só assim ela faria sentido. De certa forma, minha pesquisa vem parafraseando esse filósofo ao propor uma forma de visibilizar uma parte importante da população da cidade de Resende que foi silenciada, oprimida pela historiografia local: as mulheres afrodescendentes.

Partindo do princípio de que as imagens do documentário aqui produzido trarão para as salas de aula o conhecimento das memórias e histórias de vidas familiares e dos estudantes que, em sua maioria, são de escolas públicas e de origem étnica afrodescendente, certamente identificarão em alguma das falas das entrevistadas algo de comum ou pertinente a realidade social em que vive. Trata-se então de uma boa oportunidade de conscientizar e politizar a cultura desses jovens, através do conhecimento e estudo da história local. Mesmo porque, segundo Freire, “não há cultura do Povo sem política do Povo” (Freire, 2019, p.29). Nesse contexto, coloco política como sendo a oportunidade de tomar posse do conhecimento da própria história e cultura e, criar caminhos e soluções para possibilitar mudanças futuras dessa realidade social tão desigual.

As mudanças devem passar também pela visão crítica ao material didático disponibilizado às escolas públicas municipais do município. O livro didático de História mais utilizado desde 2019 é *Araribá Mais* (MODERNA, 2019) (Anexo4) em que, na Unidade I, aparecem conteúdos relativos a “Reinos e Povos da África” (reinos do Sahel, Povos Iorubás e Bantos) e apenas nesta unidade referir-se aos povos africanos, ainda não escravizados no Brasil, e mais adiante, nas outras três unidades tratarem da economia açucareira no Brasil e a mineração nas Minas Gerais não há referências mais aprofundadas aos escravizados. Para o oitavo ano, a mesma obra, somente na unidade 7, capítulo 17, aludindo ao “Fim da escravidão no Brasil” de forma muito superficial, aborda os movimentos políticos dos escravizados como sendo apenas revoltas. Para o nono ano, apenas a Unidade VI, capítulo 13, apresenta os “Processos de descolonização e Independência na África”, também de forma rápida e desconsiderando que já aí nesse conteúdo os fatos ocorrem em pleno século XX e reverberam até a atualidade.

Para nenhum dos anos se descreve a situação atual dos descendentes dos escravizados em nosso país. Como uma alternativa ao conteúdo disponibilizado no livro didático utilizado, temos a obra paradidática *Resende Passado e Presente* (Anexo 5) (DIAS, 2015) cujo objetivo, segundo a epígrafe, é ser “dedicado a todos os resendenses, ilustres e anônimos, que com

trabalho ajudaram, no passado, a construir a história e, no presente, continuam a projetar um futuro promissor e mais justo para o nosso povo.”. Os autores dedicam seus textos a mostrar os acontecimentos que cercaram o fim da escravidão na cidade, qual a principal fonte de renda do município na época, os classificados de jornais da época sobre buscas a escravos fugidos e procurados por crimes (Idem, p. 52-56). Também oferecem uma sugestão de atividade sobre “A questão do trabalho escravo” a serem feitas pelos estudantes.

Por se tratar de uma obra paradidática, esse livro foi distribuído às bibliotecas das 65 unidades escolares do município. Seu uso é, portanto, opcional. Nas suas páginas, não se faz referências às consequências do processo de escravização para a sociedade resendense até os dias atuais e, nem como se encontram os afrodescendentes em relação às oportunidades socioeconômicas oferecidas pela cidade. Para finalizar, segundo o IBGE (2019), a cidade de Resende tinha uma população total de 133.341 habitantes, sendo que, deste total, apenas 46,1% ou 61.470 se autodeclararam pretos e pardos/afrodescendentes. As subnotificações ou a ausência do sentimento de pertencimento cultural podem influenciar em diversos aspectos essas estatísticas do censo demográfico. O que também pode levar ao apagamento das histórias de vidas e memórias dos afrodescendentes no município, uma vez que os que se autodeclararam brancos somam 53% ou 70.670 pessoas.

Será uma pequena maioria ditando as narrativas históricas e influenciando o currículo escolar? Voltando a Paulo Freire, “[...] os homens humanizam-se trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais [...] assumindo conscientemente [...] a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o Povo” (FREIRE, 2019, p. 29). Sim, esta dissertação de Mestrado em Ensino de História tem como uma de suas premissas justamente contribuir para democratizar, esclarecendo as narrativas históricas sobre a cidade de Resende, humanizando as relações sociais e visibilizando histórias de vidas e memórias colaborando para a conquista do empoderamento pessoal e coletivo dos jovens estudantes afrodescendentes e visa favorecer não só o resgate de sua cultura ancestral, mas também o respeito à diversidade de pessoas, narrativas, culturas.

É importante a observação feita sobre o material didático aqui realizada, pois ele retrata com perfeição a visão ainda eurocentrada da História em nosso país e na cidade de Resende. Afirmo ainda, porque mesmo com as orientações da BNCC e, principalmente da Lei 10.639/03 que instituiu a obrigatoriedade do Ensino da História da África e dos Afrodescendentes em nosso país, muito ainda há que se pesquisar e produzir para chegarmos a ter uma educação libertadora. Entendo como educação libertadora aquela que dá voz e vez a todas as etnias que formam esse país; a todos que contribuíram e contribuem para seu

crescimento socioeconômico e que lutam que esse crescimento ofereça boa qualidade de vida e oportunidades a todos os cidadãos, começando pela escola. Sendo aquela que não oprime, essa educação certamente contribuirá para a extinção de opressores.

Durante a realização das entrevistas para o meu documentário, pude observar o quanto a timidez e o constrangimento das entrevistadas interferiram na fala sobre os assuntos propostos. Minhas entrevistas – assim como as de Souza, inicialmente – também surtiram melhor efeito quando realizadas em grupos pequenos ou individualmente, indicando assim que essas mulheres podem ainda estar repetindo o que disse Lélia González (com medo de) “assumir o risco de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados” (GONZÁLEZ, 2018.p. 193). Uma das minhas entrevistadas afirmou que só falaria porque era para mim “em público jamais o faria, preferindo que eu e as mais novas falemos por ela.”. A essa ‘domesticação da fala’ sobre si é que tenho como meta combater, usando essas imagens como um dos instrumentos pedagógicos libertadores aos estudantes que, em muitos casos, se conformam em serem ‘falados, infantilizados’ como se nenhum conhecimento ou experiência tivessem para contribuir com a sociedade.

3.1 Dispositivo pedagógico para o documentário

Neste trecho, descrevo as sugestões de utilização das imagens do documentário para os professores. O material será publicado junto com as imagens no formato *e-book* em *drive*³⁴ apropriado e de fácil acesso aos profissionais de Educação.

3.1.1 Introdução do dispositivo pedagógico:

Esse dispositivo pedagógico poderá ser uma ferramenta muito útil para os que apreciam e praticam uma Educação libertadora conforme afirma o professor Paulo Freire em sua obra ‘Pedagogia do Oprimido’ (FREIRE, 2019) ‘Não há consciências vazias; por isso os homens não se humanizam, senão humanizando o mundo. [...] os homens humanizam-se, trabalhando juntos para fazer do mundo, sempre mais [...]’ (FREIRE, 2019, p. 29), pressupondo que, os professores que optarem pelo uso deste material em suas aulas tenham o

³⁴ Link do *Drive* do Dispositivo Pedagógico no formato *e-book* ...

compromisso de visibilizar e valorizar os povos oprimidos pela construção arbitrária e desigual da sociedade brasileira para os seus estudantes.

Respeitando as indicações da BNCC de temas e conteúdos conforme as etapas da Educação básica, esse material divide-se em três partes, sendo a primeira dedicada a Primeira fase do Ensino fundamental (1º ao 5º anos), a Segunda parte é direcionada aos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos) e a última ao Ensino Médio (1ª a 3ª séries). Sempre considerando a carga horária das disciplinas e a situação sociocultural dos educandos, vislumbro o uso deste material prioritariamente nas instituições públicas de ensino de todo o país; o que não exclui o seu uso na rede privada.

Por fim, essa é apenas uma colaboração na discussão de temas tão sensíveis e necessários em todas as salas de aulas do Brasil, ajudando a combater preconceitos e discriminações, esclarecendo realidades e visibilizando histórias situadas, familiares a todos os que circulam na educação básica do país neste período histórico tão adverso do ponto de vista da acentuação das desigualdades sociais. Espero que essas indicações pedagógicas não sejam encaradas como um guia ou receita, mas como um objeto pedagógico que visa inspirar novas práticas pedagógicas.

3.1.1.1 Parte 1 – Primeira Fase do Ensino Fundamental (1º ao 5º anos)

Nesta fase, segundo a BNCC “é importante valorizar e problematizar as vivências e experiências individuais e familiares trazidas pelos alunos, por meio do lúdico, de trocas, da escuta e de falas sensíveis, nos diversos ambientes educativos (bibliotecas, pátio, praças, parques, museus, arquivos, entre outros). Essa abordagem privilegia o trabalho de campo, as entrevistas, a observação, o desenvolvimento de análises e observações de modo a potencializar descobertas e estimular o pensamento crítico e criativo” (BNCC, 2019, p.355).

Com faixa etária entre seis e dez anos, os estudantes nessa fase estão ainda no período de alfabetização e adaptação entre as realidades abstratas e concretas. Por essa razão o mesmo documento prevê que entre as competências a se desenvolver para essa fase do ensino fundamental deva estar a de “compreender a si mesmo e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos” (BNCC, 2019, p. 357).

No Ensino Fundamental anos iniciais, as crianças devem ser desafiadas a reconhecer e comparar as realidades diversas de vivências e experiências, em tempos diferentes e situações socioculturais diferenciadas. Identificando as presenças ou ausências de políticas públicas

básicas, como transporte, segurança, saúde e educação de qualidade para todos. Assim se pratica o exercício da cidadania de forma incipiente, mas necessária a concretização de uma sociedade mais solidária e responsável na qual futuramente o estudante atuará.

Nessa fase é necessário também considerar o que elas aprenderam na Educação Infantil. No seu cotidiano elas desenham familiares, enumeram relações de parentesco, reconhecem-se em fotos classificando-as como recentes ou antigas, dentre outros conhecimentos. Esses conhecimentos prévios trazidos da Educação infantil concorrem para o processo de alfabetização e de letramento que é uma consequência do desenvolvimento de diferentes raciocínios e interpretações, favorecendo o uso competente e qualificando o domínio da leitura e da escrita nas práticas sociais.

Nessa fase as Ciências Sociais se dividem em Geografia e História, e as unidades temáticas e objetos de conhecimentos previstos e onde podem inserir-se o uso dos temas explorados no documentário, produto dessa Dissertação, relativos a História, são os seguintes:

Tabela 1 – BNCC

	UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
1º Ano	Mundo pessoal: meu lugar no mundo	As diferentes formas de organização da família;	Identificar a relação entre as suas histórias e as histórias de sua família e de sua comunidade;
		A escola e a diversidade do grupo social;	Descrever e distinguir os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade;
	Mundo pessoal: Eu, meu grupo social e meu tempo.	A escola e a diversidade do grupo social envolvido;	Conhecer as histórias da família e da escola e identificar o papel desempenhado por diferentes sujeitos em diferentes espaços;

		A vida em casa, a vida na escola e formas de representação social e espacial;	Identificar mudanças e permanências nas formas de organização familiar.
		A vida em família: diferentes configurações e vínculos	
2º Ano	A comunidade e seus registros	A noção do “Eu” e do “outro”: comunidade, convivências e interações entre pessoas.	Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentescos.
		Formas de registrar e narrar histórias (marcos de memórias materiais e imateriais).	Reconhecer espaços de sociabilidade e identificar os motivos que aproximam e separam as pessoas em diferentes grupos sociais ou de parentescos. Selecionar situações cotidianas que remetam à percepção de mudanças, pertencimento e memórias.
	As formas de registrar as experiências da comunidade	As fontes: relatos orais, objetos, imagens (pinturas, fotografias, vídeos), músicas, escrita, tecnologias digitais de informação e comunicação e inscrições nas paredes, ruas e espaços sociais.	Selecionar e compreender o significado de objetos e documentos pessoais como fontes de memórias e histórias no âmbito pessoal, familiar, escolar e comunitário. Selecionar objetos e documentos pessoais e de grupos próximos ao seu convívio e

			compreender sua função, seu uso e seu significado.
3º Ano	As pessoas que compõem a cidade e o município.	O “Eu” e o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios ou desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.	Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas, etc.
4º Ano	Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos.	O passado e o presente: a noção de permanência e as lentas transformações sociais e culturais.	Identificar as transformações ocorridas na cidade ao longo do tempo e discutir suas interferências nos modos de vida de seus habitantes, tomando como ponto de partida o presente.
5º Ano	Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social.	Cidadania, diversidade cultural e respeito às diferenças sociais, culturais e históricas.	Associar a noção da cidadania com os princípios de respeito à diversidade, à pluralidade e aos direitos humanos.

Fonte: BNCC. (2019, pp. 376 – 415).1.4.1- Sugestões de uso didático do documentário e outras referências no ensino fundamental primeira fase

Nesta fase do Ensino Fundamental, as atividades concretas e práticas ainda se sobrepõem às abstratas, por essa razão as sugestões seguintes de uso do material didático produzido nesta Dissertação – o documentário – podem ser utilizadas em todos os anos, naturalmente variando a linguagem do diálogo estabelecido e a forma de representar a aprendizagem dos educandos.

Como primeira sugestão, o depoimento da enfermeira Juliana Eliseu de Oliveira, nos momentos em que ela descreve a importância para o protagonismo do jovem negro da educação, do estudo e da escrita. Ela é autora do livro “Juliana no Mundo das letras” (OLIVEIRA, 2001) e o escreveu quando tinha sete anos de idade e estava cursando a primeira

série do Ensino Fundamental. Numa linguagem acessível, adequada a faixa etária, a autora descreve a aventura da alfabetização na perspectiva de uma criança de sete anos. Bastante ilustrada essa obra adequa-se a categoria infantil, de fácil compreensão e serve de estímulo à escrita da própria história do leitor.

Por ser uma obra produzida por uma menina negra, pode ser indicada como leitura paradidática, em todas as unidades temáticas, especialmente as referentes ao primeiro ano. Após assistir ao depoimento da autora, não só sobre o livro, mas também as dificuldades enfrentadas por ela nos anos escolares, por ser uma jovem negra e tímida, vislumbro a possibilidade da produção individual ou coletiva sobre esses temas (desenhos, pinturas, escritas, livro) contendo os próprios depoimentos ou de outras pessoas entrevistadas pelas crianças. A temática sobre a visibilidade ou invisibilidade dos jovens negros na História da comunidade em que se vive deve sempre ser ressaltada.

Ressalto também a obra da Professora Priscilla Messias “O Menino do Cabelo Enrolado”^{A2} (PEREIRA, 2020), onde a autora descreve as percepções e reações do personagem chamado Pedro, uma criança afrodescendente ao frequentar a escola sente que suas características físicas são motivo de preconceito por parte de alguns colegas. Essa obra, segundo a autora é dedicada “ao Pedro, meu menino do cabelo enrolado, e para todas as crianças que já choraram pela dor do preconceito. Que a escola seja um lugar de reflexão, amor e transformação.” (Pereira, 2020. Dedicatória).

É outra opção literária, pra uso paradidático nesta fase do Ensino Fundamental, que trata de temas como diversidade, negritude, pluralidade, protagonismo e colorismo muito contextualizada. Segundo a própria autora “Pedro (o personagem) nos mostra que o preconceito é capaz de tirar o brilho do sorriso da mais feliz das crianças e que a escola, que deveria ser acolhedora, pode se tornar um lugar de dor e sofrimento porquanto carregar fenótipos é motivo de risos e piadas. Mas, conforme o menino vai se apropriando do conhecimento das lutas e conquistas de seus ancestrais, passa a entender que suas características são de se orgulhar” (PEREIRA, 2020).

Com ilustrações para pintura, conforme a sequência da história é uma obra importante no aspecto que sua autora é professora da rede pública de Educação e trabalha nesta fase do Ensino Fundamental e, Pedro, o personagem do livro é seu filho caçula.

Como sugestão, após assistir ao depoimento de Adriana Angelina Aquino sobre o seu projeto “Cabelo como política de empoderamento”, podem ser feitas atividades práticas de desenhos, fotos, espelhos e descrição comparativa dos pontos mais destacados da aparência de todos: o que nos faz diferentes? O que nos faz iguais? Como conviver?

Nesta perspectiva também a obra de Professora Geruza de Fátima Tomé Sabino, “Nossa Ancestralidade Africana” (SABINO, 2021), aborda de forma mais objetiva e abrangente as questões relativas ao colorismo na população brasileira e, assunto muito frequente entre as crianças nessa faixa etária. Numa linguagem simples e muito esclarecedora a autora conta a trajetória de uma criança preta, seus primos e sua turma na escola quanto ao fato – ou hábito? – das perseguições, ou *bullyng*, ocorrerem a partir de fenótipos cristalizados na cultura brasileira.

Também para essa leitura indico a atividade de, primeiro assistirem junto com os estudantes ao trecho do relato de Juliana Eliseu Oliveira, onde ela descreve sua trajetória escolar e as perseguições sofridas devido a sua fenotipia afrodescendente. Recolher os relatos de como as crianças reagiriam se vivenciassem tal experiência.

A animação francesa e também o livro “kiriku e a Feiticeira” (OCELOT, 1998), contam a história de uma aldeia africana onde um menino, ao saber dos perigos que sua aldeia está sendo ameaçada por um ser maligno decide lutar junto com seu tio um guerreiro para defendê-la. Conto de tradição oral africana que revela diversas características da cultura e sociedades tradicionais africanas, como respeito à ancestralidade, cuidados com a natureza e as reuniões circulares realizadas em diversas ocasiões (circularidade) como forma de saber ouvir e falar respeitando a igualdade de oportunidades de todos.

Após assistir ao filme, sugiro promover uma discussão com as crianças para que elas apontem os aspectos demonstrados pelo personagem Kiriku que mais chamou a atenção e por que, direcionar questionamentos sobre se essas características existem na sala de aula, em casa, no bairro? Como cultivar as que não sejam encontradas? Também as questões ambientais, o cuidado com a natureza pra que todos tenham boa qualidade de vida – demonstrada na história – é uma preocupação? No Brasil, quem mais sofre com a degradação ambiental? Por quê? Na cidade ou bairro onde vivem, existe respeito às regras de prioridade dos idosos, P.D.F., gestantes e autistas em todos os lugares? Se houver desrespeito, como agir?

A personagem alegórica – a feiticeira, que é a vilã da história – tem características interessantes, chamar a atenção das crianças sobre essas características pode ajudar a desmistificar crenças ou pensamentos sobre o que é o bem e o que é o mal. O que é justo e injusto; o que é igualdade e desigualdade; O que é ético e antiético. Esses conceitos, quando bem esclarecidos com o uso dessa obra e mais as falas de Sônia Freitas (sobre igualdade de oportunidades) ou de Bianca Lúcio (sobre as experiências da própria filha numa escola de

classe média) ajustam-se perfeitamente a temática da pesquisa que é o móvel deste dispositivo didático.

Por tratar de uma obra atemporal em sua temática, recomendo seu uso em todas as etapas do Ensino Básico.

3.1.1.2 Parte 2 - Ensino Fundamental Anos Finais– 6º ao 9º ANOS

Segundo a BNCC, o processo de ensino e aprendizagem de História nos anos finais do Ensino Fundamental baseia-se em três procedimentos básicos:

- 1- “Pela identificação dos eventos considerados importantes na História do Ocidente (África, Europa e América - especialmente o Brasil);
- 2- Desenvolvimento das condições necessárias para que os alunos selecionem, compreendam, reflitam [...] e elaborem críticas sobre as formas já consolidadas de registro e de memória, por meio de uma ou várias linguagens;
- 3- Pelo reconhecimento e interpretação de diferentes versões de um mesmo fenômeno [...]”. (BNCC, 2019, p. 416).

Sabemos que o ensino de História se justifica na relação do presente com o passado como forma de valorizar o tempo vivido pelo estudante e seus ancestrais, favorecendo a construção de seu protagonismo quando ele percebe que seus antepassados – nas condições oferecidas em sua época – também participaram da construção de uma sociedade mais justa, democrática, mas nem sempre inclusiva.

Nessa fase do Ensino Fundamental, os estudantes encontram-se na faixa etária de onze a catorze anos e, teoricamente, já tem condições de construir pensamentos e interpretações abstratas e participar de análises de registros e fatos ocorridos no passado e perceber sua influência no presente.

As aulas de campo, quando há possibilidade de sua execução e as visitas guiadas já podem ser praticadas com maior frequência nessa fase da vida estudantil, como opção de ampliação do conhecimento sobre a História local. Quando a comunidade oferece áreas ou espaços com importância histórica de interesse público (igrejas, praças, monumentos, museus fechados ou abertos, áreas de proteção ambiental, comunidades tradicionais, dentre outros), as possibilidades da realização destas atividades extraclasse são muito boas e importantes na facilitação da apreensão do conteúdo pelos estudantes.

Quem consegue esquecer aquele passeio realizado com a turma da escola e os professores num dia lá no Ensino básico? Talvez você não se recorde do conteúdo, mas da aventura, com certeza inesquecível! Atividade trabalhosa requer uma logística e agendamento anterior pra que tudo aconteça conforme o combinado e planejado.

Mas de acordo com a pesquisa tema deste dispositivo, é necessário manter o foco de atividades relacionadas à “Valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, de acordo com a Lei nº. 10. 639/03 e 11.645/08 ganhe realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração.” (BNCC, 2019, p. 417).

As temáticas enunciadas na BNCC para as turmas de 6º ao 9º anos, que contemplam a temática de nossa pesquisa são as seguintes (BNCC, 2019, p. 417-418):

- No 6º ano, as formas de organização social e cultural em partes da África na Antiguidade, dentre outros temas;
- No 7º ano, as conexões entre Europa, América e África são ampliadas, debatendo-se aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, ocorridos a partir do final do século XV até o final do século XVIII (período do intenso transporte Atlântico de escravizados africanos para as Américas);
- No 8º ano, o tema é o século XIX, destacando-se os processos de independências nas Américas, com ênfase no processo brasileiro e seus desdobramentos (início do período do Império, crescimento dos movimentos abolicionistas, período cafeeiro, abolição da escravização africana e suas consequências para a população afrodescendente);

No 9º ano³⁵, aborda-se a história republicana do Brasil até os tempos atuais, incluindo as mudanças ocorridas após a Constituição de 1988 e o protagonismo de determinados grupos e sujeitos históricos; podemos incluir aqui a atuação dos movimentos negros como Rosas Negras, MNU, Teatro Experimental do Negro, bem como as comunidades tradicionais.

- (Quilombos) legalizados a partir da Constituição de 1988, como forma de visibilizar as lutas antirracistas ocorridas no país ao longo deste período.

3.1.1.3 Sugestões de atividades e fontes

³⁵ Como forma de adaptação inclui temas que não estão contemplados de forma objetiva nessa parte da BNCC, mas que estão de acordo com o conteúdo indicado e com a nossa pesquisa.

Por se tratar de uma etapa do Ensino Fundamental onde os estudantes encontram-se na faixa etária entre onze e catorze anos, as obras relacionadas à estética, beleza, aventuras, romances e atividades extraclasse coletiva (aulas de campo), começo indicando para leitura (professores e estudantes) de trechos do livro da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, “Para educar Crianças Feministas: um manifesto” (ADCHIE, 2017). Especialmente nas páginas 54 a 61, onde a autora em sua décima sugestão feita a sua prima que recentemente teve um bebê, aconselha que ela “esteja atenta às atividades e a aparência dela” (ADICHIE, 2017, p. 54). Ao longo destas páginas ela sugere a mãe que nunca deixe de conversar com a filha sobre variados temas de interesse da criança, mas sem estereótipos.

A leitura indicada acima pode ser feita em conjunto com o trecho do documentário onde a Professora Adriana Angelina de Souza Aquino explica sobre seu projeto de valorização dos cabelos crespos e cacheados realizado em uma escola pública de Resende. O combate a estereótipos secularmente inculcados na população e dos quais a maioria das vítimas são as jovens e adolescentes, são características marcantes nessa faixa etária e principalmente no contexto histórico que estamos vivenciando.

A própria Adriana Angelina faz sugestões de atividades a se realizar com esses jovens na escola ao longo de sua fala e que avalio serem apropriadas e de fácil execução nas instituições de ensino. Os debates e relatos sobre a própria aparência e os estereótipos conhecidos também são atividades importantes a se realizar nessa fase do Ensino fundamental uma vez que, muitos já podem também estar iniciando sua vida no trabalho, onde esse tipo de preconceito também é bastante relatado.

Quem nunca tomou conhecimento de divulgações de vagas para emprego onde – mesmo sendo ilegal – ainda se exige ‘boa aparência’?

O uso de pesquisa e de imagens sobre o MNU (Movimento Negro Unificado), do movimento feminista “Rosas Negras” e do “Teatro Experimental do Negro” somam positivamente para essa faixa etária em conhecimento de grupos ativistas contra o racismo. A leitura e/ou pesquisa sobre as biografias de mulheres negras como as escritoras Lélia González, Sueli Carneiro, da médica e ativista do movimento de mulheres negras Jurema Werneck, dentre outras, vão auxiliar a entender o que é empoderamento e protagonismo e lutas antirracistas.

Além do documentário desta dissertação de Mestrado, sugiro também a série de documentários “Memórias do Cativo: Narrativa”, produzido sob a coordenação das professoras Hebe Mattos, Ana Lugão Rios e Martha Abreu (LABHOI-UFF, 2005), traz

entrevistas genealógicas de camponeses negros das antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A valorização da ancestralidade nesse documentário, com as imagens das populações afrodescendentes que vivem em quilombos e promovem a própria cultura praticando cantos, danças, jogos, alimentos e lutas aprendidas com os mais velhos - ex-escravizados - é uma ótima oportunidade também pra realização de aula de campo, onde houver essa possibilidade de contato com comunidades tradicionais, com a turma para que nesse contato direto com o objeto de estudo possam receber esse choque de realidade, que servirá pra esclarecer muitas situações de preconceito vivenciadas na atualidade contra os não brancos.

Em instituições onde haja disciplinas extras como “Projeto de Vida” ou “Orientação para Valorização da Vida”, pode ser realizado trabalho conjunto entre os professores das áreas de Ciências Sociais e os destas disciplinas não obrigatórias no combate e/ou prevenção aos tipos de intolerância que se manifestem na turma, na comunidade ou na cidade (contra pretos, mulheres, LGBTQIA+, idosos, etc.), podendo utilizar como motivação além dos próprios relatos dos estudantes, também as falas da líder religiosa da Matriz Africana Rosana de Jesus Jardim – a Mãe Rosana D’Iemonjá.

Todo o depoimento de Mãe Rosana D’Iemonjá é direcionado a estas problemáticas tão latentes no período histórico que vivenciamos no país, com a presença de polaridades ideológicas, políticas, sociais, episódios constantes de racismo, misoginia e perseguições efetivadas com a presença na gestão do país de representantes de grupos reacionários às diversidades e direitos sociais duramente conquistados ao longo de nossa história e que, agora, encontram-se sob o risco de serem extintos com as reformas que estão sendo realizadas nas políticas públicas.

Debates sobre racismo, Doenças Sexualmente Transmissíveis, prevenção de gravidez precoce, atendimento aos portadores de transtorno de humor na escola e outras inclusões, abusos sexuais e morais e a situação da população afrodescendente diante do demonstrate dessas políticas públicas são temas urgentes a serem abordados nas salas de aulas e quando possível com a presença de profissionais e pesquisadores do tema.

A criação de projetos pedagógicos em conjunto com estudantes e comunidade escolar também pode ser uma ótima oportunidade para praticar a solidariedade e a empatia, e esclarecer sobre direitos e deveres dos cidadãos em geral e dos em situação de vulnerabilidade social. Sem dúvida, começa na fase final do Ensino fundamental a prática de atitudes cidadãs por parte dos jovens, o que servirá de preparação, fase de transição, entre essa etapa do ensino básico e o Ensino Médio.

3.1.1.4 - Parte 3 – Ensino Médio

A disciplina de História nessa etapa do Ensino Básico brasileiro está incluída no grupo de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas que inclui também Geografia, Sociologia e Filosofia. Para esse conjunto de disciplinas, segundo a BNCC (2019, p. 570) são as seguintes as competências específicas (dentre outras):

- 1- Analisar os processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial, em diferentes tempos, a partir da pluralidade de procedimentos epistemológicos, científicos e tecnológicos de modo a compreender e posicionar-se criticamente em relação a eles, considerando diferentes pontos de vista e tomando decisões baseadas em argumentos e fontes de natureza científica;
- 2- Identificar e combater as diversas formas de injustiças, preconceitos e violências, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os direitos humanos.

Nessas competências pretende-se que o estudante contextualize de forma crítica as circunstâncias históricas favoráveis a emergência de matrizes conceituais dicotômicas, de modo a identificar seu caráter redutor da realidade complexa; e internalizar conceitos como etnicidade, memória, identidade, sociedade, territorialidade, espacialidade, etc. em diferentes linguagens e narrativas que expressem culturas, conhecimentos, crenças, valores e práticas. Também será necessário saber delimitar a ocupação do espaço e suas fronteiras – comparando e avaliando – o papel dos agentes responsáveis por estas transformações; identificando os atores sociais que são produtores de diferentes territorialidades nas quais se desenvolvem diferentes formas de negociações e conflitos, igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão.

Visando aprofundar os conhecimentos adquiridos ao longo do Ensino Fundamental que foi orientado para uma formação ética, agora temos como premissas “[...] as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade [...]” (BNCC, 2019, p. 561).

De acordo com a necessidade da rede ou instituição escolar num primeiro momento é necessário fazer um diagnóstico das ansiedades, expectativas e dificuldades na aplicação dos objetos de conhecimentos previstos na BNCC para História. Para esse fim é necessário um

planejamento de ações que visem auxiliar os estudantes na prática de atividades em sala de aula e fora dela, favorecendo-os na criação de projetos e atividades teóricas e práticas que facilitem as análises de panoramas diversos no contexto local, regional, nacional e mundial e, também que ajudem na criação de projetos que visem inserir os jovens no mundo social e corporativo com maior produtividade, favorecendo assim uma futura escolha profissional consciente e participação social ativa, madura e responsável.

De acordo com o objeto de estudo, recomendamos algumas leituras como o livro de Chimamanda Ngozi Adichie “O Perigo de uma História Única” (ADICHIE, 2019), que é a transcrição de uma palestra feita pela autora nigeriana no *TED Talk* (2009) onde propõe diversificar as fontes do conhecimento e chama a atenção para que devemos ser mais cuidadosos e não ouvir apenas uma versão dos fatos; para autora quanto maior a diversidade de narrativas que escutamos, mais completa será a nossa compreensão sobre determinado assunto. No contexto histórico em que se situa nossa pesquisa, torna-se prioritário para a Educação nessa fase do Ensino básico, não só a revisão, mas também releituras e reescrita da História e de suas diversas perspectivas enquanto fonte de conhecimento social. O racismo estrutural e genderizado são os principais temas para debates nessa proposta de diversificação de histórias.

Também a obra da escritora brasileira Conceição Evaristo “Becos da Memória” (EVARISTO, 2019) que é um romance memorialista contemporâneo da literatura brasileira, com seus diversos personagens (diversos não só em quantidade, mas em características) tem como foco prioritário a complexidade humana e seus sentimentos profundos com personagens que enfrentam diariamente o desamparo, preconceito, a fome e a miséria, dos que cada dia tem a vida por um fio. Situação vivenciada por inúmeros estudantes, principalmente as meninas, os afrodescendentes e os LGBTQIA+.

Outra obra da escritora africana Chimamanda Ngozi, “Para Educar Crianças Feministas” (ADICHIE, 2017), a autora traz uma série de textos, em formato de diálogo, onde aconselha uma prima sobre como conversar com sua filha. Diversos temas ali explorados pela autora, como feminismo, racismo, iniciação sexual de meninas, estética e estereótipos, conhecimento e liberdade de expressão, religiosidade e casamento, dentre outros, são necessários e de urgente debate e discussões em sala de aula, nas aulas de História onde esses temas surgem dentro dos objetos de estudo muitas vezes com apenas uma perspectiva nos materiais didáticos.

Todos os depoimentos contidos no documentário “Memórias Negras”, fruto dessa Dissertação podem ser considerados sob medida para Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

no Ensino Médio, especialmente na disciplina de História, nos diversos objetos de estudo ao longo das três séries que compõem essa etapa de ensino.

Assim como esta pesquisa, também centenas de outras concebidas por estudantes do PROFHISTÓRIA – com seus produtos – estão disponíveis e podem ser visitadas no site³⁶ especialmente aquelas que se referem às relações étnico-raciais no Brasil. Esse é um rico banco de arquivos com sugestões de atividades e práticas contextualizadas com as demandas dos estudantes do Ensino Básico e, que precisa ser cotidianamente visitado pelos professores de todas as disciplinas.

As sugestões e atividades oferecidas neste dispositivo pedagógico também podem ser realizadas na EJA (Educação de Jovens e Adultos), seguindo a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 28 DE MAIO DE 2021 (DOU, 1 de junho 2021) que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância.

Indicada especialmente aos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, tanto no modelo presencial quanto na Educação à Distância (EaD). Adequando-se as atividades a faixa etária atendida e, principalmente, a disponibilidade de tempo necessário na grade curricular. Se o ensino ofertado estiver vinculado a Educação profissionalizante, as sugestões para o Ensino Médio serão as mais adequadas como forma de familiarização com as exigências do mercado de trabalho na atualidade.

3.2 Considerações Finais do dispositivo pedagógico

Esse dispositivo didático não pode sozinho, abarcar todas as demandas sobre as razões da invisibilidade da mulher afrodescendente em nossa História, mas oferece nas sugestões de leituras e atividades, dicas de caminhos possíveis de serem percorridos nessa busca por conhecimento.

Afinal, como afirma Chimamanda Adichie

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (ADICHIE, 2019, p. 32).

³⁶ Disponível em: www.profhistoria.ufrj.br/banco-tese Acesso em: 24 set. 2021

Sejamos nós, Professores de História os principais agentes da reparação das perdas e das calúnias históricas que invisibilizaram e subalternizaram populações não brancas neste país ao longo dos séculos de história eurocêntrica. Agora, nesse período tão difícil de pandemia de Coronavírus e, de pandemônio sociopolítico e econômico no Brasil, Sejamos os que irão não só registrar as muitas histórias, mas, principalmente valorizá-las e visibilizá-las e assim empoderando gerações de cidadãos brasileiros.

Outro aspecto importante a observar é o do racismo educacional, fruto e ferramenta do racismo estrutural e que necessita ser combatido para que se tenha nesse país uma Educação de qualidade e igualitária em qualquer nível de ensino e, para todos/as. Nossas instituições de ensino devem ser acolhedoras, democráticas, eficientes, inclusivas. Do contrário, continuaremos com a nefasta ‘Educação bancária’ que nos trouxe até esse momento sombrio.

Escolas não são fábricas. Estudantes não são “Another brick in the wall”³⁷, são seres humanos que requerem atenção social como todos os outros. Como a música-manifesto afirma o sistema educacional vigente ao invés de motivar os estudantes, os oprime com suas exigências alienantes e antidemocráticas. Está passando da hora de demolir esse sistema e construir, em conjunto com toda a sociedade, outras formas de educar, uma Educação multicêntrica, que respeite e inclua todas as origens, identidades, etnias, gêneros. Uma Educação libertadora, nos moldes em que Paulo Freire tão bem exemplificou em suas obras.

Nós, Professores, não somos ‘mestres-de-obras’, ou ‘gerentes de produção’, ou ‘relógios de ponto’, ou ‘feitores’ a serviço de um sistema. Temos de abandonar esse papel que tanto tem engessado nossa sociedade. Somos agentes das mudanças sociais; temos condições de fazer emergir uma nova sociedade a partir do ‘chão da escola’, que é a base do desenvolvimento de toda sociedade humana.

É para essa base que todo esse dispositivo está direcionado.

Bom trabalho!

As referências bibliográficas contidas nesse dispositivo pedagógico encontram-se no e-book.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como toda história importa e deve ser contada e tendo registrado apenas algumas histórias de vida de mulheres afrodescendentes na cidade de Resende nesta Dissertação de

³⁷ Another Brick in the wall. Pink Floyd. Composição de Roger Waters. 1979. Columbia CBS Records.

Mestrado em Ensino de História/PROFHISTÓRIA, é sem dúvida o momento de avaliar esse trabalho como um todo, as dificuldades, as vitórias, as oportunidades de aprendizado mútuo bem aproveitadas e as emoções afloradas pelo aprofundamento de um conhecimento que era intrínseco a esta mestranda: o racismo estrutural, genderizado e interseccional uma vez que ultrapassa qualquer limite entre raça-classe-gênero, sendo atemporal.

Entre as considerações que vou tecer aqui, conto um pouco da minha história de vida, a que se encontra na minha memória afetiva familiar, mas também chamo a atenção para a impossibilidade causada pelo distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19 de ter convivido e discutido mais sobre o tema da minha pesquisa com colegas da área de humanas nas escolas públicas da cidade. Muitas vezes, sim, me senti ‘discursando num deserto hostil chamado Resende’, como bem afirmou minha professora-orientadora Maria da Glória Oliveira, referindo-se em parte a essa situação.

Nasci em Barra Mansa, aos cinco dias do mês de agosto de 1964, filha de Nair de Oliveira e Aristheu Francisco de Freitas (policial rodoviário federal). Aos nove meses meu pai me trouxe junto com minha irmã mais velha – Rosa - para morar com a família dele (esposa e filhos) em Resende. Sim! Minha mãe era amante dele... Mesmo assim fomos acolhidas por boa parte da família dele e moro ainda na mesma casa no bairro Liberdade em Resende. Nunca me importei com a minha origem, porque sempre tive o pensamento de que os erros alheios (se é que foram erros) pertencem a eles. Mas infelizmente nem todas as pessoas, especialmente os familiares, pensam dessa forma, afinal sou fruto da relação de um homem casado com sua amante, que todos acusavam de ser prostituta (uma jovem de 17 anos). Isso tudo na década de 1960/70.

Sempre fui muito brincalhona e na infância fazia amizades com facilidade com os vizinhos e na escola. Era possível, naquela época, brincar na rua até altas horas sem qualquer medo. Estudei na Escola Estadual Oliveira Botelho (do 1º ao 5º ano), depois fui transferida para uma escola privada (Instituto Batista Resendense) onde cursei do 6º ao 9º ano. O Magistério fiz no Colégio Estadual Pedro Braile Neto. Foram anos muito felizes na minha infância e adolescência, apesar da rigidez da educação recebida de meu pai, e em compensação o carinho e a generosidade ilimitadas recebidas de minha mãe (Izolina, esposa dele) e dos filhos deles (Aristeu e Beatriz) que também eram meus padrinhos.

O carnaval fazia parte das atividades da família, introduzido por Beatriz e Aristeu (meus padrinhos, meus irmãos por parte de pai) e é claro, eu adorava assistir aos desfiles que eles participavam e torcer pela Escola de Samba Unidos do Manejo (nosso bairro). A Beatriz concebia e produzia as próprias fantasias. E *neném* (apelido do Aristeu) era tamborinista e às

vezes *puxador* do samba da agremiação. Só depois de adulta participei de um desfile, no bloco de embalo da Liberdade...

Nunca soube ao certo do que minha mãe faleceu (já na década de 1970). Comentava-se muito na família que ela teria ficado muito doente, ‘louca’ após meu parto³⁸, por essa razão meu pai nos trouxe para morar com a família dele. Sabemos que mulheres jovens que se aventuram em romances e, geram filhos destes relacionamentos, ainda são tidas como ‘loucas’ ou irresponsáveis.

Encontrei em Muriel Rodrigues de Freitas, em sua Dissertação de Mestrado “Camilles, Pierinas e Eunices – Condenadas pela Razão: Mulheres, Loucura, Documentário e Ensino de História” (UFRGS, 2018) uma das possíveis explicações para o ‘caso’ de minha mãe, que segundo Freitas “durante a Idade Média e parte da Renascença a loucura esteve ligada a causas malignas, no século XIX ela passou a repousar sobre a moral e a ética, sendo por isso chamada de “loucura moral”. A mentalidade da burguesia buscava se consolidar e precisava reajustar alguns fatores e personagens sociais a sua realidade e visão de mundo. Logo, o desajustado, o preguiçoso, o desobediente e o louco necessitavam ter um lugar onde suas práticas rebeldes fossem “acalmadas” e disciplinadas (ou, ao menos, ocultadas da “sociedade sadia”). A internação dos “desajustados” inicia no século XVII, mas o discurso médico da loucura se consolida no século XIX” (FREITAS, 2018, p. 22).

De fato, ao longo de anos a imagem de minha mãe foi divulgada em família conforme descreve Freitas e, mais ainda, inculcada em todos mesmo estando vivenciando o século XX e sendo uma família de afrodescendentes, que a meu ver, então, estariam reproduzindo um conceito, ou preconceito, moral comum em nossa sociedade e que afeta de forma ainda mais cruel quando se trata de uma mulher jovem negra.

Em muitos dos relatos das personagens que entrevistei para o meu documentário, pude perceber essa angústia causada ao longo de suas vidas e que muito as prejudicaram sobre as características de sua personalidade. Como mulheres negras conheceram cedo a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família; a maioria frequentou apenas os anos básicos da escola, o suficiente para aprender a ‘fazer contas e ler o essencial’, quando possível. Quando começavam a trabalhar – ainda na infância - era como babás ou empregadas domésticas.

Em minha pesquisa busco mostrar aos jovens estudantes que essa realidade pode e deve ser entendida, compreendida e mudada. E que eles, enquanto geração do século XXI tem

³⁸ Presumo, hoje, que ela tenha sido vitimada por depressão pós-parto, uma vez que nasci prematura, segundo afirmações de meu pai.

hoje maiores oportunidades de obter conhecimentos e liberdade pra agir do que suas mães ou avós. Com as atividades propostas por minha pesquisa, as discussões sobre racismo estrutural e genderizado serão inevitáveis nas salas de aulas, especialmente num período tão conturbado – ideologicamente – quanto o atual.

Os conhecimentos a que tive acesso ao longo deste Mestrado em Ensino de História/PROFHISTÓRIA, desde 2019, me fizeram aperfeiçoar as práticas e esclarecer as origens das preocupações que me acompanharam ao longo de minha trajetória profissional e, acredito que seja a mesma de meus colegas: como discutir com estudantes de escolas públicas, no ensino básico, de forma mais abrangente questões sensíveis de nossa História nas salas de aula, sem criar ainda mais conflitos?

Entre as aprendizagens que obtive nesse período de curso de Mestrado, está o de que é necessário não só o aprimoramento profissional contínuo dos educadores, mas também, como em meu caso, considerar a História e seu ensino – História geral e do Brasil, especificamente - ainda muito conservador. Analisando do ponto de vista decolonial, o ensino da história nas escolas pode ser libertador, dinâmico e deve partir das experiências vivenciadas pela comunidade onde a escola se situa. Partindo do princípio de que deve dar protagonismo a história local para que os jovens estudantes possam compreender as histórias regionais, nacionais e mundiais, pois todas se interligam.

A professora Carla de Moura, em sua Dissertação de Mestrado em Ensino de História – PROFHISTÓRIA “As Marias da Conceição: Por um ensino de História Situado, Decolonial e Interseccional” ((UFRGS, 2018) afirma que para

Medir a eficácia de uma estratégia de Ensino de História é avaliar se o conhecimento histórico escolar através dela produzido é capaz de buscar e reelaborar o que foi deixado para trás. Entendo que o Ensino de História deve se debruçar sobre como as desigualdades nos acessos e nas violências foram historicamente construídas e sobre as diversas formas de resistência dos grupos historicamente violentados. Dessa forma, estimular o protagonismo das meninas negras é reconhecer as desigualdades a que são socialmente submetidas possibilitando, assim, conspirar para construir caminhos em direção à equidade (MOURA, 2018, p.121)

Por isso escolhi a produção de um documentário sobre mulheres negras na cidade de Resende, colocando em uso antigas práticas de utilizar imagens/filmes/documentários como forma de dinamizar o estudo de determinados conteúdos. Agora um produto autoral, e que não vai parar por aqui. A minha proposta é de, uma vez utilizado em sala de aula possa

produzir frutos com o registro de novos depoimentos pelos próprios estudantes com seus familiares e comunidade.

Um material didático produzido com uma linguagem acessível a todos, diferente da historiografia comum, tendo como base/origem o lugar de fala do entrevistado sobre temas como o racismo estrutural, a atemporalidade do racismo, a interseccionalidade, o eurocentrismo dos conhecimentos produzidos pela escola, a submissão e subalternidade das falas dos povos oprimidos, o silenciamento e a invisibilidade das questões específicas das mulheres afrodescendentes, as desigualdades sociais.

São contribuições necessárias e urgentes ao ensino de História nas escolas brasileiras, que espelham nossa sociedade, onde mais da metade dos indivíduos são – segundo o IBGE, 2010 – autodeclarados pretos e pardos. Essa população que, quando tem acesso a um material didático, se vê retratada de forma preconceituosa, subalternizada, pejorativa, quando é retratada.

Conforme explicita Moura em sua dissertação, “O compartilhamento das ferramentas de falar Interseccionalidade, Lugar de Fala e Conhecimento Situado com as alunas e alunos produzem impactos para o Ensino de História cuja relevância deve ser destacada. Tais categorias permitiram análises complexas das relações sociais nos seus atravessamentos de Raça, Classe e Gênero, no passado e no presente, mas, sobretudo, fizeram emergir narrativas históricas situadas. Em tais narrativas, o passado, seja pela noção de História, seja pela noção de Ancestralidade, é convocado pelas alunas e alunos para se auto-narrar, autodenominar ou auto-representar” (MOURA, 2018, p. 122), as possibilidades oferecidas por metodologias como esta auxiliam a libertar comportamentos engessados pelo autoritarismo dos preconceitos históricos impostos aos afrodescendentes neste país.

Considero que a escola deve sempre possibilitar aos alunos e professores o acesso a essas ferramentas educacionais para que possam participar do processo produtivo de conhecimento – um conhecimento situado, como afirma Moura – com significado pra essa comunidade, com a emergência do combate a visão única e silenciadora de outros conhecimentos que é a eurocêntrica. A valorização da ancestralidade africana, para nossos jovens também vai ajudar a combater mais uma nuance de preconceitos: o idatismo³⁹, comportamento comum nos tempos atuais dos jovens em relação aos idosos, que são levados a não valorização dos conhecimentos e falas dos mais velhos, e que venho há anos

³⁹ Idatismo (ou ageísmo): Este é um termo que diz respeito aos estereótipos com base na idade dos indivíduos e que geram comportamentos discriminatórios em relação aos idosos ou aos muito jovens. Maria Elisa Gonzalez Manso. Rev. Longe viver, Ano I, n. 3, Jul/Ago/Set. São Paulo, 2019: ISSN 2596-027X.p.75.

observando quando a atividade pressupõe a participação de alguém com mais idade (ou idoso).

O conhecimento das histórias de vida dos mais antigos que ainda convivem conosco, auxilia a compreender a situação atual de nossa sociedade, nos possibilita, como diz Moura, “nos auto narrar, autodenominar e auto-representar” (MOURA, 2018.p.122). Essa autonomia é muito necessária para possibilitar o protagonismo dos indivíduos e dos coletivos subalternizados em nossa história, mas, para, além disso, praticar e registrar a própria narrativa, denominação e representatividade será fundamental para que possamos alcançar o ideal de sociedade igualitária.

Ao longo do ano de 2020, a Pandemia de Covid 19 impediu a prática que gostaria de ter feito nas salas de aulas com as imagens produzidas, com estudantes e professores. Mas tão logo seja seguro, o farei. Como forma de dinamizar o uso destas imagens por outros profissionais também produzi um dispositivo didático com sugestões de atividades com as imagens do documentário.

Para cada depoimento editado contido no documentário e nos integrais que se encontram no canal do YouTube, sugiro para professores e estudantes leituras paradidáticas, debates com os conceitos mais destacados pelas depoentes em suas falas e também acompanhados de referências a autores que discutam de forma clara e objetiva na perspectiva decolonial. Será publicado junto ao documentário e estará no formato e-book disponível em drive específico para consulta pública.

Enfim, estou muito feliz com o trabalho realizado e na expectativa de poder apresentá-lo na íntegra tão logo seja possível numa devolutiva a sociedade. Esse trabalho é fruto do meu desejo de homenagear as minhas ancestrais que tanto sofreram com as frustrações de seus sonhos pelo racismo de que foram vítimas nessa sociedade tão hipócrita.

Uma homenagem singela, mas profunda, que favorece a visibilização de suas vidas e obras, resgatando para o futuro de nosso país a importância de se registrar de forma justa e diversificada as histórias de vidas e memórias de quem participou ativamente da construção do Brasil, mas que foram invisibilizadas e silenciadas pela historiografia eurocêntrica.

Que o empoderamento social, cultural e político que venha a ser produzido nos jovens por essa atividade seja o ponto de partida para uma nova era para todos nós, sem distinção de etnias ou classe social, pois como ensina o canto de matriz africana,

A mãe do tempo mandou,

A nova era chegou

Agora vamos plantar..⁴⁰.

Assim como Iansã, todas nós mulheres negras, ‘quando formos pra batalha, (que) todos os cavaleiros parem, só pra (nos) ver passar...’ Cavaleiros de todas as cores, gêneros e origens sociais...

Que Oxóssi e Iansã nos Abençoem!

⁴⁰ Hino de Iansã, autoria indefinida, domínio popular. Composição adaptada de Sandro Luiz. www.lettras.mus.br/umbanda/pontos-de-iansã Acesso em 22 de junho de 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha. CYPRIANO, Eliane. PEREIRA, Anthony Nadaes. O Samba Carioca e o legado da última geração de africanos escravizados do Sudeste. **Samba em Revista**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 5, ago. 2014.

ABREU, Martha. **Por um Museu de território da Pequena África** – Histórias do Pós-Abolição. IPN – Instituto Pretos Novos. Rio de Janeiro, 10 de março de 2021. Oficina *on line* via *zoom meet*. 19h/21h.

ABREU, Martha. FILHO, Silvio de Almeida Carvalho. Entrevista com Mônica Lima e Souza. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 134-136, jun. 2012.

ALBUQUERQUE, Iara Maribondo. **Violência Sexual e Discriminação Racial: Influência na Responsabilização da Vítima**. 2015. Dissertação de Mestrado, UFPB. Centro de ciências humanas e letras. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

ARARIBÁ MAIS HISTÓRIA. Editora Moderna, 2019. Editora responsável: Ana Cláudia Fernandes. Obra coletiva organizada, concebida e produzida pela Editora Moderna.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memória e História local. **Revista Criar Educação**, Recife, v. 2, n. 2, 2013.

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 20 maio 2021.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BOTELHO, Ione Assis de. **Diálogo sobre racismo, assédio moral no trabalho e solidão da mulher negra**. Rio de Janeiro, 16 jun. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.

BOULOS, Guilherme. Combate radical à desigualdade. **Carta Capital**. São Paulo, 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/boulos-prega-um-combate-radical-a-desigualdade/>. Acesso em: 06 jan. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres negras na educação: desafios para a sociedade brasileira. In: CARREIRA, Denise, *et al.* (org.). **Gênero e Educação**: fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

CARTA CAPITAL. A volta ao vergonhoso mapa da fome. <https://www.cartacapital.com.br/economia/analise-de-volta-ao-vergonhoso-mapa-da-fome/> - acesso em 04 de outubro de 2021.

COROSSACZ, Valéria Ribeiro. Relatos de Branquitude entre Homens Brancos do Rio de Janeiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 105, p. 43-64, 2014.

DUARTE, Constância Lima (org.). **Escrevivências**: Identidade, Gênero e Violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Editora Idea, 2016.

EMICIDA. **Principia** (2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kjggvv0xM8Q>. Último acesso em: 11 jan. 2021.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FRANCO, Anielle. Mulheres Negras Decidem: Para onde vamos. **Le monde Diplomatique**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/mulheres-negras-decidem-para-onde-vamos/>. Último acesso em: 19 Jun. 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67^a ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREITAS, Sônia Maria. **Diálogo sobre gênero, racismo, visibilidade feminina negra e ocupação dos espaços de poder**. Rio de Janeiro, 13 mar. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Mulher e escrava**. Uma Introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1988.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla Bassanezi; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2017.

HARTMAN, Saidya. Vênus em dois atos. Tradução Fernanda Silva e Sousa e Marcelo Ribeiro. **Revista Eco-Pós**, v. 23, n. 3, 2020 [2004], pp. 12-33.

HOOKS, Bell. **E eu não sou mulher?** Mulheres negras e feminismo. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. **Revista de Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

IPEA **Atlas da violência**. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Último acesso em: 11 jan. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LÚCIO, Bianca de Fátima. **Diálogo sobre o sentimento de pertencimento cultural e de identidade racial da mulher afrodescendente**. Rio de Janeiro, 16 mar. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.

MAIA, João de Azevedo Carneiro. **Notícias Históricas e Estatísticas do Município de Rezende desde a sua Fundação**. Rio de Janeiro: 1891.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

MOURA, F. A.; ROCHA, L. L. F. Memória e História: entrevista como procedimento de pesquisa em comunicação. **Revista Comunicação Midiática**, v.12, n. 2, p. 161-176, maio/ago. 2017.

MULLER, Tania Mara Pedroso. CARDOZO, Lourenço. Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

MUAZE, Mariana.SALLES, Ricardo. O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. Organização Mariana muaze, Ricardo Salles.-1.ed.-Rio de Janeiro: 7Letras,2015.

OLIVEIRA, Juliana. **Diálogo sobre o protagonismo feminino**. Rio de Janeiro, 13 jun. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Os sons do Silêncio: Interpeleções Feministas Decoloniais à História da Historiografia. **História da Historiografia**, v.11, n.28, p.104-140, set-dez, 2018.

PACHAMAMA, Aline Rochedo. Boacé Uchô: a história está na terra – narrativas e memórias do povo Puri da Serra da Mantiqueira/[texto e ilustração de]Aline Rochedo Pachamama – Rio de Janeiro: Pachamama, 2020.

PASSOS, Úrsula. Feminismo ocidental nunca questionou privilégios de brancas. 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/feminismo-ocidental-nunca-questionou-privilegios-de-brancas-diz-ativista.shtml>. Último acesso em: 28 jun. 2020.

PEREIRA, Junia Sales. Da ruína à aura: convocações da África no ensino de História. In:MAGALHÃES,Marcelo et al (orgs). Ensino de História: usos do passado, memórias e mídias. Rio de Janeiro: FGV, 2014.p.187-205.

PESTANA, Maurício. Negros na base da pirâmide. **Isto é dinheiro**. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/blogs-e-colunas/post/20160127/negros-base-piramide/8233>>. Último acesso em: 24 mar. 2020.

PLATAFORMA VITURAL DA COMUNIDADE NEGRA DE RESENDE. Disponível em: <https://www.kilombogagu.blogspot>. Último acesso em: 22 jun. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, jun.1989.

PRATA, Adjane. JONGO: Cultura e Resistência da história dos negros podem ser resgatadas com aprendizagem da dança. Artigo. A Voz da Cidade. 2 de setembro de 2019. Volta redonda-RJ. www.avozdacidade.com/jongo - Acesso em 30 de março de 2021.

RACISMO E ANTIRRACISMO: Reflexões, caminhos e desafios[recurso eletrônico]/organização Wesley Henrique Alves da Rocha.-1.ed.-Curitiba,PR: Editora Bagai, 2021E-book. P.26.

Revista História Hoje. ABREU, Martha. FILHO, Silvio Carvalho. “Ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira, vol.1. num.1. ANPUH, 2012.

RIBEIRO. Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

SANTOS, Bebiana Laura. **Diálogo sobre a importância de registrar as memórias do povo afrodescendente**. Rio de Janeiro, 07 nov. 2020. Entrevista concedida à Rosenéia Terezinha de Oliveira.

SARAIVA, Adriana. Síntese de indicadores sociais. Trabalho, renda e moradia: desigualdades entre brancos e pretos ou pardos persistem no país. Agência IBGE de notícias, 12 de novembro de 2020. <https://censos.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>. Acesso em 26 de dezembro de 2021.




SARLO, Beatriz. Tempo Passado: **Cultura da Memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.





SOUZA, Andreia Costa. Ensino de História e Mulher Negra: Um olhar interseccional sobre as percepções de estudantes m Conceição do Araguaia/TO. UFTO (Universidade Federal do Tocantins) Campus Araguaína. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/PPGEHIST. Mestrado Profissional em Ensino de História-PROFHISTORIA. Araguaína/TO, 2020.

ANEXOS

ANEXO 1

Ficha técnica que resume as informações sobre cada entrevistada.

ENTREVISTADA LOCAL / DATA	PROFISSÃO	DATA NASCIMENTO
 JACINTA SILVÉRIO	Na própria residência, na Rua Alfredo Sodré, 69, bairro manejo. Em 04 de novembro de 2019, 14h.	EMPREGADA DOMÉSTICA NASCIDA EM SÃO José do Barreiro/SP, em 9 de dezembro de 1938, tendo 82 anos.
 BEBIANA LAURA DOS SANTOS	No interior da Igreja Matriz de N. Sra. Da Conceição, no Centro Histórico de Resende. As 17h do dia 05 de dezembro de 2019.	Assistente Administrativo municipal (aposentada).. Nascida em Resende/RJ, em 06 de janeiro de 1952. 68 anos de idade.
 SONIA MARIA DE FREITAS	Na sede da Sala dos conselhos municipais de Resende, no bairro Lavapés. No dia 04 de fevereiro de 2020, as 15h.	Pedagoga, professora na rede municipal de educação de Resende e coordenadora da Igualdade Racial do Município de Resende. Nascida em Resende, em 24 de julho de 1961.
IONE ASSIS SILVA DE OLIVEIRA BOTELHO	Em sua casa no bairro Vila verde em Resende, no dia 16 de junho	Pedagoga e Gestora do Colégio estadual Oliveira Botelho (bairro manejo) da década de 1960 até a década de Nascida em Resende, em 05 de janeiro de 1943. Tem

	de 2020, às 15h.	1990.	77 anos.
 <p>JULIANA ELISEU DE OLIVEIRA</p>	<p>Na sua residência, Rua Rodolpho Anechino, 42, bairro Surubi velho/Resende. No dia 19 de março de 2020, as 10h.</p>	<p>Enfermeira e líder comunitária.</p>	<p>Nascida em Resende, em</p>
 <p>ADRIANA ANGELINA DE SOUZA AQUINO</p>	<p>Live via Instagram, realizada às 16h do dia 27 de junho de 2020.</p>	<p>Professora de Geografia na Rede estadual de educação em Resende/ especializando em Gestão Escolar-OE, Designer de joias sustentáveis.</p>	<p>Nascida em Resende, em 30 de junho de 1974.</p>
 <p>BIANCA LUCIO OLIVEIRA</p>	<p>Na sede da diretoria de Direitos Humano de Resende.</p>	<p>Pedagoga e professora na Rede Municipal de Educação de Resende. Diretora da coordenadoria da mulher de Resende.</p>	<p>Nascida em Resende, 21 de julho de 1969.</p>
 <p>STHEFANIE MARQUES</p>	<p>Live via Facebook, realizada em 20 de junho de 2020, as 16h.</p>	<p>Agente comunitária de Saúde e Barbeira.</p>	<p>Nascida em Resende, 11 de julho de 1992.</p>
	Na sua	Professora aposentada na Rede estadual de	Nascida no

 <p>TEREZA PAULA DE ALMEIDA</p>	<p>Residência na Praça Oliveira Botelho, Centro Histórico, Resende/RJ, às 14h do dia 9 de novembro de 2020.</p>	<p>Educação, em Resende. Membro co-fundadora da Pastoral Afro na cidade de Resende.</p>	<p>Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 1948. Tem 72 anos.</p>
 <p>ROSANA DE OLIVEIRA JESUS JARDIM</p>	<p>Realizada em seu terreiro Centro Espírita de Umbanda Caboclo Pena Branca, na Cidade Alegria – Resende/RJ. As 10h, do dia 15 de abril de 2021.</p>	<p>Líder religiosa de matriz africana – Umbanda – sendo filha e herdeira da Mãe Carlinda de Jesus. Em sua instituição agrega a AMURES (Associação de Mulheres de Resende) que visa formar uma rede de apoio às vítimas de violência doméstica.</p>	<p>Nascida em Resende, em 23 de junho de 1961, sendo filha de Hermes Machado Jesus e Carlinda de Oliveira Jesus.</p>
 <p>CLOVES ALVES</p>	<p>REPORTER FOTOGRAFIO, COACH, GRADUANDO EM DIREITO,.</p>	<p>Atual Presidente do Clube/Site Kilombo N’Gangu, militante do MNU, empresário afroempreendedor.</p>	<p>Nascido em Macaé/RJ, veio morar em Resende ainda na infância, no bairro Paraíso. Concedeu essa entrevista em 3 de junho de 2021, na Praça Oliveira Botelho.</p>

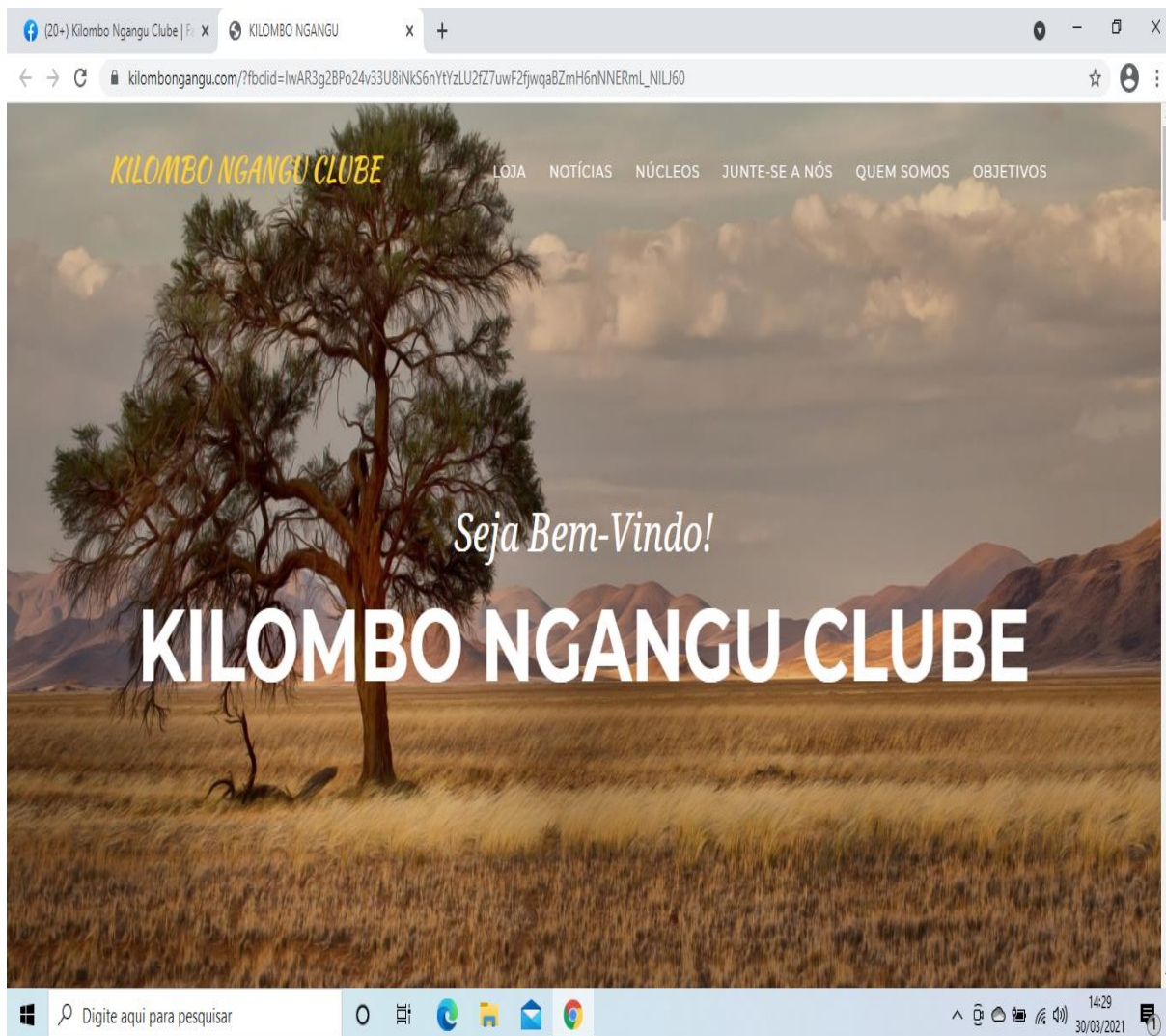
FONTE: Informações recebidas nos diálogos com próprias/os entrevistadas/os.

ANEXO 2

Digitalização da página inicial do site www.kilombongangu.com

Pertencente ao grupo KILOMBONGANGU CLUBE – RESENDE/RJ

Acesso em 30 de março de 2021.



ANEXO 3

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

Para as mulheres afrodescendentes:

1. Conversa sobre a biografia da pessoa entrevistada, contemplando a sua origem familiar e incluindo os mais longínquos parentes;
2. Narrativa sobre o currículo profissional e a trajetória estudantil e profissional;
3. Respostas às seguintes perguntas:
 - 3.1- em sua trajetória de vida, encontrou algum obstáculo relativo ao racismo e ao sentimento de pertencimento cultural? Sentiu-se invisibilizada em função de ser afrodescendente? Como isso repercutiu em sua formação como mulher negra?
 - 3.2-Que ações afirmativas ou projetos sociais você desenvolveu para ajudar outras mulheres/cidadãos na cidade a vencer as barreiras impostas pelo racismo?
 - 3.3-Quais caminhos você indica para que os jovens se tornem cidadãos empoderados e protagonistas da própria vida?
4. Mensagem final livre.

O seguinte roteiro é da entrevista com o professor Mário José Dias, supervisor pedagógico da SME (Secretaria Municipal de Educação) e um dos autores do livro didático “Resende- Passado Presente” (2015), sobre a ausência de citações da população afrodescendente nesta obra que foi distribuída as 65 instituições de ensino da rede municipal.

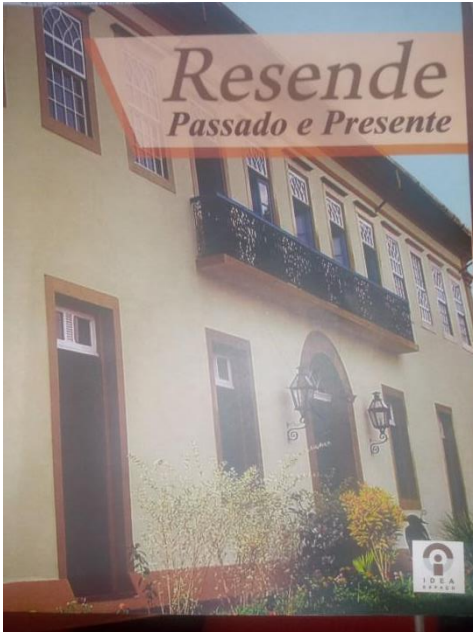
1. Currículo: breve relato;
2. Origem familiar;
3. Na obra coletiva “**Resende – Passado Presente**” (Editora Espaço Idea. Resende, PMR, 2015), em que você é um dos autores, há poucas citações sobre a população afrodescendente no município de Resende, somente no período do Império quando a região do Vale do Paraíba se tornou polo de produção cafeeira. Ao que se deve essa ausência de citações?

4. Como você entende o ensino da História local, das memórias e histórias de vida na cidade?
5. Sobre a História local e o ensino de História na rede municipal, como tem sido feitas as orientações aos profissionais da área de Ciências Humanas, por parte da SME?
6. Temas como racismo estrutural e racismo educacional são discutidos no currículo dessa rede ou, entre os profissionais de Educação? O antirracismo é incentivado? Como? Qual a sua orientação sobre esse tema?
7. “O que o racismo fez com você?” – resposta opcional;
8. Mensagem aos jovens.

Outro depoimento importante realizei com o empresário Cloves Alves, um dos criadores do clube e site www.kilombongangu.com seguem as questões propostas a ele:

1. Currículo: breve relato;
2. Origem familiar;
3. Formação do movimento negro/site: História e objetivos;
4. A importância desse movimento para os jovens da cidade;
5. A invisibilidade da história da população afrodescendente na sociedade brasileira é, ou foi, um fator que possa ter atrapalhado sua trajetória? Por quê?
6. O que o racismo fez com você?
7. Mensagem aos jovens.

ANEXO 5 – LIVRO “RESENDE PASSADO E PRESENTE”



pois relata a condição dos lavradores de nossa cidade em 1884 e todas as medidas que eles tomaram para evitar a fuga dos escravos, bem como as incertezas na contratação de colonos para trabalharem nas lavouras. A mesma ata deixa claro que não eram muitos os escravos em Resende e que isso demonstrava sinais de que a economia estava sofrendo mudanças. A terra não produzia um bom café, a mão de obra se tornava difícil e a política mostrava uma fragilidade tanto no cenário local, como nacional. Os grupos estavam divididos entre os que apoiavam, de um lado, a abolição e a república, do outro, a escravidão e a monarquia.

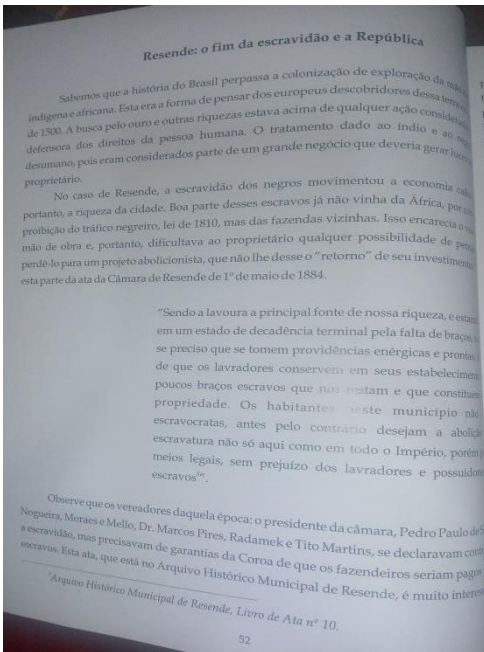
A preocupação com a fuga de um escravo era antiga, como você pode pesquisar nos livros de história. Nos jornais do Arquivo Histórico do Município de Resende você encontra essas notícias, como mostra esta figura abaixo.

ESCRAVO FUGIDO

Fugiu do dia 23 de Janeiro do Fim do Município, pertencente ao bacharel Agrigio Alves de Carvalho, o escravo 76-formo, de robe paná escocês, de cabelo mais lizo do que crespo, altura ordinária, cheio de corpo, 25 e 28 anos de idade, pouca barba no queixo, tem falta de dentes e sobrapelotas corcadas; é bastante esperto e leva camisa e calça de algodão de S. G. de; Gualy é fugio no dia 23 de Janeiro; quem o apprehender e levar à dita fazenda ou sua Resende à casa de Sr. Macedo de Vellou, será gratificado; prendá-se com o rigor da lei contra quem lhe der outro.

Resende, 1º de Maio de 1871.

Jornal "Itaboraí". Observe os anúncios publicados nesta época. Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Resende.



Resende: o fim da escravidão e a República

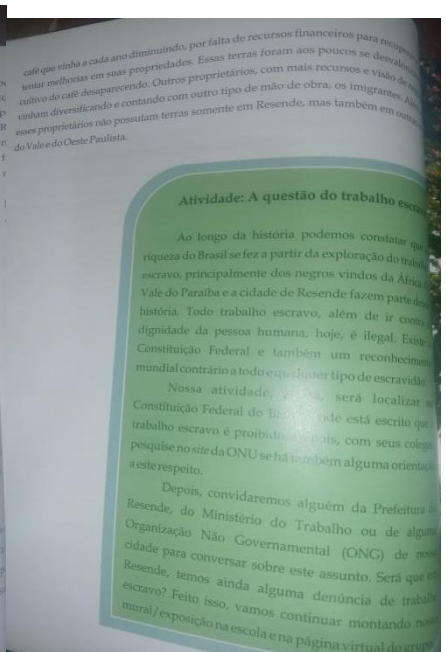
Sobrevive que a história do Brasil perpassa a colonização de exploração da mão de obra indígena e africana. Esta era a forma de pensar dos europeus descobridores dessa terra em 1500. A busca pelo ouro e outras riquezas estava acima de qualquer ação consolidada em defesa dos direitos da pessoa humana. O tratamento dado ao índio e ao negro desumano, pois eram considerados parte de um grande negócio que deveria gerar lucro ao proprietário.

No caso de Resende, a escravidão dos negros movimentou a economia e, portanto, a riqueza da cidade. Boa parte desses escravos já não vinha da África, por causa da proibição do tráfico negro, lei de 1810, mas das fazendas vizinhas. Isso encarecia a mão de obra e, portanto, dificultava ao proprietário qualquer possibilidade de perder a parte para um projeto abolicionista, que não lhe desse o "retorno" de seu investimento. Esta parte da ata da Câmara de Resende de 1º de maio de 1884.

"Sendo a lavoura a principal fonte de nossa riqueza, e estando em um estado de decadência terminal pela falta de braços, se precisa que se tomem providências enérgicas e prontas, de que os lavradores conservem em seus estabelecimentos poucos braços escravos que nos restam e que constituam propriedade. Os habitantes deste município não são escravocratas, antes pelo contrário desejam a abolição da escravidão não só aqui como em todo o Império, porém por meios legais, sem prejuízo dos lavradores e possuidores de escravos".

Observe que os vereadores daquela época: o presidente da câmara, Pedro Paulo de Souza, Nogueira, Moraes e Mello, Dr. Marcos Pires, Radamek e Tito Martins, se declaravam contra a escravidão, mas precisavam de garantias da Coroa de que os fazendeiros seriam pagos pelos seus escravos. Esta ata, que está no Arquivo Histórico Municipal de Resende, é muito interessante.

Arquivo Histórico Municipal de Resende, Livro de Ata nº 10.



Atividade: A questão do trabalho escravo

Ao longo da história podemos constatar que a riqueza do Brasil se fez a partir da exploração do trabalho escravo, principalmente dos negros vindos da África. O Vale do Paraíba e a cidade de Resende fazem parte desta história. Todo trabalho escravo, além de ir contra a dignidade da pessoa humana, hoje, é ilegal. Esta Constituição Federal e também um reconhecimento mundial contrário a todo e qualquer tipo de escravidão.

Nossa atividade, então, será localizar na Constituição Federal do Brasil onde está escrito que o trabalho escravo é proibido no país, com seus colegas pesquise no site da ONU se há também alguma orientação a este respeito.

Depois, convidaremos alguém da Prefeitura de Resende, do Ministério do Trabalho ou de alguma Organização Não Governamental (ONG) de nossa cidade para conversar sobre este assunto. Será que em Resende, temos ainda alguma denúncia de trabalho escravo? Feito isso, vamos continuar montando mural/exposição na escola e na página virtual do município.

ANEXO 6 - SCRIPT / ROTEIRO DAS IMAGENS DO DOCUMENTÁRIO

CENA	CONTEÚDO
ABERTURA	Imagens aéreas da cidade de Resende.
INTRODUÇÃO	Rosenéia Terezinha de Oliveira, narrando os objetivos e justificativas desse documentário; intercalando sua imagem com slides/fotos/recortes de jornais/vídeos dos séculos XIX e XX sobre as mulheres negras de Resende.
ORIGENS	Ione Assis (Pedagoga) Bebiana Laura dos Santos (Agente Comunitária) Rosana Jardim (Líder Umbandista) Jacinta Silvério (doméstica)
RACISMO	Sônia Maria Freitas (Professora/Coord. Igualdade Racial) Bianca Lucio (Professora e Coord. Mulher de Resende)
ATIVISMO	Juliana Oliveira (Enfermeira) Sônia Maria Freitas
VISIBILIDADE	Juliana Oliveira (sobre religiosidade) Sonia Maria Freitas (sobre visibilidade e pertencimento cultural, racismo genderizado). Rosana Jardim (sobre intolerância religiosa e Lei Maria da Penha)
PERTENCIMENTO CULTURAL E EDUCAÇÃO	Adriana Angelina de Souza Aquino (Professora de Geografia e Designer de joias) Marluci Pinheiro (coord. Educação Médio Paraíba III) sobre a jongueira Valdirene Costa,
AFROEMPREENDEDORISMO	Cloves Alves (sobre empreendedorismo e o site Kilombo N'gangu) Adriana Angelina de Souza Aquino (sobre sustentabilidade na confecção de joias)
MATERIAL	Mário José Dias (coautor do livro)

DIDÁTICO	Resende Passado Presente)
PASTORAL AFROBRASILEIRA PROJETOS SOCIAIS ATIVOS NA CIDADE	Bebiana Laura dos Santos (sobre política de igualdade racial) Tereza Paula (professora e ativista na Pastoral Afrobrasileira) Imagens da celebração do Dia Municipal da Mulher Negra (25/07/21) na Paróquia Sagrada Família/Itapuca-Resende.
MENSAGENS FINAIS	Ione Assis Jacinta Silvério
AGRADECIMENTOS FINAIS E CRÉDITOS	Rosenéia Terezinha de Oliveira
ENCERRAMENTO COM IMAGENS AÉREAS	Arilene Teodoro interpretando “O canto das três Raças”.
TEMPO TOTAL	45 MINUTOS – 1ª PARTE 45 MINUTOS – 2ª PARTE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA



TERMO Nº 540/2022 - PROFHIST (12.28.01.00.00.79)

Nº do Protocolo: 23083.030589/2022-17

Seropédica-RJ, 18 de maio de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

ROSENÉIA TEREZINHA DE OLIVEIRA

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de MESTRA, no Programa de Pós Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA.

APROVADA EM 17 de maio de 2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Seropédica 04 DE MARÇO DE 2022

MARIA DA GLORIA DE OLIVEIRA (ORIENTADOR) UFRRJ - Presidente

MARTHA CAMPOS ABREU - UFF -Externa à Instituição

MONICA LIMA E SOUZA - UFRJ - Externa à Instituição

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 18/05/2022 12:53)

MARIA DA GLORIA DE OLIVEIRA

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptHRI (12.28.01.00.00.86)

Matricula: 1544166

(Assinado digitalmente em 18/05/2022 12:03)

MONICA LIMA E SOUZA

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 691.448.857-68

(Assinado digitalmente em 18/05/2022 14:17)

MARTHA CAMPOS ABREU

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 674.110.967-68